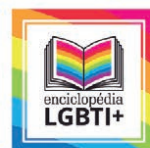




Manual de **VISIBILIDADE MASSIVA** e LGBTI+



18







Enciclopédia LGBTI+ Manual de VISIBILIDADE MASSIVA e LGBTI+

Realização



Financiamento

MINISTÉRIO DOS
DEREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



Apoio Institucional



Execução



Apoio



InterPride

Enciclopédia LGBTI+

Manual de Comunicação e LGBTI+

Manual de Educação e LGBTI+

Manual de Direitos e LGBTI+

Manual de HIV/AIDS e LGBTI+

Manual de Saúde Integral e LGBTI+

Manual de Psicologia e LGBTI+

Manual de Serviço Social e LGBTI+

Manual de Empregabilidade e LGBTI+

Manual de Segurança Pública e LGBTI+

Manual de Turismo e LGBTI+

Manual de Advocacy, Litigância Estratégica, Controle Social e Accountability LGBTI+

Manual de Cultura LGBTI+

Manual de Famílias LGBTI+

Manual de Esportes e LGBTI+

Manual de Cristianismo e LGBTI+

Manual de Pessoas LGBTI+ Privadas de Liberdade

Manual de Formas de Ativismo e Militância LGBTI+

► **Manual de Visibilidade Massiva e LGBTI+**

Manual de Sustentabilidade da Causa LGBTI+

Manual de Pesquisas e LGBTI+

Manual de Interseccionalidade e LGBTI+

Manual de Feminismos e LGBTI+

Manual de Empresas e LGBTI+

Manual de História, Patrimônio e Memória LGBTI+

Manual de Antirracismo e LGBTI+

Manual de Meio Ambiente e LGBTI+



Conheça os Manuais
que já foram publicados:

<https://aliancagbti.org.br/enciclopedia-lgbti/>

Enciclopédia LGBTI+

Manual de **VISIBILIDADE MASSIVA** e LGBTI+



Enciclopédia LGBTI+
**Manual de
VISIBILIDADE MASSIVA
e LGBTI+**

ENCICLOPÉDIA LGBTI+

Organizadores: Toni Reis e Simón Cazal

Secretário Executivo de Publicações:

Gabriel Santinelli F. Godoy

Direção Executiva da Aliança Nacional LGBTI+

Diretor Presidente: Toni Reis

Diretora Administrativa: Rafaelly Wiest da Silva

Secretária Geral: Patrícia Mannaro

Diretor de Políticas Públicas:

Cláudio Nascimento Silva

Direção Executiva da Rede GayLatino

Secretário Geral: Simón Cazal (Paraguai)

Presidente: Ronald Céspedes (Bolívia)

Vice-Presidente: Edgardo Medina (Honduras)

Secretário: Charlie Dos Veces López (México)

Tesoureiro: Toni Reis (Brasil)

Manual de Visibilidade Massiva e LGBTI+

Colaboradores

Redação: Lilian Romão, Gregory Rodrigues Roque de Souza, Uebert Rodrigues Roque de Souza

Editora:

Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual – IBDSEX

Produção editorial: Gabriel Santinelli F. Godoy

Preparação de texto: Gabriel Santinelli F. Godoy

Estilagem: Roberta Hellen Freitas

Revisão de conteúdo: David Harrad, Marcelino Faria, Narcisio Rios Oliveira, Olívia dos Santos Saldanha, Renata de Souza Silva

Revisão de prova: Thayane Correia Lima

Revisão gramatical e ortográfica: Alice Beatriz Santos da Silva

Fotografia: Aliança Nacional LGBTI+ (acervo próprio); Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+). Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT-SP); Grupo Arco-Íris; Gregory Rodrigues Roque de Souza

Arte final: SOMOSGAY, Paraguai

Direção: Federico Gamarra

Ilustração: Fafo Ferrao

Diagramação: Gabriel Jaeggi

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Manual de visibilidade massiva e LGBTI+ / [organizadores Toni Reis, Simón Cazal]. -- 1. ed. -- Curitiba : IBDSEX, 2025.

ISBN 978-65-986728-4-3

1. Cidadania 2. Direitos fundamentais 3. Direitos humanos 4. Diversidade 5. Identidade de gênero
6. LGBTI+ - Siglas 7. Visibilidade I. Reis, Toni. II. Cazal, Simón.

25-311577.1

CDU-34:613.885-055.3

Índices para catálogo sistemático:

1. LGBTI+ : Direitos : Manuais 34:613.885-055.3 Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este Manual foi adaptado parcialmente da 3ª edição do Manual de Comunicação LGBTI+ publicado pela Rede GayLatino e pela Aliança Nacional LGBTI+* em 2021.

Este manual é uma realização da Rede GayLatino e da Aliança Nacional LGBTI+. Os seus conteúdos podem ser reproduzidos, no todo ou em parte, desde que a fonte seja citada. Qualquer organização ou indivíduo pode obtê-lo gratuitamente e difundir sua versão eletrônica em seu site ou em outras mídias na internet. Trata-se de uma obra prática que passa por mudanças constantes, podendo ter várias edições e por isso não é acabada. Qualquer dúvida, crítica ou sugestão pode ser encaminhada à Aliança Nacional LGBTI+ pelo e-mail aliancalgbti@aliancalgbti.org.br, com o assunto “**Enciclopédia LGBTI+**”.

Esta publicação faz parte do Projeto Somos Mais – Minas Gerais | Termo de Fomento nº 940519/2023 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

É proibida a venda deste manual.

* A Aliança Nacional LGBTI+ usa a sigla LGBTI+, significando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos + outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, não utilizando o “Q” de *queer*, por entender que se trata de uma teoria (ex. Butler), e que as outras letras são identitárias.

Aliança Nacional LGBTI +

Avenida Marechal Floriano Peixoto,

366, cj. 47 - Centro, Curitiba-PR

80010-130

41 3222 3999

aliancagbti@aliancagbti.org.br

www.aliancagbti.org.br



@ aliancagbti

AliançaLGBTI

Aliancagbti1

in Aliança Nacional LGBTI

A **Aliança Nacional LGBTI+** é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com coordenações de representação em todas as 27 Unidades da Federação e, também, em mais de 300 municípios brasileiros. Possui 60 áreas temáticas e específicas de discussão e atuação. Tem como missão a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania da comunidade brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+) por meio de parcerias com pessoas físicas e jurídicas. A Aliança é membro aliada do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, parceira da Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil, e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Participa de vários conselhos estaduais, distrital e municipais de políticas públicas do Brasil. É pluripartidária e atualmente tem mais de 2000 pessoas físicas afiliadas.

Aliança Nacional LGBTI (mandato 2024 a 2028)

Diretor Presidente: Toni Reis

Diretora Administrativa: Rafaelly Wiest da Silva

Secretária Geral: Patrícia Mannaro

Diretor de Políticas Públicas:

Cláudio Nascimento Silva

Assessora para Mobilização, Interação e Integração: Layza Lima Leopoldino

Conselho Fiscal:

Almir França

Patrícia Esteves

Lucas Siqueira Dionísio

Coordenações nomeadas:

<https://aliancagbti.org.br/category/nomeacoes/>

GayLatino

Independencia Nacional 1032,

Asunción 1250

Paraguai

www.redgaylatino.org



📷 redgaylatino

📱 Redgaylatino

GayLatino é uma rede de gays latino-americanos, ativistas em prol dos direitos das pessoas LGBTI+ e comprometidos com a resposta global ao HIV/AIDS.

Essa rede tem por objetivo a construção de uma cultura de apoio e propósito coletivo, se considerando parte de uma coalizão de pessoas que trabalham a longo prazo pela saúde e pelos direitos dos gays – bem como suas famílias e comunidades –, englobando homens que fazem sexos com homens.

GayLatino

Executiva Regional

Secretário Geral: Simón Cazal (Paraguai)

Presidente: Ronald Céspedes (Bolívia)

Vice-Presidente: Edgardo Medina (Honduras)

Secretário: Charlie Dos Veces López (México)

Tesoureiro: Toni Reis (Brasil)

Suplentes:

Matías De Volder (Argentina)

Gustavo Valdés (Cuba)

Coordenação no Brasil: Cláudio Nascimento Silva

Secretário no Brasil: Marcelino Faria

Apresentação

A palavra enciclopédia tem origem no grego *enkýklios paidéia*, que significa “educação em círculo” ou “conhecimento geral”. Inicialmente, o termo era utilizado para descrever um conjunto abrangente de saberes essenciais para a formação intelectual. Com o tempo, as enciclopédias passaram a ser organizadas como obras de referência, reunindo informações sobre uma ampla variedade de temas de forma sistemática ou alfabética. A primeira enciclopédia reconhecida foi compilada por Plínio, o Velho, no século I d.C., com sua obra *História Natural*. No entanto, foi a *Enciclopédia* de Denis Diderot e Jean le Rond d’Alembert, publicada no século XVIII, durante o Iluminismo, que consolidou o formato moderno desse tipo de obra, tornando-a um instrumento fundamental para a disseminação do conhecimento.

Seguindo essa tradição de reunir e organizar informações relevantes, a Enciclopédia LGBTI+ é um programa desenvolvido pela Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com a Rede GayLatino, sob a organização de Toni Reis e Simón Casal. Trata-se de uma coletânea composta por 26 manuais temáticos, abordando aspectos essenciais da vivência e dos direitos das pessoas LGBTI+.

Com uma linguagem abrangente e acessível, a Enciclopédia LGBTI+ tem como objetivo fornecer recursos educativos e de referência para profissionais da saúde, educação, direito, comunicação, entre outras áreas, além de militantes, ativistas e demais pessoas interessadas em ampliar seus conhecimentos sobre diversidade sexual e de gênero. Ao reunir informações atualizadas e baseadas em evidências, a coletânea desempenha um papel essencial na promoção da inclusão e do respeito à diversidade, e possui um papel ativo no enfrentamento da LGBTIfobia, no fortalecimento das redes de apoio às pessoas LGBTI+ e na luta pelos direitos humanos e pela cidadania de LGBTI+.

Este manual temático tem como foco a promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero na sociedade, com ênfase na visibilidade da comunidade e pautas do movimento LGBTI+. Embora não trate especificamente do tema Educação Sexual, o material indica fontes relevantes para aqueles que desejam desenvolver ações nesse campo em seus ambientes de atuação. Nosso objetivo é aprimorar cada edição, atualizando as discussões e oferecendo contribuições concretas que incentivem debates focados na construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para todas as pessoas.

Boa leitura!

Toni Reis, Simón Casal e Gabriel Santinelli

Prefácio

Este Manual de Visibilidade Massiva e LGBTI+ não é apenas um documento, e mais do que um guia técnico, esta obra é uma ferramenta de luta, resistência e afirmação das nossas identidades.

Parabenizo a Aliança Nacional LGBTI+ e a Rede GayLatino pela coragem e determinação em sistematizar saberes construídos a partir da nossa militância e das vozes que ecoam nas ruas, nas Paradas e em todos os espaços de enfrentamento à LGBTIfobia. Este manual é resultado da luta de muitas mãos, corações e trajetórias que se recusaram a aceitar o silêncio e a invisibilidade impostas historicamente à nossa comunidade.

A visibilidade massiva não é apenas celebração: é denúncia, é resistência, é ocupação de espaços que antes nos foram negados. As Paradas, as manifestações culturais e políticas, os eventos, que reúnem milhões de pessoas em torno da diversidade, são a maior prova de que existimos, resistimos e transformamos a sociedade com a força coletiva da nossa presença.

Este manual chega para municiar ativistas, organizações e *aliades* com ferramentas práticas para ampliar a nossa luta, fortalecendo estratégias de comunicação, mobilização e incidência política. Cada página reafirma que a visibilidade é um ato revolucionário diante de um sistema que ainda insiste em nos marginalizar.

Que este material circule, seja debatido e multiplicado. Que sirva como combustível para manter viva a chama da militância LGBTI+ em todo o Brasil e na América Latina. Porque a nossa luta não recua, não silencia e não se contenta com migalhas: exige respeito, dignidade e igualdade para todas as pessoas.

Boa leitura e boa luta!

Nelson Matias Pereira

Presidente da Associação da Parada
do Orgulho LGBT de São Paulo
(APOLGBT-SP)

Sumário

Seção A – Conceituações e informações sobre questões LGBTI+	15
A1 - Sexualidade, gênero e sexo biológico	16
A2 - Orientação sexual	19
A3 - Identidade e expressão de gênero	29
A4 - Preconceito, estigma, esteriótipo, discriminação e violência	43
A5 - União estável, casamento, família e adoção	53
A6 - HIV, AIDS e ISTs	55
A7 - Datas comemorativas	59
A8 - Bandeiras e símbolos	63
A9 - Breve histórico da luta LGBTI+	67
Referências	75
 Seção B – Visibilidade Massiva e LGBTI+	 83
B1 - Introdução à visibilidade massiva LGBTI+	84
B1.1 O que é visibilidade massiva?	84
B1.2 Importância da visibilidade massiva para pessoas LGBTI+	85
B1.3 Linha histórica do fortalecimento de espaços de visibilidade LGBTI+	87
B1.4 Paradas LGBTI+: o maior evento de visibilidade massiva do mundo	88
B1.5 Visibilidade massiva como política pública: Programa Brasil sem Homofobia	94

B1.6	Visibilidade massiva no Plano Nacional de Direitos Humanos LGBTI+	95
B1.7	O papel da mídia para a visibilidade massiva	96
B2	- Tipos de organizações de eventos	99
B2.1	Conhecendo o calendário de datas afirmativas	100
B2.2	Aprendendo a organizar diferentes formatos de eventos	100
B3	- Outros tópicos importantes para a organização de eventos	129
B3.1	Fortalecendo a visibilidade massiva: estratégias de comunicação	129
B3.2	Organizando e distribuindo responsabilidades	134
B3.3	Cuidando da inclusão e acessibilidade	136
B3.4	Avaliação pós-evento	137
B3.5	Resumo geral dos passos para a organização de um evento	139
B3.6	Modelo de <i>checklist</i>	140
Referências		143
Seção C – Anexos		149
C1	Outros materiais para pesquisa	150
Referências		155



SEÇÃO

A

Conceituações e informações sobre questões LGBTI+

Esta seção do Manual tem por objetivo oferecer conceituações e informações sobre questões LGBTI+*

* Neste manual o símbolo + foi acrescentado à sigla LGBTI+ para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

A1

Sexualidade, gênero e sexo biológico¹

Sexualidade

Refere-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências humanas e sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (Adaptado de Gênero, 2009).

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, seres humanos, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção geralmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais (Louro, 2015).

Afetividade

O termo se refere à capacidade do ser humano de ser afetado positiva ou negativamente tanto por sensações internas como externas. A afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua, juntamente com a cognição e o ato motor, no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento.

Leia o código QR para
acessar a fonte.



1. Optou-se por utilizar o termo “sexo biológico”, por entender que é amplamente utilizado no Brasil, embora o termo venha sendo substituído por “sexo designado ao nascimento”. No âmbito internacional, há uma tendência crescente de utilizar o termo “características sexuais” em vez de “sexo biológico”.

Gênero

Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que as pessoas são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos (Gênero, 2009). No entanto, as identidades e expressões de gênero vão além da noção meramente binária (homem/mulher), como se poderá ver mais detalhadamente no item Pessoas não binárias no Capítulo 3.

Cabe lembrar que, tanto a sexualidade quanto o gênero, de acordo com Louro (2008, n.p.), “são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado. Na contemporaneidade, essas instâncias multiplicaram-se e seus ditames são, muitas vezes, distintos. Nesse embate cultural, torna-se necessário observar os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, e os significados que lhes são atribuídos.”

Linguagem neutra x Linguagem inclusiva

Segundo o manual de linguagem neutra em Língua Portuguesa:

“A linguagem neutra visa se comunicar de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos. Aplica-se a pessoas não-binárias, bebês intersexo, ao nos referirmos a um grupo de pessoas com mais de um gênero ou quando não sabemos quais pronomes usar com determinada(s) pessoa(s)” (Caê, 2022, p. 6). Na linguagem neutra, usamos pronomes neutros e flexão de gênero neutro como “ile/dile” ou “elu/delu”, outros exemplos de palavras no gênero neutro são “todes, alunes, professories”, entre outros. Além da linguagem neutra, temos a linguagem inclusiva, que também tem o objetivo de não demarcar o binarismo de gênero, mas ao invés de usar o pronome e flexão de gênero neutro, utilizam-se palavras da Língua Portuguesa que sejam plurais e inclusivas sem flexão de gênero algum. Por exemplo, ao invés de “todos os presentes”, usa-se “todas as pessoas presentes”; ao invés de “alunos”, usa-se “estudantes”; ao invés de “professores”, usa-se “docentes”, entre outros.

Leia o código QR para
acessar a fonte.



Sexo biológico / sexo designado ao nascimento

Em termos gerais, o sexo biológico/sexo designado ao nascimento diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. Podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros. Como a genitália se expressa (é percebida/visível) desde o terceiro mês da vida gestacional, acaba por ganhar relevância, em nossa cultura, na “determinação” do sexo de uma pessoa ao nascer. Em um primeiro momento, isso infere que a pessoa pode nascer macho, fêmea ou intersexo (NEUTROIS.COM, [201-?]). Não há gênero no sexo biológico em si, o que existe é uma expectativa social de gênero em relação ao corpo/genital (Caderno, 2017).

Intersexo

É um termo guarda-chuva que descreve pessoas que nascem com variações genéticas, fisiológicas ou anatômicas que não podem ser classificadas como sendo tipicamente masculinos ou femininos (GLAAD, 2016). O termo Intersexo vai além dessas variações, também é um conceito de luta por conquista e implantação de direitos (Santos; Martins, 2023). Ainda é comum a prescrição de terapia hormonal e a realização de cirurgia, destinadas a adequar aparência e funcionalidade da genitália, muitas vezes antes dos 24 meses de idade. Contudo, algumas pessoas intersexo submetidas a este processo relatam que não se adaptaram e rejeitaram o sexo designado ao nascimento, respaldando uma conduta terapêutica que defende o adiamento da intervenção até que o sujeito possa participar na tomada da decisão (Santos; Araújo, 2004). Não se deve utilizar o termo hermafrodita para se referir a uma pessoa intersexo, por ser termo desatualizado e depreciativo.

Aliados/as

As pessoas que, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, tomam ação para promover os direitos e a inclusão LGBTI+, são comumente conhecidas como “simpatizantes”, mas não fazem parte da sigla do movimento LGBTI+ (Monsanto, 2019).

A2

Orientação sexual

Orientação sexual

Este termo se refere à forma como nos sentimos em relação à afetividade e à sexualidade.

Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero, de mais de um gênero ou de nenhum gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (adaptado de Princípios, 2006, p. 7).

Basicamente, há quatro orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo gênero (homossexualidade), pelo gênero oposto (heterossexualidade), por dois ou mais gêneros (bissexualidade/pansexualidade) ou por nenhum ou praticamente nenhum gênero (assexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa (Kinsey *et al.*, 1948). Assim, as quatro orientações sexuais preponderantes mencionadas acima não são as únicas.

Os termos homossexual e homossexualidade são palavras compostas, sendo que o elemento “homo” vem do grego e significa semelhante ou igual. Assim, os termos significam – grosso modo – atração pelo mesmo sexo/gênero². Originaram não como termos médicos, mas sim como termos neutros, jurídicos e eruditos ligados à emancipação das pessoas homossexuais (Dean, 1996). Em seguida, os termos passaram a ser apropriados pela ciência, e depois pela sociedade em geral, principalmente a partir de seu uso no livro *Psychopathia Sexualis* (1886), do sexologista e psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing (Hunter *et al.*, 1998).

-
2. Considerando que muitas pessoas não compreendem a diferença conceitual entre os termos “sexo” e “gênero”, e as críticas que a sua utilização carrega em determinados contextos, neste material representaremos esses conceitos por vezes como “sexo/gênero”. No entanto, é importante destacar que esses conceitos não são sinônimos. O conceito de “sexo” é designado para representar um conjunto de características físicas e genéticas, e “gênero” foi criado pelo movimento feminista para representar os marcadores sociais e culturais do que é ser “homem” e “mulher”, ou “masculino” e “feminino”.

Homossexualidade não é doença

Em 1973, nos Estados Unidos a American Psychiatric Association retirou a homossexualidade da lista de desvios sexuais, reconhecendo que não se trata de um distúrbio mental (American Psychological Association Task Force, 2009). Em nove de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0 (desvios e transtornos sexuais) da Classificação Internacional de Doenças (Conselho Federal de Medicina, 1985).

Em 17 de maio de 1990, a 43ª Assembleia Mundial da Saúde adotou, por meio da sua resolução WHA43.24, a 10ª Revisão da Lista da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), sendo que nesta versão da CID “a homossexualidade por si só não está mais incluída como categoria” (World Health Organization, 1992, p.11, tradução nossa). A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993 (Grassi; Laurenti, 1998; CNS, 2014).

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) formulou a Resolução 001/99, considerando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, que “há, na sociedade, uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente” (qual seja, a heterossexualidade), e, especialmente, que “a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações” (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

Em 20 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou provimento à Ação Popular que alegava a inconstitucionalidade da Resolução 001/99 do CFP, de modo que a Resolução continua em vigor.

Assim, tanto no Brasil como em outros países, cientificamente, a homossexualidade não é considerada doença. Portanto, não existe “cura gay”.

*Leia o código QR para
acessar a fonte.*



Homossexualidade ao invés de homossexualismo

Termo incorreto devido ao sufixo “ismo”, que denota doença e anormalidade. O termo substitutivo é homossexualidade, que se refere da forma correta à orientação sexual do indivíduo, indicando “modo de ser e sentir”. A mesma lógica vale para as demais identidades, por exemplo, não se deve usar “não binarismo” e sim “não binariedade”.

Assexualidades

Assexualidades são definidas como a ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual por outra ou outras pessoas; um conjunto de identidades sexuais em que o sexo não é o referencial primário do desejo ou da atração sexual voltada para um relacionamento íntimo com outra pessoa.

As pessoas assexuais não possuem a atração sexual como atração primária, como regra, tendo outras atrações (romântica, platônica, estética, sensual etc.), como atrações primárias. A ausência de atração sexual não impede que pessoas assexuais desenvolvam relações íntimas de diversas complexidades com outras pessoas, e nem mesmo impede que pessoas assexuais pratiquem ou busquem a prática de atividades sexuais. As assexualidades falam sobre atração, e não sobre práticas sexuais.

Pessoas assexuais geralmente não possuem uma necessidade intrínseca de experimentar relações sexuais. Não há nenhum impedimento para que pessoas assexuais experimentem excitação sexual. Em geral, as pessoas assexuais não encaram a falta de excitação sexual como um problema a ser corrigido, e caso ocorra excitação sexual, não costumam sentir que suas necessidades não foram atendidas devido à falta de atividade sexual.

Alossexuais: são aquelas pessoas que sentem atração, interesse ou desejo sexual por outras pessoas sem precisar ter um relacionamento/vínculo emocional. Então as pessoas que não são assexuais, são consideradas alossexuais. A alossexualidade não diz respeito a por qual sexo/gênero a pessoa se atrai, mas a forma como ela se atrai, portanto a pessoa pode ser heterossexual, homossexual, pansexual, bissexual, etc., e alossexual.

As assexualidades não restringem as necessidades emocionais da pessoa. Assim como acontece com as pessoas não assexuais, ou alossexuais, há uma grande variedade nas formas como as pessoas assexuais suprem essas necessidades. Algumas pessoas assexuais podem desejar ter relacionamentos românticos. Outras podem ficar mais satisfeitas com amizades próximas, ou simplesmente estar mais à vontade não estando em um relacionamento.

Ace é o apelido popular para pessoas assexuais.

Assexualidade estrita: Não sentir atração sexual por nenhum gênero.

Demissexualidade: Não sentir atração sexual por outra pessoa, a não ser que um vínculo emocional forte venha a ser estabelecido com ela.

Graysexualidade (gray-A): Sentir parcialmente ou pouca atração sexual. É uma orientação fluída em todos os seus aspectos descritivos, tanto no aspecto dos interesses afetivos como dos sexuais. O termo também é usado como “guarda-chuva” para todas as identidades do espectro assexual em que as pessoas sentem atração sexual em algum nível.

Assexualidade fluída: Uma forma de assexualidade que não é fixa, e sim que muda ao longo do tempo. Em determinado momento a pessoa pode se sentir assexual estrita, depois demissexual e mais tarde graysexual, dentre outras orientações assexuais.

Adaptado de www.asexuality.org.com colaboração extensiva do Coletivo AbrAce.

Bissexual

É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de dois ou mais gêneros.

O termo “Bi” é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais.

Bissexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências com pessoas de mais de um gênero para se identificarem como tal.

“Bissexualidade é uma identidade plena, fluída. Não pressuponha que a bissexualidade seja naturalmente binária ou poligâmica, que nós temos ‘dois’ lados ou que nós precisamos estar envolvidos simultaneamente com dois gêneros para sermos seres humanos completos. Com efeito, não pressuponha que existam apenas dois gêneros. Não interprete nossa fluidez como confusão, irresponsabilidade ou inabilidade de assumir compromisso. Não equipare promiscuidade, infidelidade ou comportamento sexual inseguro com bissexualidade. Esses são comportamentos humanos que atravessam todas as orientações sexuais. Nada deve ser presumido sobre a sexualidade de ninguém, incluindo a sua”. (The Bisexual Manifesto, 1990, tradução nossa).

Cura da homossexualidade

No final do século XX, a Ciência, incluindo organizações profissionais da área da Psiquiatria e Psicologia, bem como a própria Organização Mundial da Saúde, declarou que a homossexualidade e bissexualidade não são doenças e nem distúrbios ou transtornos, e são tão naturais quanto a heterossexualidade (American Psychological Association Task Force, 2009).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Resolução 001/99, veda toda e qualquer tentativa de profissionais da Psicologia de “curar” pacientes homo ou bissexuais (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Nesses casos, quem infringir a resolução pode sofrer sanções, inclusive a perda do registro profissional. Também profissionais da Psiquiatria ou Medicina podem ser denunciados ao Conselho Regional de Medicina (CRM), caso tentem “tratar” a homossexualidade.

Em maio de 2012, a Organização Pan-Americana da Saúde publicou o documento “Curas para uma doença que não existe”, no qual afirma que “as supostas terapias de mudança de orientação sexual carecem de justificativa médica e são eticamente inaceitáveis”, posicionando-se formalmente como autoridade de saúde no sentido de que a homossexualidade é uma variação natural da sexualidade humana e não é patológica e que as supostas “terapias de reconversão” são ineficazes e têm caráter nocivo (Organização Pan-Americana da Saúde, 2012).

Em 20 de abril de 2020, o STF negou provimento à Ação Popular que alegava a inconstitucionalidade da Resolução 001/99 do CFP, de modo que a Resolução continua em vigor.

A ação foi movida por um grupo de profissionais de Psicologia em ligações com grupos religiosos que defendem o tratamento de reversão da homossexualidade, conhecido como “cura gay”.

Leia o código QR para
acessar a fonte.



Desvio sexual

No Brasil, a homossexualidade não é considerada “desvio sexual” desde 1985, pelo CFM. É um termo ofensivo, pois enquadrava a homossexualidade na classificação de “parafilia” ou distúrbio de preferência sexual.

Gay

Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays (Gênero, 2009).

A palavra “gay” vem do inglês e naquele idioma antigamente significava “alegre”. A mudança do significado para homossexual “remonta aos anos 1930 (...) e se estabeleceu nos anos 1960 como o termo preferido por homossexuais para se autodescreverem. [A palavra] Gay no sentido moderno se refere tipicamente a homens (enquanto que lésbica é termo padrão para mulheres homossexuais)” (Oxford Dictionaries, 2017, tradução nossa).

Heteronormatividade

Heteronormatividade é uma expressão utilizada para descrever ou identificar uma norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente, e que não seguir essa postura social e cultural coloca a pessoa em desvantagem perante o restante da sociedade (Bento, 2008).

Heterossexista

O heterossexismo é a atitude condizente com a ideia de que a heterossexualidade é a única forma sadia de orientação sexual. O termo é utilizado na mesma acepção que caracteriza as palavras racismo e sexismo (Borillo, 2009).

Heterossexual

Indivíduo amorosamente, fisicamente e afetivamente atraído por pessoas do sexo/gênero oposto (adaptado de Gênero, 2009). Heterossexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo/gênero para se identificarem como tal.

Homossexual

É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mes-

mo sexo/gênero (adaptado de Gênero, 2009). Assim, o termo homossexual pode se referir a homossexuais femininas – lésbicas, ou homossexuais masculinos – gays (vide as definições de lésbica e gay nesta seção).

Homoafetivo

Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010).

Lésbica

Mulher (cis ou trans) que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero (cis ou trans). Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas (GÊNERO, 2009).

A palavra lésbica originalmente se referia apenas às habitantes da ilha de Lesbos na Grécia, onde vivia a poetisa Safo entre os séculos VI e VII a.C. Safo escrevia muitos poemas de amor dirigidos a outras mulheres.

Não se sabe com precisão quando a palavra lésbica começou a ser utilizada para descrever mulheres que amam outras mulheres, embora seja possível encontrar o uso da palavra já no século XIX. Passou a ser utilizada amplamente com o surgimento do feminismo lésbico nos anos 1960 e 1970 (ABOUT.COM LESBIAN LIFE, 2013).

Pansexualidade

Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade. O prefixo pan-vem do grego e se traduz como “tudo”. Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração afetiva e/ou sexual por outras pessoas independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico (Adaptado de Marshall Cavendish Corporation, 2010).



Curiosidade

Uma relação entre dois homens, por exemplo, um gay e outro bissexual, pode ser considerada uma relação aquiliana, e uma relação entre duas mulheres pode ser considerada uma relação sáfica. Em vez de falar “relacionamento gay” ou “relacionamento lésbico”, essas terminologias são utilizadas para não invisibilizar pessoas bissexuais, pansexuais ou outras multissexualidades.

A homossexualidade não é uma opção sexual

“Impende estabelecer algumas premissas fundamentais para a apreciação da causa. A primeira delas [...] é a seguinte: a homossexualidade é um fato da vida. Há indivíduos que são homossexuais e, na formulação e na realização de seus modos e projetos de vida, constituem relações afetivas e de assistência recíproca, em convívio contínuo e duradouro – mas, por questões de foro pessoal ou para evitar a discriminação, nem sempre público – com pessoas do mesmo sexo, vivendo, pois, em orientação sexual diversa daquela em que vive a maioria da população.

A segunda premissa importante é a de que a homossexualidade é uma orientação e não uma opção sexual. Já é de curso corrente na comunidade científica a percepção [...] de que a homossexualidade não constitui doença, desvio ou distúrbio mental, mas uma característica da personalidade do indivíduo. Sendo assim, não parece razoável imaginar que, mesmo no seio de uma sociedade ainda encharcada de preconceitos, tantas pessoas escolhessem voluntariamente um modo de vida descompassado das concepções morais da maior parte da coletividade, sujeitando-se, *sponte propria*, à discriminação e, por vezes, ao ódio e à violência. Independentemente da origem da homossexualidade – isto é, se de raiz genética, social, ambas ou quaisquer outras –, tem-se como certo que um indivíduo é homossexual simplesmente porque o é. Na verdade, a única opção que o homossexual faz é pela publicidade ou pelo segredo das manifestações exteriores desse traço de sua personalidade. [...]

A terceira premissa é, a rigor, um desdobramento das anteriores: a homossexualidade não é uma ideologia ou uma crença.”

(Ministro Luiz Fux. Voto proferido no julgamento da ADPF 132 / ADI 4277.

Fonte: Revista Trimestral de Jurisprudência v. 219, p. 246, 2012)

Cronologia de termos e siglas, com ênfase no Brasil

Grécia Antiga

Na Grécia Antiga não existia o conceito de “homossexual” como o entendemos hoje. No entanto, existia o fenômeno da pederastia: uma relação socialmente reconhecida entre um adulto e um jovem do sexo masculino geralmente na adolescência. Eis a origem da palavra “pederasta”.

Na Idade Média / Moderna / Contemporânea, em português utilizava-se o termo “sodomita” na linguagem erudita, e o termo “somitigo” na linguagem popular.

1862 – Uranismo (Karl Heinrich Ulrichs)

Homossexual

Segundo Féray (1981), os termos homossexual e homossexualidade apareceram pela primeira vez em dois documentos anônimos publicados em Leipzig em 1869, com autoria atribuída ao jornalista húngaro Karl Maria Benkert (conhecido também pelo pseudônimo Kertbeny Károli).

Os documentos eram endereçados ao Ministro da Justiça da Prússia e argumentavam contra a penalização da “sodomia” (homossexualidade) naquele Estado.

Anos 1970/1990

Neste período no Brasil, o movimento organizado de pessoas LGBTI+ usava o termo genérico “homossexual” e não adotava siglas para identificar cada um desses segmentos.

Anos 1980/1990 - GLS

Sigla que se popularizou por designar, em uma única abreviação, não só os gays e lésbicas, mas também as pessoas que, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero, se solidarizam e “simpatizam” em relação à diversidade LGBTI+. GLS também é utilizado para descrever as atividades culturais e mercadológicas comuns a este grupo de pessoas.

A sigla GLS é excludente porque não identifica as pessoas bissexuais, travestis e transe-

xuais, entre outras identidades dissidentes da cisheteronorma³. Dessa forma, não deve ser empregada como referência à esfera política das diversas vertentes dos movimentos LGBTI+ (ABGLT, 2010).

1992 – Associação de Travestis e Liberados (Astral) – início do Movimento Nacional de Travestis e Transexuais

1993 - Lésbicas e Homossexuais

Em 1992, participantes lésbicas no 6º Encontro Nacional do Movimento Homossexual (chamado assim desde o fim dos anos 70), reivindicaram maior espaço na programação dos Encontros e a discussão de “gênero, misoginia, machismo/sexismo (...) dentro dos grupos ‘gays’ (isto é, grupos de homossexuais masculinos).” (6º EBHO, 1992). Assim, quando da organização do próximo Encontro, o nome do evento mudou para “7º Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais”, dando mais destaque para as lésbicas (ainda em meio a polêmicas).

No final deste Encontro, definiu-se, por fim, que o próximo teria o nome de “8º Encontro de Gays e Lésbicas”, deixando de usar o termo “homossexuais” (7º EBLHO, 1993).

1995 - Gays, Lésbicas e Travestis - GLT

O 7º Encontro também havia decidido pela criação de uma “Comissão Brasileira de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas” (7º EBLHO, 1993). A mesma foi fundada durante o 8º Encontro em 1995, com o nome “Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis” (ABGLT), acrescentando a palavra “travestis” e também proporcionando mais visibilidade à luta deste segmento pelo reconhecimento de seus direitos, além de unir as forças dos diferentes segmentos representados pela sigla. No decorrer dos próximos anos, o “T” da sigla passou a abranger travestis e transexuais, e às vezes transgêneros também, sendo escrito, GLT, GLTT ou GLTTT, conforme o ponto de vista em questão.

Anos 1990 – Também surge a sigla HSH – Homens que fazem Sexo com Homens, conceito cunhado por epidemiologistas.

2002 – Homoafetivos(as): termo criado pela Dra. Maria Berenice Dias, usado principalmente para falar de direitos / questões jurídicas.

2005 - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis - GLBT

No decorrer dos anos 2000, as pessoas bissexuais começaram a ter mais voz e a letra B foi acrescentada à sigla GLT em 2005.

3. Cisheteronorma ou cisheteronormatividade pode ser descrita como conjunto de normas sociais definidas, que moldam e regulam o comportamento das pessoas e estabelecem como única possibilidade a cisgeneridade e heterossexualidade. Assim, a cisheteronormatividade é percebida como um sistema de controle social que limita as identidades de gênero e orientações sexuais em nossa sociedade (Rosa, 2020).

2008 - LGBT

No dia 08 de junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 representantes nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil, começando pelas lésbicas (62% foram favoráveis em votação). Posteriormente, em dezembro de 2008, no maior evento do movimento LGBTI+ do Brasil, o Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – EBLGBT, também decidiu-se pelo uso do termo LGBT.

Por volta de 2018, passou-se a incluir a letra “I” – LGBTI – para contemplar as pessoas Intersexo.

A partir de 2019 acrescentou-se o “+”, significando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos + outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

2020/2021

A letra “A” começa a surgir na sigla, se referindo a assexuais e agêneros.

2023

O Governo Federal adotou a sigla LGBTQIA+.

A Aliança Nacional LGBTI+ usa a sigla LGBTI+, significando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos + outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, não utilizando o “Q” de *queer*, por entender que se trata de uma teoria (ex. Butler), e que as outras letras são identitárias.

(Cronologia elaborada por Toni Reis, com contribuições do Prof. Dr. Luiz Mott e de Zoé Rosa).

A3

Identidade e expressão de gênero

Identidade de gênero

Identidade de gênero é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (Princípios, 2006).

Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si e como se reconhece no mundo. Ela possibilita que as pessoas se reconheçam como pertencentes a um grupo que compartilha vivências similares. Pode ser binária, ou o que se entende socialmente por masculino e feminino, ou não binária, a qual é um espectro que abrange pessoas que se identificam com uma combinação de parte dos gêneros masculino e feminino, com nenhum gênero ou com outra possibilidade. Trata-se da convicção íntima do gênero de uma pessoa (adaptado de ABGLT, 2010). A identidade de gênero da pessoa não necessariamente é visível para as demais pessoas.

Identidade de gênero autodeclarada

Em 1º de março de 2018, em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275, o STF determinou que a retificação do registro civil (alteração de nome) no tocante às pessoas trans e travestis deve se dar de modo desburocratizado – ou seja, sem demanda judicial, nos próprios cartórios, por meio de autodeclaração –, sem limite de idade (respeitando a maioridade civil e a representação dos responsáveis no caso das pessoas menores de idade), sendo desnecessária tanto a apresentação de laudos psicológicos e psiquiátricos quanto a cirurgia de readequação sexual.

Dando seguimento, em 29 de junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o Provimento 73/2018 que regulamenta alterações do nome e sexo de pessoas transgênero no registro civil.

*Leia o código QR para
acessar a fonte.*



Despatologização da transexualidade

Durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2019, os estados membros das Nações Unidas adotaram a 11ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), cuja redação havia ficado pronta em 18 de junho de 2018. A CID-11 faz uma mudança significativa em retirar as categorias relacionadas às pessoas trans da lista de Transtornos Mentais e Comportamentais. A CID-11 entrou em vigor nos estados membros em 1º de janeiro de 2022. (Adaptado de www.equal-eyes.org, edição de 26 de maio de 2019).

Readequação de sexo e gênero: processo transexualizador

A cirurgia para a redesignação* de sexo foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina em 2002. No Brasil, o Ministério da Saúde oferece atenção às pessoas nesse processo por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a publicação da Portaria Nº 457, de 2008 (Brasil, 2008). A partir de 2013, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2803 (Brasil, 2013), ampliou o processo transexualizador no SUS, aumentando o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares e incluindo procedimentos para readequação genital.

** Os termos redesignação e transgenitalização são utilizados pelos órgãos oficiais, como o CFM e o Ministério da Saúde. No entanto, há uma tendência no movimento LGBTI+ de preferir o termo readequação.*

Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES - PopTrans)

Em dezembro de 2024, o Ministério da Saúde apresentou o Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans), que ficaria no âmbito da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (Saes). A partir das atividades de um Grupo de Trabalho (GT) montado em 2023 para Revisão do Processo Transexualizador no SUS, a proposta previa um investimento de R\$152 milhões até 2028 — destes, R\$68 milhões em 2025 — e incluía o acompanhamento à população trans durante toda a vida — o que garantiria cuidado a essas pessoas e a sua rede de apoio.

Infelizmente, o projeto do Paes Pop Trans, que marcaria grande avanço no cuidado, foi engavetado em 2025 por pressão do Legislativo Federal, através de parlamentares fundamentalistas. Dentre as razões levantadas para a suspensão do Paes Pop Trans, está a recente Resolução nº 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que aumentou a idade mínima para o processo transexualizador e proibiu o bloqueio puberal¹ para mudança de gênero.

Mais de 130 organizações, dentre elas a Associação Nacional de Travestis e Transexu-

1 Bloqueio puberal, ou bloqueio da puberdade, é o acompanhamento e tratamento medicamentoso que impede, temporariamente, o desenvolvimento dos caracteres sexuais durante a adolescência. Como o nome indica, é uma hormonioterapia que bloqueia os hormônios que modificam o corpo na puberdade. Este tratamento é reversível.

ais (ANTRA), publicaram uma nota pública em defesa da vida e do direito à saúde da população trans e travesti, repudiando a Resolução do CFM e o alinhamento do Ministério da Saúde, que exhibe um retrocesso social e jurídico nos direitos da população. Tal retrocesso, além de ignorar evidências da medicina contemporânea, vulnerabiliza pessoas trans e travestis.

A resolução se encontra sob questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF) e está prevista para julgamento final pela 1ª turma no dia 17 de outubro.

Nome social

O nome social é aquele escolhido por pessoas transgênero (homens trans, mulheres trans, travestis e não binárias) de acordo com o gênero com o qual se identificam, independentemente do nome que consta no registro de nascimento. O nome social já pode ser usado, por exemplo, em atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), para inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e em cartões de contas bancárias, instrumentos de pagamentos, em canais de relacionamento e em correspondências de instituições financeiras. É importante respeitar o nome social da pessoa, evitando divulgar o nome de registro dela, porque gera constrangimento e humilhação desnecessários.

Expressão de gênero

Expressão de gênero é como a pessoa se manifesta publicamente, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas.

Nem sempre é possível saber o gênero de uma pessoa apenas observando sua expressão de gênero (adaptado de GLAAD, 2016).

Abaixo há mais alguns conceitos referentes à identidade e expressão de gênero.

Agênero

Pessoa que não se sente pertencente a nenhum gênero (Caderno, 2017).

Androginia

Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum tanto ao gênero feminino quanto ao masculino (Brasil, 2016a).

Binarismo de gênero

Ideia errônea ou equivocada de que só existe macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher, sendo considerada limitante para as pessoas não binárias (Caderno, 2017).

Cisgênero

Termo utilizado para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis, homens trans e pessoas não binárias). “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-” (GLAAD, 2016). Refere-se ao indivíduo que se identifica com o gênero atribuído ao nascer.

Cross-dresser

Embora qualquer pessoa possa vestir roupas associadas a um gênero diferente, o termo *cross-dresser* se refere tipicamente a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagem e acessórios culturalmente associados às mulheres. Esta prática é uma forma de expressão de gênero e não é realizada para fins artísticos. Os *cross-dressers* não querem mudar permanentemente o seu sexo/gênero ou viver o tempo todo como mulheres (GLAAD, 2016).

Drag

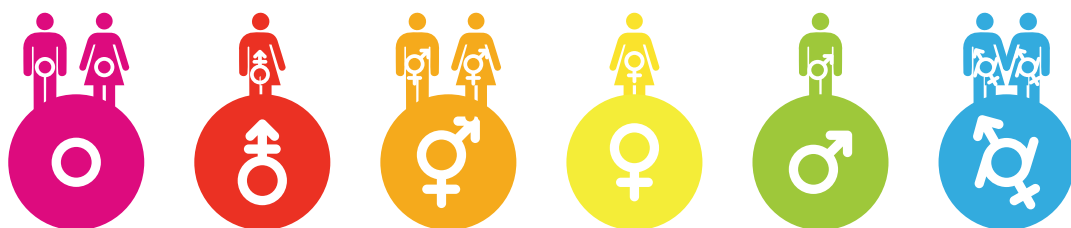
Parte da cultura LGBTI+, *drag* é uma forma de arte e entretenimento que se utiliza do exagero para realizar uma sátira; feito com objetivo profissional, de expressão pessoal ou de crítica social. As performances podem envolver música, atuação, dança, comédia, entre outras expressões artísticas. *Drag queens* são personagens femininas, *drag kings* são personagens masculinas e *drag queers* são personagens que mesclam características consideradas femininas e masculinas ou se utilizam de outras fontes de inspiração. Pessoas de todas as orientações sexuais ou identidades de gênero podem fazer *drag*. Também são conhecidas como transformistas. (Contribuição do Coletivo AbrAce).

Gênero fluido (*gender-fluid*)

Gênero fluido são pessoas cuja percepção pessoal sobre sua identidade de gênero pode se alterar de tempos em tempos. As mudanças podem ser graduais ou súbitas, em diversos intervalos de tempo, entre certos gêneros ou entre gêneros completamente diferentes a cada mudança. (Adaptado de orientando.org).

Pessoas não binárias

Indivíduos que não são exclusiva e totalmente mulher ou homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações (Reis; Pinho, 2016). Pessoas não binárias podem ou não se considerar transgêneras/transexuais.



Queer

Um adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja identidade de gênero e/ou orientação sexual não é exclusivamente cisgênera e heterossexual. De modo geral, para as pessoas que se identificam como *queer*, os termos lésbica, gay, e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade.

O termo *queer* também é utilizado por alguns para descrever sua identidade e/ou expressão de gênero. Quando a letra Q aparece ao final da sigla LGBTI+, geralmente significa *queer* e, às vezes, *questioning* (questionamento de gêneros) (GLAAD, 2016).

Ideologia de gênero

Uma falácia inventada e divulgada por setores (ultra)conservadores e fundamentalistas sob o pretexto velado de negar a igualdade de direitos e o respeito às mulheres e às pessoas LGBTI+, alegando que “ideologia de gênero” induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, negando a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBTI+ comprovadas com dados oficiais e estudos científicos (Reis; Eggert, 2017).

Na verdade, o que há são estudos de gênero que colocam em evidência a estigmatização e marginalização das mulheres e pessoas LGBTI+, além dos altos índices de homicídios.

Transgênero

Terminologia utilizada para descrever pessoas que não se identificam com o gênero com o qual foram designadas ao nascer. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade (ABGLT, 2010). Segundo Letícia Lanz (2015), não faz sentido escrever “travestis, transexuais e transgêneros”, ou usar TTT na sigla LGBTI+, uma vez que travestis e transexuais são transgênero por definição. Escreva-se travestis e transexuais, ou transgêneros, ou, de preferência, pessoas trans.

Transexual

Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo/gênero designado no nascimento. Pessoas transexuais podem ou não desejar terapias hormonais ou cirurgias de afirmação de gênero. (Adaptado de Caderno, 2017).

Mulher trans

Mulher trans é a pessoa do gênero feminino, embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo masculino ao nascer.

Homem trans

Homem trans é a pessoa do gênero masculino, embora tenha sido biologicamente designado como pertencente ao sexo feminino ao nascer.

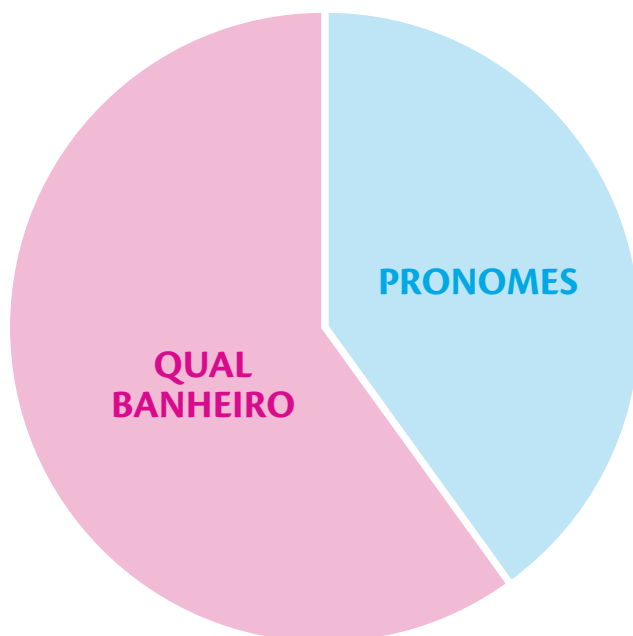
Travesti

Uma construção de gênero feminino, oposta ao gênero designado ao nascimento, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, porém, vale ressaltar, isso não é regra para todas. Existe o grupo dentro deste segmento que se autoafirma “mulheres travestis”.

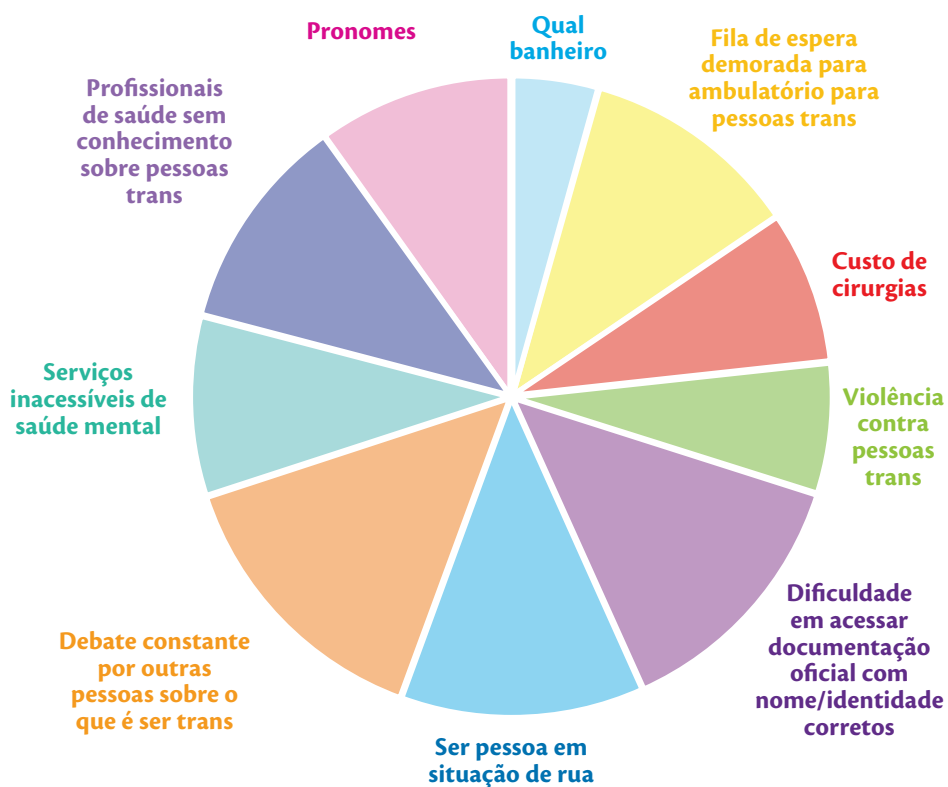
Atualmente, o termo travesti adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo. (Definição da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, aprovada pelo coletivo de participantes do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS – ENTLAIDS, Rio de Janeiro, 2008; com colaboração adicional do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros; e adaptações de ABGLT, 2010; e Caderno, 2017).



Questões trans no senso comum:



O que são as questões trans de fato:



FIQUE SABENDO!

Travesti é uma identidade trans feminina específica do Brasil e da América Latina. Em outras civilizações existem outras denominações para identificar pessoas que não se enquadram no binário de gênero masculino-feminino/homem-mulher, como:

América do Norte: *Two spirit* (dois espíritos) é um termo de origem sagrada e significa uma pessoa indígena que se identifica como tendo sido abençoada ao nascer tanto com um espírito “masculino” quanto com um espírito “feminino” não se enquadrando nas normativas de gênero (Adaptação de Wilson, 1996).

México: *Muxes* é um termo com origem na cultura zapoteca (povo originário do México), considerado como um gênero particular que conseguiu resistir à presença do invasor europeu e preservar boa parte de sua cultura ancestral. Para reivindicar essa identidade é necessário ter nascido com pênis e em algum momento de sua vida ter assumido publicamente pelo menos um dos papéis atribuídos às mulheres (Botton, 2017).

Índia: *Hijras* é um termo utilizado por uma comunidade religiosa formada por pessoas que nasceram com pênis, mas que se vestem e agem como mulheres e cuja cultura é centralizada na adoração de Bahuchara Mata, uma das muitas versões da Deusa Mãe adorada em toda a Índia (Jones, 2007). Conhecidas há aproximadamente 5 mil anos, antes do contato com a cultura europeia, as *Hijras* eram consideradas sagradas e desfrutavam de certa tranquilidade para expressarem sua identidade publicamente (Oliveira, 2020).

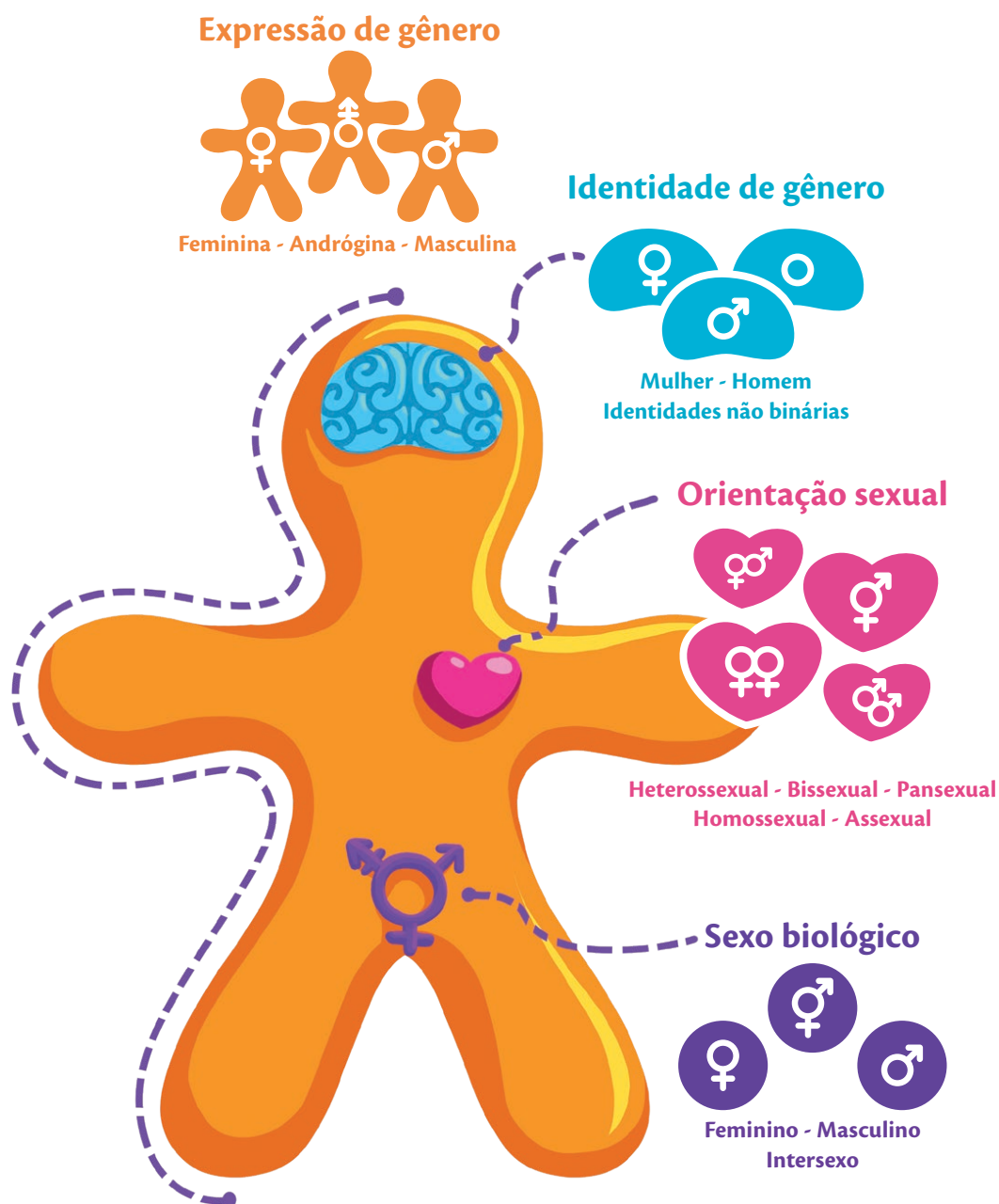
Conselho Federal de Psicologia

Em janeiro de 2018, no Dia da Visibilidade Trans, o CFP publicou a Resolução CFP 01/2018, que regulamenta a forma como a categoria deve atuar no atendimento a travestis e transexuais. Profissionais de Psicologia devem atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia – compreendida como todas as formas de preconceito, individual e institucional, contra as pessoas travestis e transexuais.

A Resolução orienta, ainda, que as e os profissionais não favoreçam qualquer ação de preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas transexuais e travestis, além de impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação, e vedar a colaboração do profissional com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias (Conselho Federal de Psicologia, 2018).



Identidade e expressão de gênero





Expressão de gênero

Forma como a pessoa manifesta publicamente a sua identidade de gênero, por meio do nome, vestimenta, corte de cabelo, comportamentos, voz e/ou características corporais e forma como interage com as demais pessoas. Nem sempre corresponde ao seu sexo biológico.



Identidade de gênero

Forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero, lembrando que nem todas as pessoas se enquadram, e nem desejam se enquadrar, na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e *queer*, por exemplo.



Orientação sexual

Inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e/ou emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero, do mesmo gênero ou não sentir atração sexual. Lembrando: as quatro orientações sexuais preponderantes mencionadas acima não são as únicas. Existe uma gama de possibilidades.



Sexo biológico

Conjunto de características físicas: órgãos genitais, gônadas, hormônios e cromossomos.

Feminino = vulva, canal vaginal, útero, ovários, cromossomos XX etc.

Masculino = pênis, próstata, testículos, cromossomos XY etc.

Intersexo = qualquer variação biológica que não se enquadre no conceito binário de corpo feminino ou masculino

(Fonte: SOMOSGAY, 2014; Caderno, 2017; com contribuições do Coletivo AbrAce)



Ampliando o debate

No ambiente acadêmico, está em discussão a possibilidade de substituir os termos “sexo masculino” e “sexo feminino” por termos mais inclusivos, principalmente para pessoas trans. Assim, propõe-se o uso de expressões como “sexo típico testicular” ou “sexo reprodutor testicular” em vez de “sexo masculino”, e “sexo típico ovariano” ou “sexo reprodutor ovariano” em vez de “sexo feminino”. Esta discussão parte dos seguintes princípios:

1. os termos “masculino” e “feminino” ainda carregam uma conotação de gênero, sendo muitas vezes violentos para pessoas transgênero;
2. os termos “testicular” e “ovariano” se baseiam na terminologia utilizada na área de desenvolvimento embrionário, considerando que até certo momento da gestação somos todos um conjunto de células sem sexo definido. Somente a partir do desenvolvimento de testículos ou ovários que os nossos órgãos genitais, e do sistema reprodutor como um todo, começam a se desenvolver;
3. se a maior questão relacionada ao sexo biológico é a área médica, para que profissionais da saúde tenham conhecimento sobre os órgãos e sistemas de seu paciente, é importante o destaque nas gônadas (ovários e testículos) e não nos pressupostos de gênero atrelados ao conceito binário de masculino/feminino. Os ovários e testículos são os órgãos responsáveis pela produção de hormônios importantes para o desenvolvimento do nosso corpo (ovários - estrogênio e progesterona; testículos - testosterona) e de células reprodutivas (óvulos e espermatozóides).

Para saber mais, acesse: <https://doi.org/10.1038/518288a%20%20> ou <https://medium.com/@celynasantiago65/sexo-redefinido-traducao-do-artigo-da-nature-90110e8c475f> Curiosidades históricas



- A palavra “lésbica” deriva do nome da ilha de Lesbos, onde viveu Safo (cerca de 610-580 a.C.), a poetisa grega conhecida por sua poesia lírica celebrando o amor e a atração entre mulheres. Safo era casada e, quando ficou viúva, foi trabalhar em uma escola para meninas. Apaixonou-se por uma de suas alunas, Átis, que foi tirada da escola pelos pais devido à fofoca que rolou por toda a ilha.
- Na Grécia Antiga, onde o que se considera homossexualidade era prática comum, não havia um termo específico para designá-la. O filósofo Sócrates (469-399 a.C.) acreditava que o amor e o sexo entre dois homens inspiravam a criatividade e o conhecimento. Achava que o sexo heterossexual servia apenas para produzir crianças. Nessa época também, o exército encorajava o alistamento de casais homossexuais, pois acreditavam que, juntos, eles seriam guerreiros melhores.





- O conquistador Alexandre, o Grande (356-324 a.C.), rei da Macedônia, era bissexual, ou não monossexual. Hephaestion, seu amante, morreu durante uma batalha e teve um dos funerais mais suntuosos da Babilônia. Os preparativos foram tantos que a cerimônia só pôde ser realizada seis meses depois de sua morte.
- A pessoa trans mais famosa da história foi a francesa Chevalier d'Eon de Beaumont, uma diplomata que servia ao rei da França, Luiz XV. Ela nasceu em 1728 e morreu aos 83 anos. Viveu 49 anos sendo entendida socialmente enquanto “homem” e os outros 34 anos como transfeminina (Prefeitura de São Paulo, 2012).
- A travesti mais famosa da história do Brasil foi Xica Manicongo (Congo - Salvador, BA, Brasil, cerca de 1600). Xica foi uma pessoa escravizada que viveu em Salvador e trabalhou como sapateira na Cidade Baixa, de acordo com registros históricos guardados em Lisboa, Portugal. Seu sobrenome, Manicongo, era um título usado pelos líderes no Reino do Congo para se referir aos seus senhores e divindades. Isso significa que seu nome pode ser traduzido como “Rainha ou Realeza do Congo”. Xica se recusava a vestir roupas consideradas masculinas e a agir como esperavam de um “homem” naquela época (Jesus, 2019).

A4

Preconceito, estigma, estereótipo, discriminação e violência

Em resumo, discriminação é quando alguém trata outra pessoa de forma injusta por causa de preconceitos. Já o preconceito é ter uma ideia fixa sobre algo ou alguém, baseada em estereótipos, e isso pode ou não levar a discriminação. Um estereótipo é uma imagem simplificada e predefinida de algo ou alguém, e é a base das nossas crenças e preconceitos. O estigma, originalmente, era uma marca no corpo, seja natural ou causada por uma lesão. Hoje em dia, estigma social significa desaprovação forte de características ou crenças pessoais que são diferentes das normas culturais da sociedade. Esse tipo de estigma muitas vezes leva à marginalização de pessoas que não seguem as normas culturais estabelecidas.

Fobia

Uma fobia é um medo intenso que pode ser considerado um problema psicológico, derivando da palavra grega *phobia*, que significa “pânico” ou “terror”. Nas fobias, algumas coisas importantes acontecem: a pessoa experimenta um medo muito forte que é maior do que o perigo real da situação; esse medo parece não ter uma explicação lógica; a pessoa sente que não consegue controlar esse medo, mesmo tentando; e tende a evitar situações que desencadeiam esse medo intenso (Mestre; Corassa, 2000).

LGBTIfobia

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões cisheteronormativos, e até mesmo pessoas que não são LGBTI+ mas são percebidas como tais. A LGBTIfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e cisheteronormativos (adaptado de Junqueira, 2007). Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade.

Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de

fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra pessoas LGBTI+. Na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays (homofobia), lésbicas (lesbofobia), bissexuais (bifobia) e travestis e transexuais (transfobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação (ABGLT, 2010).

A LGBTIfobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade (Gênero, 2009).

É importante observar que, além da LGBTIfobia, o fenômeno da misoginia também se manifesta neste contexto, podendo ser definida como discriminação e violência contra mulheres (cis ou trans) ou pessoas designadas do gênero feminino ao nascer (Monsanto, 2019).

Crime de ódio

É qualquer crime cometido contra uma pessoa ou contra propriedade motivado por hostilidade ou preconceito com base em deficiência, raça, religião, identidade de gênero ou orientação sexual (Crown Prosecution Service, 2012, tradução nossa).

No contexto LGBTI+, a expressão é usada para descrever crimes motivados por sentimentos de ódio e preconceito contra pessoas LGBTI+ (homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, etc.).

Discriminação e a violência LGBTIfóbicas são crimes no Brasil

Em 13 de junho de 2019, o STF determinou que a discriminação e a violência LGBTIfóbicas são uma forma de racismo e puníveis como tal pela lei. A decisão do STF diz respeito à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e ao Mandado de Injução (MI) nº 4733.

A tese vencedora do julgamento dessas duas ações pelo STF estabelece o seguinte:

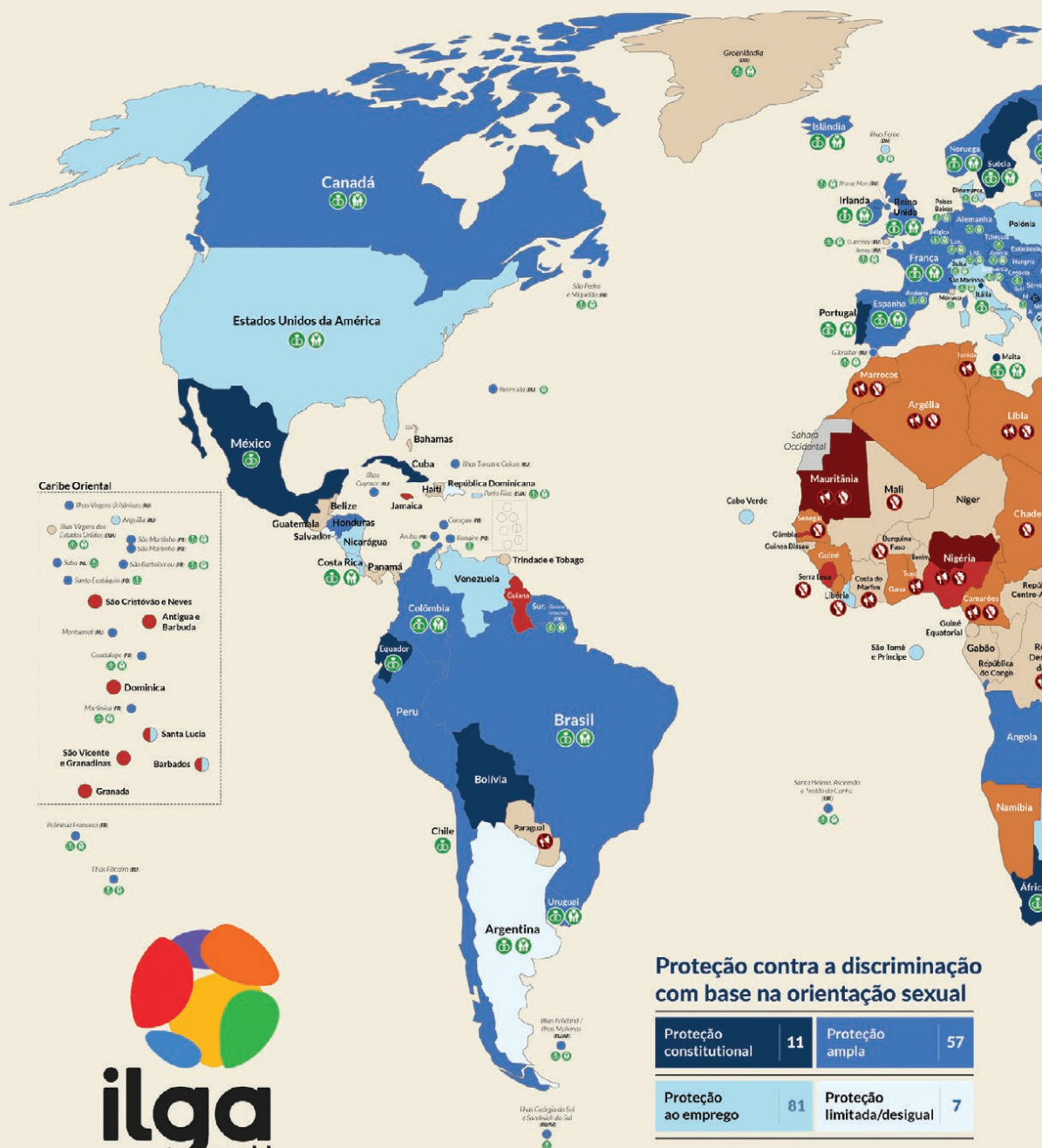
1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”);

2. A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero;
3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.

*Leia o código QR para
acessar a fonte.*



LEIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL NO MUNDO – 2020



Os dados apresentados neste mapa são baseados no relatório *Homofobia do Estado*, um relatório da ILGA de Lucas Ramón Mendos, Kellyn Botha, Rafael Carrano Lelis, Enrique López de la Peña, R.I. e Daron Tan. Este mapa pode ser reproduzido e impresso sem autorização, na medida em que a ILGA esteja devidamente credenciada e seu conteúdo não seja alterado de forma alguma. ilga.org

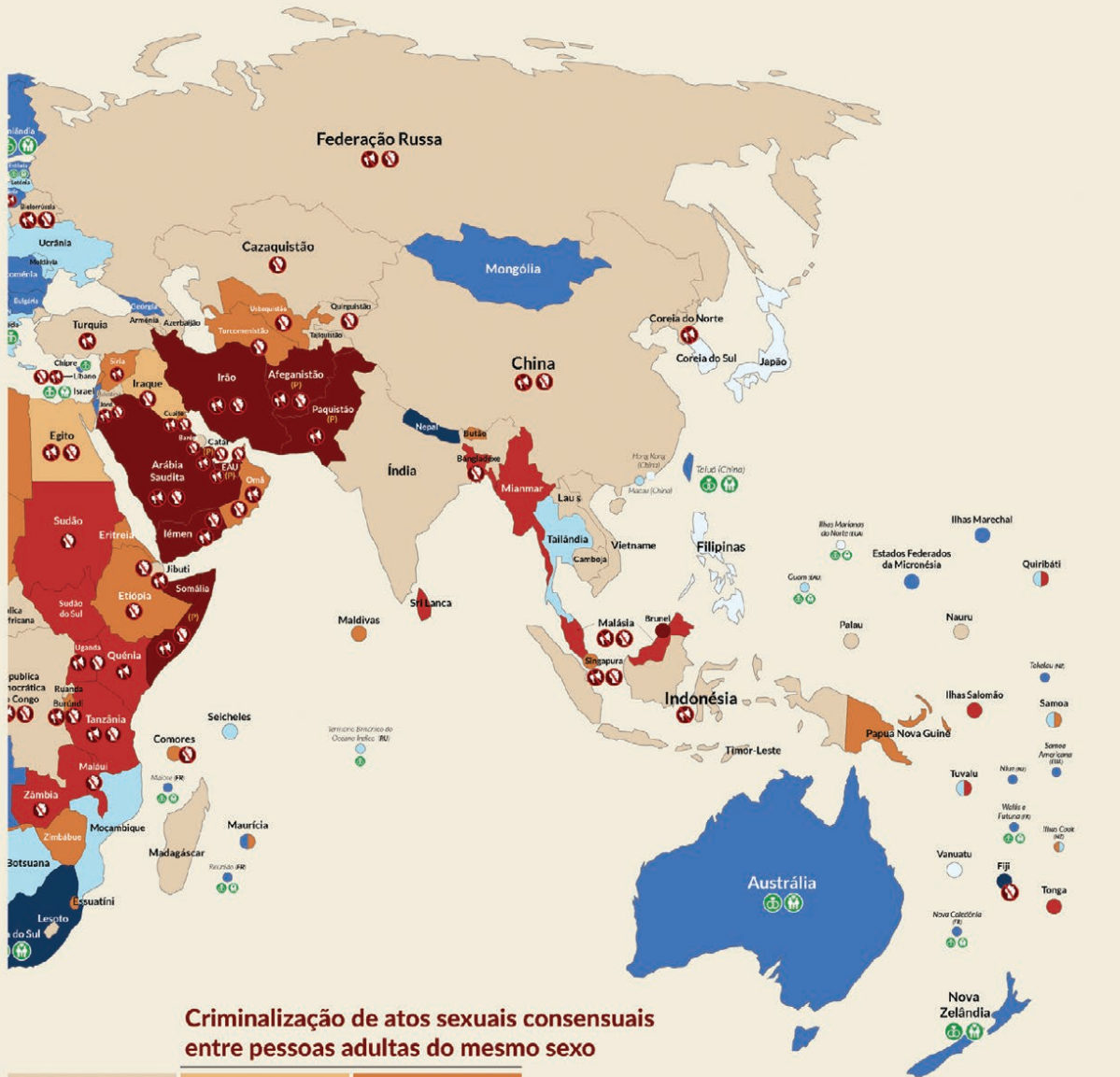


Casamento ou outras formas de união legal para casais do mesmo sexo



Adoção aberta a casais do mesmo sexo (adoção conjunta ou pelo segundo pai)

Da criminalização dos atos sexuais consentidos entre pessoas adultas do mesmo sexo à proteção jurídica contra a discriminação por orientação sexual.



DEZEMBRO 2020

Restrições ao exercício dos direitos

- Restrição à liberdade de expressão em questões SÓGIEESC
- Restrição ao registro ou operação de organizações da sociedade civil relacionadas à orientação sexual

Acesse dados atualizados em tempo real sobre os direitos da comunidade LGBTI+ no mundo: <https://database.ilga.org/es>



LGBTIfobia de Estado ou LGBTIfobia institucionalizada

Termo utilizado para se referir à postura do Estado, por meio da legislação, da omissão ou de atos de seus governantes ao promoverem discriminação ou incitarem o ódio, a hostilidade e repressão das pessoas LGBTI+. Em 70 (36%) dos 195 países do mundo ainda é ilegal ser LGBTI+, e em 11 desses países as pessoas LGBTI+ podem ser condenadas à morte pelo crime de serem quem são. Os 11 países são: Afeganistão, Brunei, Irã, Mauritânia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Sudão, Somália, Emirados Árabes Unidos e Iêmen (ILGA, 2020).

Central de Atendimento Aliança Nacional LGBTI+

O objetivo da Central de Atendimento Aliança Nacional LGBTI+ é garantir que todas as pessoas que buscam assistência recebam o suporte necessário de forma eficaz e adequada.

Todas as solicitações recebidas serão submetidas a um processo de triagem realizado pela equipe jurídica e de Serviço Social. Durante a triagem, a equipe avaliará cuidadosamente cada situação relatada, levando em consideração os aspectos legais e sociais envolvidos.

As possibilidades de encaminhamento são:

- Atendimento social;
- Atendimento jurídico.

Uma vez definido o encaminhamento apropriado, são fornecidas as orientações necessárias para ajudar a pessoa da melhor maneira possível.

Se você tiver alguma dúvida ou precisar de mais informações sobre o processo de triagem e encaminhamento, não hesite em entrar em contato pelo código QR a seguir:

Leia o código QR para
acessar o formulário.





Alguns dados de 2025

Criminalização:

- 62 países da ONU tem leis que criminalizam;
- 11 países têm pena de morte e 2 países aplicam de fato (Irã e Arábia Saudita);
- 129 não criminalizam.

Restrição ao exercício de direitos:

- 62 restringem a liberdade de expressão;
- 61 restringem a liberdade de associação.

Laços familiares:

- 37 países legalizaram o casamento igualitário;
- 35 legalizaram a união civil;
- 36 legalizaram a adoção conjunta;
- 35 legalizaram a adoção por 2º pai/mãe.

Identidade de gênero:

- 18 países reconhecem o direito à identidade de gênero baseada na autodeterminação.

Orientação sexual e identidade de gênero também são direitos humanos

Desde 2008, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm aprovado declarações e resoluções afirmando que a orientação sexual e a identidade de gênero também devem ser consideradas como direitos humanos. Em 2012, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos lançou uma publicação intitulada “Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos”.

A publicação elenca cinco obrigações legais dos Estados em relação à proteção dos direitos humanos de pessoas LGBTI+ que, resumidamente, são:

- proteger indivíduos de violência homofóbica e transfóbica;
- prevenir tortura e tratamento cruel, desumano e degradante de pessoas LGBTI+;
- descriminalizar a homossexualidade;
- proibir discriminação baseada em orientação sexual ou identidade de gênero;
- respeitar as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica.

*Leia o código QR para
acessar a fonte.*



Além disso, em 09 de janeiro de 2018, a OEA publicou oficialmente a Opinião Consultiva nº 24/17, a qual consolida o reconhecimento do casamento civil igualitário para parceiros de mesmo sexo/gênero nas Américas, bem como a possibilidade de retificação de nome civil e redesignativo de sexo/gênero sem cirurgia de transgenitalização. Os estados-membros da OEA que ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos, como o Brasil, têm a obrigação de adequar sua legislação interna aos parâmetros internacionais.

A violência e discriminação contra as pessoas LGBTI+ são “uma monumental tragédia para os que se preocupam e uma mancha na nossa consciência coletiva” (Ban Ki moon, Secretário Geral das Nações Unidas; UNHCHR, 2013).

*Leia o código QR para
acessar a fonte.*



LGBTIfobia internalizada

É quando a própria pessoa LGBTI+ assimila os valores negativos predominantes na sociedade acerca deste tópico e se percebe sob essa ótica (Blumenfeld, 1992). Esse comportamento pode levá-la a adotar atitudes preconceituosas ou até violentas contra outras pessoas LGBTI+.

Assumir-se

Processo de autoaceitação que pode durar a vida inteira. Constrói-se uma identidade de lésbica, gay, bissexual ou transgênero primeiramente para si mesmo, e, então, isso pode ser ou não revelado para outras pessoas.

“Sair do armário”

Revelar publicamente sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Disque 100

O Disque Direitos Humanos (Disque 100), do Governo Federal, tem um módulo específico para receber denúncias de discriminação e violência contra pessoas LGBTI+. Sempre que possível, é dado seguimento às denúncias pelos órgãos de direitos humanos nos estados e municípios. As estatísticas do Disque 100 são essenciais para retratar com dados oficiais a situação enfrentada pelas pessoas LGBTI+ no Brasil.

Tome muito cuidado com isso...

Há pessoas que associam incorretamente a homossexualidade com a pedofilia.

A Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da Organização Mundial da Saúde, item F65.4, define a pedofilia como a “preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, de meninas ou de ambos, geralmente pré-púberes” (World Health Organization, 2010).

Cientificamente, a predisposição para a pedofilia é resultante de condição psíquica e **não é ligada à orientação sexual**. Por definição, o pedófilo é uma pessoa que se sente sexualmente atraída por crianças, já que estas, ao contrário de adultos, não apresentam tipicamente características sexuais secundárias diferenciadas. O heterossexual, bissexual ou homossexual adulto típico não é sexualmente atraído por crianças. Se um adulto se sente atraído por uma criança, isso está relacionado à sua condição psíquica e não à sua orientação sexual (Groth; Birnbaum, 1978; Murray, 2000). Desta forma, não é correto vincular a pedofilia à homossexualidade.

Doação de sangue

Depois de mais de 30 anos de restrição à doação de sangue por pessoas trans, gays e outros homens que fazem sexo com homens no Brasil, em 8 de maio de 2020, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5543, o STF determinou ser inconstitucional a inabilitação temporária desta população para doação de sangue, conforme estabelecida pela Portaria nº 158/2016 do Ministério da Saúde, e a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“Orientação sexual não contamina ninguém, o preconceito sim” (Ministro Edson Fachin, STF, relator da ADI 5543)



A5

União estável, casamento, família e adoção

Em 5 de maio de 2011, o STF reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, com os mesmos direitos das uniões estáveis entre pessoas heterossexuais. A partir disso, a justiça passou a autorizar, em alguns casos, a conversão das uniões em casamento, bem como o casamento direto.

Em 14 de maio de 2013, o CNJ aprovou a Resolução nº 175, que permite em todo o Brasil o casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo/gênero.

(Conselho Nacional de Justiça, 2013)

Ainda que houvesse decisões anteriores autorizando a adoção de crianças/adolescentes por casais do mesmo sexo/gênero, a exemplo de decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em 2010, nem sempre esse direito ficou garantido na prática. No entanto, em 5 de março de 2015, a Ministra Cármen Lúcia, do STF, deu a decisão definitiva, reconhecendo o direito de adoção por casais homoafetivos.

Em sua decisão, a Ministra destacou que “a Constituição Federal não faz a menor diferenciação” entre casais heterossexuais e homoafetivos, “como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva.” (STF, 2015).

Direito homoafetivo

Visite o site www.direitohomoafetivo.com.br. Lá tem informações específicas e atualizadas, incluindo jurisprudências, sobre os direitos das pessoas LGBTI+.

Família homotransparental

Família homotransparental é aquela família em que existe ao menos uma pessoa que vivencie a orientação homossexual e/ou identidade de gênero trans. Ela pode ser composta por somente uma pessoa ou por um casal, cisgênero ou transgênero, com ou sem filhos (biológicos ou adotados). O casal gay sem filhos; a mulher lésbica com filho ou filha heterossexual, os pais heterossexuais com ao menos um filho ou filha gay, lésbica ou trans, todos são exemplos de família homotransparental. *

* *Definição fornecida pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH. Nesta acepção, a palavra parental pode se referir tanto a pai ou mãe, como a parentes.*



A6

HIV, AIDS e ISTs

HIV

Vírus da Imunodeficiência Humana (ou VIH nos demais países de língua portuguesa). Sem diagnóstico e adesão ao tratamento, a doença relacionada ao HIV é caracterizada pela deterioração gradativa da função imunológica. Por fim, a alta replicação do vírus leva à destruição do sistema imunológico, às vezes chamada de infecção avançada por HIV, o que leva à manifestação da AIDS (Baseado em UNAIDS, 2017).

AIDS

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (ou SIDA nos demais países de língua portuguesa). AIDS é uma definição epidemiológica baseada em sinais e sintomas clínicos, sendo uma grave condição de saúde. (Baseado em UNAIDS, 2017)

IST

Infecção Sexualmente Transmissível.

As ISTs são disseminadas pela transferência de organismos de uma pessoa para outra durante o contato sexual. Além das ISTs mais comuns (sífilis e gonorreia), a gama das ISTs também inclui: o HIV, que pode causar AIDS; a *Chlamydia trachomatis*; o papilomavírus humano (HPV), que pode causar câncer do colo do útero, o câncer peniano ou o câncer anal; o herpes genital; o cancro; entre outras. (UNAIDS, 2017, p. 30).

Risco e vulnerabilidade

No contexto do HIV, o termo “risco” se refere ao risco de exposição ao vírus ou a probabilidade de que uma pessoa possa contrair o HIV. São os comportamentos, e não o pertencimento a um determinado grupo, que colocam os indivíduos em situações que podem expô-los ao HIV. Certos comportamentos criam, aumentam ou perpetuam o risco. (Baseado em UNAIDS, 2017).

É um equívoco se referir a “grupos de risco” porque o termo é estigmatizante e desvia a

atenção do fato de que qualquer pessoa, independentemente de sua orientação sexual, que tenha relações sexuais sem proteção se expõe potencialmente à infecção pelo HIV ou outras ISTs. (Baseado em UNAIDS, 2017).

Também não é correto dizer que uma pessoa está “contaminada” com HIV ou outras ISTs. É preferível dizer que uma pessoa tem HIV, ou tem uma IST. A palavra contaminada é para quando a transmissão se dá por materiais ou ambientes não vivos (ex. água contaminada, contaminação por seringa). Quando a transmissão se dá por seres vivos ou materiais oriundos de seres vivos, fala-se em infecção (ex. sangue infectado, infecção por práticas sexuais não protegidas). (Baseado em UNAIDS, 2017).

Vulnerabilidade se refere a oportunidades desiguais, exclusão social e outros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que tornam uma pessoa mais suscetível à infecção pelo HIV e ao desenvolvimento da AIDS. Os fatores subjacentes à vulnerabilidade podem reduzir a capacidade de indivíduos e comunidades de evitar o risco de infecção pelo HIV, e podem estar fora do controle dos indivíduos. Tais fatores podem incluir: a falta de conhecimentos e habilidades necessários para se proteger e proteger os outros; acessibilidade limitada; qualidade e cobertura dos serviços; e fatores restritivos na sociedade, como violações de direitos humanos, leis punitivas ou normas sociais e culturais prejudiciais (incluindo práticas, crenças e leis que estigmatizam e desempoderam determinadas populações). Esses fatores, sozinhos ou em conjunto, podem criar ou exacerbar a vulnerabilidade individual e coletiva ao HIV. (UNAIDS, 2017, p. 26).

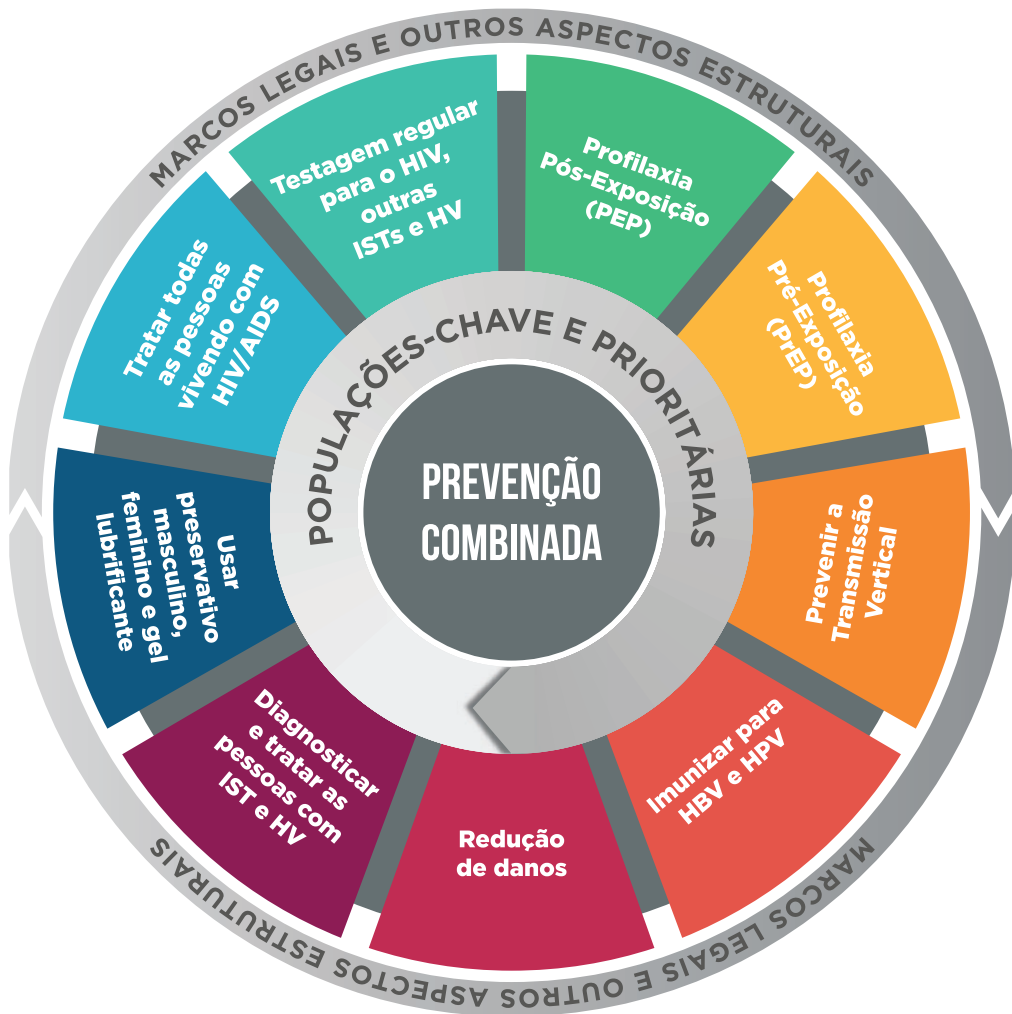
Prevenção combinada

A prevenção combinada associa diferentes métodos (ações) de prevenção ao HIV, mostrando a importância da prevenção das ISTs e das hepatites virais tanto para a prevenção do HIV quanto para a saúde integral das pessoas. Essas ações podem estar combinadas de acordo com as características individuais e o momento de vida de cada pessoa.

Essa conjunção de ações deve estar centrada na pessoa, em seus grupos sociais e na sociedade em que se inserem. A premissa básica estabelecida é a de que estratégias de prevenção abrangentes devem observar, de forma concomitante, esses diferentes focos, considerando as especificidades dos sujeitos e de seus contextos.

Entre os métodos que podem ser combinados estão: a testagem regular para o HIV, que pode ser realizada gratuitamente no SUS; a prevenção da transmissão vertical (quando a gestante é soropositiva e pode haver a transmissão do vírus para o bebê); o tratamento das infecções sexualmente transmissíveis e das hepatites virais; a imunização para as hepatites A e B; a redução de danos para usuários de álcool e outras drogas; a profilaxia pré-exposição (PrEP); a profilaxia pós-exposição (PEP); e o tratamento para todas as pessoas que já vivem com HIV.

É bom lembrar que uma pessoa com boa adesão ao tratamento atinge níveis de carga viral tão baixos que é praticamente nula a chance de transmitir o vírus. Além disso,



quem toma o medicamento corretamente não adoece e garante a sua qualidade de vida. Todos esses métodos podem ser utilizados pela pessoa isoladamente ou combinados. (Fonte: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/ist/prevencao>)

PrEP

A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) é um novo método de prevenção à infecção pelo HIV. Consiste na tomada diária de um comprimido que permite ao organismo estar preparado para enfrentar um possível contato com o HIV, ou seja, o indivíduo se prepara antes de ter uma relação sexual de risco para o HIV.

A PrEP não é para todas as pessoas. Ela é indicada para aquelas que tenham maior risco de entrar em contato com o HIV. Procure um profissional de saúde e informe-se para saber se você tem indicação para PrEP. Nesse tipo de prevenção, você deve tomar o medicamento todos os dias, fazer exames regulares e buscar sua medicação gratuitamente a cada três meses.

Importante: a PrEP não protege de outras ISTs (tais como sífilis, clamídia e gonorréia) e, portanto, deve ser combinada com outras estratégias de prevenção, como a camisinha. (Fonte: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada>)

PEP

A Profilaxia Pós-Exposição (PEP) é uma medida de prevenção de urgência para ser utilizada em situação de risco à infecção pelo HIV, existindo também profilaxia específica para o vírus da hepatite B e para outras ISTs. Consiste no uso de medicamentos ou imunobiológicos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio, tais como:

- Violência sexual;
- Relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com seu rompimento);
- Acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico).

Trata-se de uma urgência médica e deve ser iniciada o mais rápido possível — preferencialmente nas primeiras duas horas após a exposição de risco e no máximo em até 72 horas. A profilaxia deve ser realizada por 28 dias e a pessoa tem que ser acompanhada pela equipe de saúde, inclusive após esse período realizando os exames necessários.

(Fonte: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv>)



1º de dezembro - Dia Mundial de Luta Contra AIDS

Transformar o 1º de dezembro em Dia Mundial de Luta Contra a AIDS foi uma decisão da Assembleia Mundial de Saúde, em outubro de 1987, com apoio da ONU. A data serve para reforçar a solidariedade, a tolerância, a compaixão e a compreensão com as pessoas infectadas pelo HIV/AIDS. A escolha dessa data seguiu critérios próprios das Nações Unidas. No Brasil, a data passou a ser adotada, a partir de 1988, por uma portaria assinada pelo Ministério da Saúde.

O laço vermelho é visto como símbolo de solidariedade e de comprometimento na luta contra a AIDS. O projeto do laço foi criado em 1991 pela Visual AIDS, um grupo de profissionais de arte de Nova Iorque que queriam homenagear amigos e colegas que haviam morrido ou estavam morrendo de AIDS. O laço vermelho foi escolhido por causa de sua ligação ao sangue e à ideia de paixão (Universidade Federal Fluminense, 2013).

Datas comemorativas

Há no calendário datas comemorativas que marcam conquistas para a população LGBTI+. Todas elas podem ser exploradas pelos meios de comunicação como pauta para falar sobre avanços, mas para ressaltar que ainda falta muito para garantir plenos direitos a essa parcela da população brasileira.

Dia da Visibilidade Travesti e Transexual (29 de janeiro)

A data foi escolhida porque nesse dia, em 2004, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde lançou a campanha “Travesti e Respeito”, com o objetivo de sensibilizar educadores e profissionais de saúde e motivar travestis e transexuais para sua própria cidadania e autoestima. Desde então, algumas cidades brasileiras programam atividades para celebrar a ocasião.

Semana da Visibilidade Arromântica (sempre na primeira semana COMPLETA após o dia de São Valentim, em 14 de fevereiro, começando no domingo)

A data surgiu na internet em 2019, sendo chamada também de Semana Aro, e tem o objetivo de trazer visibilidade para a Arromanticidade (pessoas que não sentem ou sentem pouca atração romântica, independente da orientação sexual).

Dia Internacional da Visibilidade Transmasculina (20 de fevereiro)

É uma data importante que visa reconhecer e aumentar a conscientização sobre os desafios enfrentados pelos homens trans e pessoas transmasculinas na sociedade. Este dia serve como uma oportunidade para destacar suas experiências, lutas e conquistas, bem como para promover a inclusão e a igualdade para todas as identidades de gênero, buscando enfrentar o estigma, a discriminação e a invisibilidade enfrentados por essa comunidade.

Dia Internacional da Visibilidade Trans (31 de março)

O dia foi estabelecido pela ativista trans Rachel Crandall nos Estados Unidos em 2009, para promover divulgação positiva acerca de questões trans.

Dia do Orgulho de Ser Travesti e Transexual: “Resistir para (re)existir” (15 de maio)

Data instituída pelo Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro em 2017. O objetivo é atuar no resgate da cidadania plena, inclusão social e enfrentamento à violência cometida pela sociedade em geral contra a população trans.

Dia de Combate à LGBTIfobia (17 de maio)

Entre 1948 e 1990, a OMS classificava a homossexualidade como transtorno mental. Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da OMS aprovou a retirada da homossexualidade da CID.

Nesta data simbólica, organizam-se eventos em vários países para chamar a atenção dos governos e da opinião pública para a situação de opressão, marginalização, discriminação e exclusão social em que vivem os grupos LGBTI+ na maior parte dos países. No Brasil, o 17 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate à Homofobia, por Decreto assinado pelo Presidente da República em 04 de junho de 2010.

Decreto de 4 de junho de 2010

Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos II e VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de junho de 2010;
189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Paulo de Tarso Vannuchi
(Brasil, 2010).

Dia do Orgulho LGBTI+ (28 de junho)

A data tem sua origem nas lutas em torno do Bar Stonewall, em Nova Iorque, em 28 de junho de 1969, quando uma multidão se rebelou contra a polícia, que tentava prender homossexuais, travestis e transexuais. Durante uma semana, pessoas LGBTI+ e aliadas resistiram ao cerco policial e a data ficou conhecida como a Revolta de Stonewall. A partir de então, foi criado o *Gay Pride* e a resistência conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas.

Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos civis iguais. Nasceu o moderno movimento pelos direitos das pessoas LGBTI+.

Dia Internacional de Pessoas Não Binárias (14 de julho)

A data foi escolhida pelo fato de ser uma data mediana entre o dia Internacional do Homem e o Dia Internacional da Mulher. Este dia é um marco que promove a não binariedade de gênero.

Dia do Orgulho Lésbico (19 de agosto)

Nesse dia em 1983, ativistas lésbicas lideradas por Rosely Roth e acompanhadas de participantes de outros movimentos sociais ocuparam o Ferro's Bar em São Paulo, em resposta a agressões lesbofóbicas ocorridas lá algumas semanas antes.

Dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto)

A data refere-se ao dia em que se realizou o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), em 1996, no Brasil. É um dia dedicado a se discutir e dar visibilidade à comunidade de lésbicas no país.

Dia da Visibilidade Bissexual (23 de setembro)

Este dia é uma chamada às pessoas bissexuais e suas famílias, amigos/as e aliados/as para reconhecer e celebrar a bissexualidade, a história, a comunidade e a cultura bissexual, bem como a vida das pessoas bissexuais. O dia começou a ser celebrado a partir de 1999.

Dia Internacional da Despatologização Trans (21 de outubro)

O Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans existe desde 2007, com manifestações em diversas cidades do mundo. Teve por objetivo promover a consciência de que as identidades trans ainda eram consideradas transtorno mental pela CID-10, e exigir que as mesmas fossem despatologizadas, o que de fato ocorreu: na CID-11, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, foram retiradas as categorias relacionadas às pessoas trans da lista de Transtornos Mentais e Comportamentais.

Semana da Visibilidade Assexual (sempre na última semana COMPLETA de outubro, começando no domingo)

A data surgiu na internet em 2019, sendo chamada também de Semana Ace, e tem o objetivo de trazer visibilidade para a Assexualidade. (Fonte: www.aceweek.org/)

Dia da Visibilidade Intersexo (26 de outubro)

A data surgiu a partir do dia 26 de outubro de 1996, quando integrantes da *Intersex Society of North America* protestaram publicamente após serem impedidos de apresentar seus trabalhos na Conferência Anual da Academia Americana de Pediatria, questionando a forma desrespeitosa com que pessoas intersexo eram submetidas a cirurgias “normalizadoras”.

Dia da Solidariedade Intersexo (8 de novembro)

A data, comemorada desde 2005, celebra o aniversário de Herculine Barbin, uma, hoje, famosa pessoa Intersexo francesa, que teve suas memórias publicadas por Michel Foucault, primeiramente em 1978.

Dia Internacional da Lembrança Trans (20 de novembro)

Criado em 1999, o dia é um momento para relembrar todas as pessoas que foram assassinadas devido à sua identidade de gênero.

Dia Mundial Contra AIDS (1º de dezembro)

Dia em que internacionalmente vários governos e entidades se unem para conscientizar as pessoas ao redor do mundo sobre a AIDS.



Bandeiras e símbolos

Bandeira do Orgulho LGBTI+

Criada por Gilbert Baker em São Francisco no ano de 1978. Foi usada pela primeira vez na *Gay and Lesbian Freedom Day March*.

Em seguida foi adotada pelo *Pride Parade Committee* após o assassinato de Harvey Milk, ainda no mesmo ano. Representa a diversidade humana e as cores significam:

- Vermelho: Vida
- Laranja: Cura / saúde
- Amarelo: Luz do sol
- Verde: Natureza
- Azul: Arte
- Lilás: Espírito

A bandeira original tinha mais duas cores: rosa, significando sexualidade; e índigo significando harmonia.



Bandeira do Orgulho dos Gays

A bandeira gay em tons de azul, branco e verde foi criada em 2018 e popularizada pela internet, porém sua autoria não está claramente atribuída a um único designer. A cor azul representa harmonia e paz, o branco simboliza igualdade e unidade, e o verde indica esperança e progresso.



Essa versão atualizada da bandeira foi adotada por algumas pessoas da comunidade gay, no entanto é importante notar que essa bandeira não alcançou a mesma popularidade ou reconhecimento global que a bandeira do arco-íris, a qual representa o movimento LGBTI+ como um todo e não apenas homens gays.



Símbolos do Orgulho das Lésbicas

Signos de mulher entrelaçados: A união de dois desses signos lado a lado vem sendo usada para representar a comunidade lésbica desde a década de 1970.



Triângulo preto: Afixado em suas roupas, o símbolo denotava “mulheres antissociais” nos campos de concentração do regime nazista. Isso incluía feministas, lésbicas, prostitutas e mulheres que se negavam a gerar filhos. O triângulo negro tornou-se um símbolo de orgulho e solidariedade entre as lésbicas.



Labrys: O machado de duas lâminas está associado a sociedades matriarcais ancestrais, às amazonas e à deusa grega Deméter. Hoje em dia ele é um símbolo da força e da independência das lésbicas.



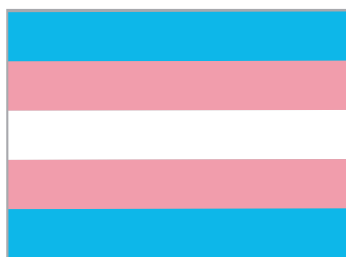
Bandeira do Orgulho das Lésbicas

A bandeira lésbica *sunset*, composta por cinco listras em tons de laranja, branco e rosa, foi criada em 2018. Embora não haja um registro claro de sua autoria, a arte reflete a beleza e diversidade da comunidade lésbica, evocando a imagem de um pôr do sol. Essa bandeira visa celebrar a identidade lésbica e promover a visibilidade dessa comunidade dentro do movimento LGBTI+.



Bandeira do Orgulho Bissexual

Criada por Michael Page em 1998, que explicou as cores assim: “a chave para compreender o simbolismo da bandeira do orgulho bi é saber que a faixa roxa cria uma transição suave entre as faixas rosa e azul, assim como no ‘mundo real’ os bissexuais se misturam suavemente tanto com as comunidades gays e lésbicas como com as comunidades heterossexuais.”



Bandeira do Orgulho das Pessoas Trans

Criada em 1999 por Monica Helm. As faixas azul claro representam a cor tradicional dos bebês homens, e as faixas em rosa claro representam a cor tradicional para bebês mulheres. As faixas brancas representam aqueles que são intersexo, estão em transição ou que se identificam com o gênero neutro ou não têm gênero definido.

Bandeira do Orgulho Intersexo

Criada em 2013 pela Organização Internacional Intersexo (Austrália). Segundo o website da organização: “O círculo não tem quebras ou ornamentos, representando a inteireza e a completude, e nossas potencialidades. Nós ainda lutamos por autonomia corporal e integridade genital, e isso simboliza o direito de sermos quem e como nós quisermos”.



Bandeira do Orgulho Não Binário

Criada por Kye Rowan em 2014. Rowan é ativista e artista não binário que projetou a bandeira para representar e promover a visibilidade da identidade não binária dentro da comunidade LGBTI+. A bandeira possui as listras amarela, branca, roxa e preta, refletindo de maneira simbólica a diversidade e a identidade não binária.



Bandeira do Orgulho Genderqueer

Criada por Marilyn Roxie em 2010 e consolidada em 2012. A faixa lavanda representa pessoas andróginas e a androginia, a branca representa a neutralidade de gênero, a verde representa identidades que se definem para além ou sem qualquer referência ao sistema binário de gênero (homem e mulher).



Bandeira do Orgulho Arromântico

A bandeira arromântica mais antiga foi criada em 2011, com a atual versão datando de 2014. A bandeira arromântica é composta por cinco faixas: duas faixas verde em gradiente, uma faixa branca, uma faixa cinza e uma faixa preta. As duas faixas verde em gradiente significam o espectro arromântico, a branca significa o amor platônico e relacionamentos, a cinza representa todos os espectros da sexualidade humana, enquanto a faixa preta representa a aromaticidade estrita.



Bandeira do Orgulho Assexual

Criada em 2010 por meio da *Asexual Visibility and Education Network (AVEN)*. A faixa preta representa a assexualidade, a cinza representa a área entre ser sexual e assexual, a branca representa o desejo sexual, e a roxa representa a comunidade.





Bandeira do Orgulho Pansexual

A faixa azul representa a atração por homens, a rosa representa a atração por mulheres, e a amarela representa a atração por pessoas que se identificam como sem gênero, de ambos os gêneros ou de um terceiro gênero.



Bandeira Inclusiva e Progressista do Orgulho LGBTI+ (*Progress Pride Flag*)

A bandeira surgiu em 2018, com listras acrescidas à tradicional bandeira do arco-íris, a fim de ser mais inclusiva. As listras azul, rosa e branca vêm da bandeira trans. Já as listras marrom e preta representam a diversidade de raça/etnia. Em 2021, Valentino Vecchietti (*Intersex Equality Rights UK*) acrescentou o triângulo amarelo com círculo roxo da bandeira intersexo. A bandeira significa corpo, identidade de gênero, orientação sexual e interseccionalidades.

Adaptado da Cartilha Aliança LGBTI+, Monsanto Brasil (2019); da página Bandeiras LGBTI+ do site ladobi.uol.com.br; do Manual de Comunicação LGBTI+ da ABGLT (2010); e dos sites Nova Mulher e do jornal The Independent.

A9

Breve histórico da luta LGBTI+

Um pouco de *como tudo começou e por que ainda lutar...*

Pois é, pessoas LGBTI+ existem desde que o mundo é mundo e nem sempre as coisas foram como são hoje:

PRÉ-HISTÓRIA – A antropologia mostra que as relações homossexuais eram permitidas, desempenhando um papel importante nos rituais de passagem masculinos (em Páua-Nova Guiné; nas ilhas Fiji e Salomão, na Melanésia e Oceano Pacífico).

500 ANOS ANTES DE ABRAÃO – Documentos egípcios revelam que a homossexualidade existia não somente entre os homens, mas também entre deuses, como Hórus e Seth. A bissexualidade dos homens era naturalmente aceita nesse período, no entanto a homossexualidade passiva (ter o ânus como fonte de prazer sexual) não tinha a mesma aceitação.

GRÉCIA - 3.000-1.400 a.C. – Não havia discriminação das relações homossexuais. Era uma prática recomendável, que envolvia aquisição e transmissão de sabedoria, sendo vastamente considerada mais nobre que o relacionamento heterossexual. O casamento hétero era visto como uma maneira de assegurar uma descendência legítima e adquirir poder, não o objeto de convergência para o amor, afeto ou emoção.

ILHA DE LESBOS - Séc. VI a.C. – Safo, poetisa, passional e austera concebe uma escola para moças onde leciona a poesia, a dança e a música, e é aclamada por Platão como a décima musa. Hoje a palavra lésbica, que se referia apenas àquela que habitava a Ilha de Lesbos, representa alguém que, como Safo de Lesbos e suas seguidoras, amam e se relacionam com outras mulheres. Nos tempos modernos ela retornou à visibilidade.

CÓDIGO DE HAMURABI - 1.700 a.C. – Nas civilizações antigas da Mesopotâmia, embora não existissem leis que proibissem ou concordassem com a prática homossexual,

o Código de Hamurabi continha privilégios aos prostitutos e prostitutas que participavam dos cultos religiosos. Assim, os homens devotos poderiam ter relações com os “servos sagrados”.

CHINA - 1.122-156 a.C. – Relatos encontrados propagam a impressão clara de uma homossexualidade aberta na vida da corte. O casamento heterossexual era um elo de classe social e o amor romântico era vivido fora deste, fosse com homens ou mulheres.

ROMA - meados de 69 a.C. – A homossexualidade era tolerada. O Imperador Júlio Cesar era conhecido como “*omnium virorum mulier, omnium mulierum virum*” (mulher de todos os homens e homem de todas as mulheres). A passividade na relação era rechaçada, sendo que o polo passivo da relação não possuía qualquer relevo social e era equiparado aos escravos.

ROMA - meados de 533 d.C. - Com o advento do Cristianismo em Roma, Justiniano edita uma lei que pune com a fogueira e a castração os homossexuais, caminho que se segue durante as Idades Média e Moderna.

IDADE MÉDIA – A homossexualidade toma força nos mosteiros e acampamentos militares, e é a Igreja a maior perseguidora dos pares do mesmo sexo. Qualquer ato sexual desprovido de função procriadora era caracterizado como pecado. As relações homossexuais recebem o sufixo “ismo” e são consideradas, pela ciência e religião, como uma anomalia da natureza, uma doença.

PERÍODO RENASCENTISTA – Leonardo Da Vinci, Michelangelo, Shakespeare, Caravaggio, entre outros, tiveram notórias paixões homossexuais. Porém, a homossexualidade continua na obscuridade.

TRATADO DESCRITIVO DO BRASIL - 1.578 d.C. A presença das (indígenas) Cudinas, um equivalente das travestis ou mulheres transexuais contemporâneas. [...] O tratado em questão revela que as Cudinas recebiam o mesmo tratamento e exerciam as mesmas atividades que as mulheres cisgêneras. (Oliveira, 2018).





ZUMBI DOS PALMARES - 1.670 d.C. Segundo o antropólogo Luiz Mott, Zumbi, líder do Quilombo das Palmeiras e guerreiro da resistência negra ao escravismo, teve relações homossexuais.

ALEMANHA, entre 1865 e 1875 – Karl Heinrich Ulrichs, um dos pioneiros do movimento por justiça e humanidade para casais do mesmo sexo, defende que os instintos denominados “anormais” são inatos e, assim, naturais.

1869 d.C – O médico húngaro Karoly Benkert utiliza o termo homossexual, formulado pela união do prefixo grego *homós* “semelhante / a mesmo”, e pelo sufixo sexual, do latim *sexus* “relativo ao sexo”.

1893 – Médicos que acreditavam que a homossexualidade era uma moléstia física ou psíquica tentam “curá-la” com choques elétricos, lobotomias, injeções hormonais e até mesmo castração.

ALEMANHA NAZISTA, aproximadamente entre 1933 e 1945 – Depois da Primeira Guerra Mundial, em Berlim, na Alemanha, a homossexualidade masculina gozava de maior liberdade e aceitação do que em qualquer outra parte do mundo. Contudo, a partir da tomada de poder por Hitler, os homossexuais e, em menor grau, as lésbicas, passaram a ser dois entre os vários grupos sociais a serem atacados pelo Partido Nazi, acabando também vítimas do Holocausto. As estimativas sobre o número de homossexuais mortos nos campos de concentração variam muito, mas, segundo um sobrevivente, “dezenas de milhares” de homossexuais foram mortos nos campos de concentração (Heger, 1989, p.8).

NOVA IORQUE - 28 de junho de 1969 – No bairro de Greenwich Village, explode uma rebelião de travestis e homossexuais denominada “Revolta de Stonewall”, na qual, durante uma semana, eles protestaram e enfrentaram a força policial, dando início ao “Dia do Orgulho LGBTI+”, popularmente conhecido como “Dia do Orgulho Gay”.

1993 – A homossexualidade deixa de ser classificada como doença após anos de pesquisa e sem nada que comprovasse não ser ela natural. A OMS a insere no capítulo “*Dos sintomas decorrentes de circunstâncias psicossociais*”.

BRASIL - 1999 A Justiça do Rio Grande do Sul, em decisão pioneira, fixa competência às varas de família para julgar ações decorrentes de uniões homoafetivas, até então julgadas pelas varas cíveis, dando assim o passo inicial para que estas conquistassem o status de família.

HOLANDA - 21 de abril de 2001 – Entra em vigor, pela primeira vez na modernidade, legislação de abertura do casamento a pares do mesmo sexo. Dentre as alterações passa vigorar o Código Civil em seu art. 30: “o matrimônio pode ser celebrado por duas pessoas de diferente sexo ou de mesmo sexo”.

BRASIL - 2002 – A então desembargadora do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, em suas decisões utiliza o termo homoafetividade buscando demonstrar que, como entre os casais heterossexuais, as relações homossexuais se baseiam no afeto entre duas pessoas e se trata de uma ligação muito mais forte que a atração sexual.

BRASIL - 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha entra em vigor dispondo em seu art. 2º que, independente de orientação sexual, etnia, classe, toda mulher goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Ainda com base em seu art 5º percebe-se que a lei, em determinadas circunstâncias, pode, por analogia, aplicar-se a travestis e transexuais, abrangendo toda e qualquer violência doméstica independente da sexualidade dos integrantes da família.



BRASIL - 05 a 08 de junho de 2008 – Ocorre a 1ª Conferência Nacional GLBT em Brasília, na qual se decide utilizar a letra “L” antes da “G” na sigla do movimento. Tal ocorre pelo crescimento do movimento lésbico e como manifestação de apoio por parte da comunidade de gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, buscando, assim, mais visibilidade para as mulheres do movimento — que passou, naquele momento, a ser denominado LGBT. Este rótulo, meramente político, ainda é muito debatido e por vezes é acrescido de novas terminologias como o “i”, de Intersexo e o “+” para incluir outras diversidades sexuais.

BRASIL - 05 de maio de 2011 – O STF, ao julgar a ADI 4277 e ADPF 132, em decisão histórica, reconhece união estável para casais do mesmo sexo e cria jurisprudência inédita pressionando o Legislativo Brasileiro a quebrar seu silêncio frente às relações homoafetivas.

BRASIL - entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011 – Ocorre em Brasília a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBTI+TT. Como afirmou o professor e pesquisador da Universidade Federal de Goiás, Luiz Melo: “Nunca se teve tanto, mas o que se tem é praticamente nada”.

BRASIL - 14 de maio de 2013 – É publicada a Resolução nº 175 do CNJ que obriga os cartórios a realizarem a cerimônia de casamento em igualdade de condições aos casais homoafetivos, com base nos princípios de liberdade, igualdade e promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, previstos na Constituição Federal.

Apesar de o judiciário Brasileiro reconhecer o direito ao Casamento homoafetivo em igualdade de condições, a legislação nacional expressa não sofre alterações.

BRASIL - 05 de março de 2015 – Em julgamento ao Recurso Extraordinário nº 846.102, o STF, tendo como relatora a Ministra Carmen Lúcia, define que a união entre casais homoafetivos pode ser definida como família nos termos da Constituição Brasileira, nos seguintes termos: “A Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente ao rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva”.

BRASIL - 17 de janeiro de 2018 – Por meio da Portaria nº 33, o Ministério da Educação homologou o Parecer CNE/CP Nº 14/2017 e o Projeto de Resolução, do Conselho Nacional de Educação, que define o uso do nome social em toda a educação básica do Brasil.

BRASIL - 28 de janeiro de 2018 – O CFP publicou a Resolução nº CFP 01/2018, que regulamenta a forma como a categoria deve atuar no atendimento a travestis e transexuais. Devem atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia – compreendida como todas as formas de preconceito, individual e institucional, contra as

peças travestis e transexuais. Orienta, ainda, que as e os profissionais não favoreçam qualquer ação de preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas transexuais e travestis.

BRASIL - 1º de março de 2018 – Em julgamento da ADI nº 4275, o STF determinou que a retificação do registro civil, no tocante a mulheres trans, travestis e homens trans, deve se dar de modo desburocratizado – ou seja, sem demanda judicial, nos próprios cartórios, por meio de autodeclaração –, sem limite de idade (respeitando a maioridade civil e a representação dos responsáveis no caso das pessoas menores de idade), não sendo necessária tanto a apresentação de laudos psicológicos e psiquiátricos quanto a cirurgia de readaptação sexual.

BRASIL - 1º de março de 2018 – O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que, a partir das eleições de 2018, a autodeclaração de pessoas transgênero – que não se identificam com o sexo biológico, como transexuais ou travestis – será considerada na verificação do cumprimento das cotas obrigatórias de gênero dos partidos políticos e que podem concorrer nas eleições utilizando o nome social.

BRASIL - 27 de março de 2018 – O CFP publicou a Resolução nº CFP 10/2018, que dispõe sobre a inclusão do nome social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências.

2019 – em maio a 72ª Assembleia Mundial da Saúde adotou a décima primeira revisão da CID-11, cuja redação havia ficado pronta em 18 de junho de 2018, retirando as categorias relacionadas às pessoas trans da lista de Transtornos Mentais e Comportamentais.

BRASIL - 13 de junho de 2019 – No julgamento da ADO nº 26 e do Mandado de Injunção nº 4733, o STF determinou que a discriminação e a violência LGBTifóbicas se enquadram como uma forma de racismo, puníveis como tal.

BRASIL - 08 de maio de 2020 – No julgamento da ADI nº 5543, o STF determinou ser inconstitucional a inabilitação temporária de gays e outros homens que fazem sexo como homens para doação de sangue, conforme a Portaria nº 158/2016 do Ministério da Saúde, e a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 34/2014 da Anvisa.

BRASIL - 2020 – As Leis “Escola Sem Partido” e afins foram alvo de contestação judicial através de Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Eleitoral (STE). Até o momento, diversas leis foram derrubadas, incluindo as ADPFs 457, 460, 461, 465, 467 e 526, além da ADI 5537 em Alagoas, conhecida como “Escola Livre”.

BRASIL - 28 de junho de 2021 – Uma medida liminar (ADPF 787) foi emitida para que o SUS adeque seus sistemas, buscando garantir um atendimento adequado para pessoas trans.

BRASIL - 28 de junho de 2024 – A ADI nº 5668 determinou que as escolas públicas e particulares devem coibir o *bullying* e as discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

BRASIL - 21 de junho de 2025 – O MI nº 7452 estabeleceu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada às relações afetivo-familiares de casais homoafetivos do sexo masculino ou que envolvam travestis e mulheres transexuais.

Após séculos de luta contra o preconceito, a omissão legislativa e a marginalização, a impressão que podemos ter ao nascer em uma sociedade mais tolerante e flexível e ao acompanhar as mídias mais abertas à temática LGBTI+ é a de que, enfim, o preconceito está cedendo e a lei está ao nosso lado.

A realidade, no entanto, é outra. Apesar dos acalorados debates e promessas políticas, continuamos sem segurança jurídica de fato, ameaçados constantemente com projetos de lei retrógrados e vedação de leis que tragam igualdade às pessoas LGBTI+.

Por isso, cada nova iniciativa de contestação é uma conquista, uma vitória daqueles que cansaram de viver à margem da sociedade e decidiram erguer suas vozes, que compreenderam a necessidade e urgência de seguir uma luta maior que os próprios indivíduos LGBTI+: uma luta por direitos individuais e ao mesmo tempo de toda uma coletividade marginalizada e excluída por um pensamento social conservador (CEPAC, 2015).

Para saber mais sobre as pessoas LGBTI+ e seus direitos, consulte a cartilha do Ministério Público Federal intitulada “O Ministério Público e os direitos de LGBTI+: conceitos e legislação”, disponível em:
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10876>



Referências - Seção A

- 6º EBHO – **VI Encontro Brasileiro de Homossexuais. Convocação, Relatório.** Rio de Janeiro: Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual, 1992; Curitiba: Grupo Dignidade, 1992.
- 7º EBLHO – **VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. Registro e Memória.** São Paulo: Deusa Terra, Etcetera e Tal, Grupo de Homossexuais do PT, Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, 1993.
- ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT.** Curitiba: ABGLT, 2010.
- ABOUT.COM **LESBIAN LIFE.** Disponível em <<https://www.liveabout.com/what-is-the-origin-of-the-word-lesbian-2171260>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION TASK FORCE on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. **Report of the Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation.** Washington, DC: American Psychological Association, 2009. Disponível em: <<http://www.apa.org/pi/LGBT/resources/therapeutic-response.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008 (Primeiros Passos, n. 328).
- BLUMENFELD, W. J. (Ed.). **Homophobia: how we all pay the price.** Boston: Beacon Press, 1992.
- BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: L, T.; DINIZ, D. (orgs.) **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: Letras Livres, 2009.
- BOTTON, Viviane B. **Muxes: gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades.** Revista ecopolítica, n. 17, jan-abril, 2017, p.19-32. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/34563/23689>>. Acesso em: 09 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html>. Acesso em 18 ago. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 4 de junho de 2010.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12635.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 nov. 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Conteúdo para capacitação: conferências conjuntas de direitos humanos**. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/CNDH_cartilha_capacitacao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- CADERNO Globo 12. **Corpo: artigo indefinido**. São Paulo: Globo Comunicação e Participantes S.A., 2017.
- CAÊ, Gioni. **Manual para uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa**. Frente Trans Unileira, UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2024
- CEPAC – Centro Paranaense da Cidadania. **Guia Agentes da Cidadania LGBT: conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, advocacy e participação social**. Curitiba: CEPAC, 2015.
- CNS - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Amanhã (17) será celebrado o Dia Internacional contra a homofobia. Veja abaixo o manifesto da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT)**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2014/05mai_16_lgbt.html>. Acesso em: 08 abr. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Parecer Nº 05/1985**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5_1985.pdf> Acesso em: 18 ago. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 001/1999. Brasília, 1999**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf> Acesso em: 18 ago. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 01/2018**. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp>> Acesso em: 18 ago. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 175/2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, 2013. Disponível em:

<<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>> Acesso em: 19 ago. 2022.

- CROWN PROSECUTION SERVICE. **Hate Crime**. Disponível em: <<https://www.cps.gov.uk/crime-info/hate-crime>> Acesso em: 18 ago. 2022.
- DEAN, C. J. **Sexuality and Modern Western Culture**. New York: Twayne Publishers, 1996.
- EDUCAMAISBRASIL. **Tudo sobre EJA: o que é e como funciona?** 2018. Página Notícias. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-eja-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em: 20 maio de 2023.
- EQUAL EYES. Disponível em: <<http://www.equal-eyes.org>>. Acesso em: 7 fev. 2025.
- FÉRAY, J. C. **Une histoire critique du mot “homosexualité”**. Revue Arcadie, jan./av. 1981.
- FUX, L. **Voto proferido no julgamento da ADPF 132 / ADI 4277**. Revista Trimestral de Jurisprudência. Brasília, V. 219, p. 246, (jan./mar. 2012).
- GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- GLAAD. **Media Reference Guide 2016**. New York e Los Angeles, 2016. Disponível em: <<https://www.glaad.org/reference>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- GRASSI, P. R.; LAURENTI, R. **Implicações da introdução da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças em Análise de Tendência da Mortalidade por Causas**. IESUS, v.II(3), Jul/Set, 1998. p.43-47. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16731998000300005>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- GROTH, A.N.; BIRNBAUM, H.J. **Adult sexual orientation and attraction to under-age persons**. Archives of Sexual Behavior, v. 7, n. 3, 1978. p. 175-181.
- HEGER, H. **The men with the pink triangles**. London: GMP Publishers Ltd., 1989.
- HUNTER, S. et al. **Lesbian, Gay, and Bisexual Youths and Adults: Knowledge for Humans Services Practice**. Sage Publications. Thousand Oaks, CA, 1998.
- ILGA – International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association. **State-Sponsored Homophobia Report, 2020**.

Disponível em: <<https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report/>> Acesso em: 18 ago. 2022.

- JESUS, Jaqueline G. de. Xica **Manicongo: a transgeneridade toma a palavra**. Revista Docência e Cibercultura (ReDoC), v. 3, n. 1, p. 250, Rio de Janeiro, 2019. e-ISSN 2594-9004
- JONES, Peter. **O Deus do Seco**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.
- JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V.; SOUZA, J. F. (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007, p. 59-69.
- KINSEY, A. C; POMEROY, W. B; MARTIN, C. E. **Sexual Behavior in the Human Male**. Philadelphia; London: W. B. Saunders Co., 1948.
- LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.
- LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- LOURO, G. L. **Pedagogias da Sexualidade**. 2015. Disponível em: <<https://wordpress.com/typo/?subdomain=territoriosdefilosofia>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MARSHALL CAVENDISH CORPORATION. **Sex and society**. 2010. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=YtsxeWE7VD0C&pg=PA593&pg=PA593&dq=Pansexuality&source=bl&ots=YYqrMAWKKC&sig=N-D-SUQUyuN7Bw6e7w-v9pBYmRk&hl=en&sa=X&ei=ct9rUPCoKOTO2AWN7-oHIAw&redir_esc=y#v=onepage&q=Pansexuality&f=false>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MESTRE, M; CORASSA, N. **Da Ansiedade a Fobia**. Revista Psicologia Argumento. V. 18, n. 26, p. 105126, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.medos.com.br/estudos-cientificos>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- MONSANTO BRASIL. **Aliança LGBT+. Cartilha LGBT+**. 2019. Disponível em: <https://www.bayer.com.br/sites/bayer_com_br/files/cartilha-blend-2023.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- MURRAY, J. B. **Psychological profiles of pedophiles and child molesters**.

Journal of Psychology, n. 134, p. 211-224, 2000.

- NEUTROIS.COM. **Gender Concepts**. [201-?]. Disponível em: <<http://neutrois.com/definitions/concepts/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- OLIVEIRA, M. R. G. de. **Por que você não me abraça?** In. SUR 28 - v.15 n.28 • 167 - 179 | 2018.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **“Cures” for an illness that does not exist**. 2012. Disponível em: <<https://www.paho.org/en/documents/cures-illness-does-not-exist>>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- ORIENTANDO. Disponível em: <<https://orientando.org/>>. Acesso em: 7 fev. 2025.
- OXFORD DICTIONARIES. **Oxford University Press**. Disponível em: <<https://global.oup.com/academic/product/oxford-dictionaries-9780191785689?cc=br&lang=en&>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Cá entre nós: guia de educação sexual integral em sexualidade entre jovens**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2012.
- PRINCÍPIOS de Yogyakarta: **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta, Indonésia, 2006.
- REIS, N. dos; PINHO, R. **Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação**. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2016. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/7045>>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- REIS, T.; EGGERT, E. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros**. Educ. Soc., Jan 2017, vol.38, no.138, p.9-26. ISSN 0101-7330. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ROSA, E. B. do P. R. **Cisheteronormatividade como instituição total**. Pet de Filosofia UFPR, v. 18, n. 2, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

- SANTOS, M. de M. R.; ARAUJO, T. C. C. F. de. **Intersexo: o desafio da construção da identidade de gênero**. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 17-28, jun. 2004. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582004000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2022.
- SANTOS, T. E. de C. dos.; MARTINS, R. A. **Intersexo, identidade biopolítica e a educação. Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 33, n. 66, p. e41[2023], 2023. DOI: 10.18675/1981-8106.v33.n.66.s17413. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17413>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- SOMOSGAY. **Manual LGBTI Paraguayo**. Assunção, Paraguai: SOMOSGAY, 2014. ISBN: 978-99967-755-0-5.
- STF - Supremo Tribunal Federal. **Diário da Justiça Eletrônico. Nº 52/2015**. Brasília, DF, 18 mar. 2015, p. 156. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/servicos/dje/listarDiarioJustica.asp?tipoPesquisaDJ=AP&classe=RE&numero=846102#>. Acesso em: 07 fev. 2023.
- THE ASEXUAL VISIBILITY & EDUCATION NETWORK. Disponível em: <https://www.asexuality.org/>. Acesso em: 7 fev. 2025.
- THE BISEXUAL MANIFESTO. **Anything That Moves**, 1990. Disponível em: <https://bimanifesto.carrd.co/>. Acesso em: 12 out. 2021.
- UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e Aids. **Guia de Terminologia do UNAIDS**. Brasília: UNAIDS, 2017. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/09/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS_HD.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.
- UNHCHR – United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights. **Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos**. Nova York e Genebra, 2012, Brasília, 2013. Disponível em http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **1º de Dezembro: Dia Internacional de Luta contra a Aids**. Disponível em: <https://www.uff.br/27-11-2024/pesquisa-resgata-a-historia-publica-e-a-memoria-da-luta-contr-o-estigma-do-hiv-e-da-aids/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

- WILSON, A. **How we find ourselves: identity and development and Two-Spirit people.** Harvard Educational Review 66(2), 303-317. Cambridge-MA, 1996.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders. Clinical descriptions and diagnostic guidelines, 1992.** Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/37958>> Acesso em: 08 abr. 2024.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Diseases – ICD-10. Current version, 2010.** Disponível em: <<https://icd.who.int/browse10/2010/en>>. Acesso em: 18 ago. 2022.





SÓ EXISTE
LIBERDADE SE
TODOS ESTIVERMOS
LIVRES

Enciclopédia LGBTI+
Manual de
VISIBILIDADE MASSIVA
e LGBTI+

SEÇÃO

B

**Visibilidade
Massiva**

e LGBTI+

B1

Introdução à visibilidade massiva LGBTI+

A luta por direitos e reconhecimento das diversidades de gênero e orientação sexual ganhou força nas últimas décadas, refletindo uma transformação significativa na percepção das identidades LGBTI+ em diversas sociedades ao redor do mundo.

A visibilidade massiva das pessoas LGBTI+ é um tema central quando se fala em mudança de padrões, parâmetros e percepções nas discussões sociais sobre os direitos de ser e existir desta comunidade. Contudo, compreender a que se refere o termo “visibilidade massiva” nem sempre é uma tarefa simples. Por esse motivo, este manual tem um papel fundamental. Este texto busca refletir sobre a importância da visibilidade massiva e seu papel na promoção dos direitos da comunidade LGBTI+, bem como os caminhos que ainda precisam ser percorridos para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

B1.1 - O que é visibilidade massiva?

Visibilidade massiva não se restringe apenas à representação de indivíduos LGBTI+ na mídia, mas abrange uma série de dimensões que incluem direitos humanos básicos, como educação, política, saúde, entre outros. E por quê? Porque a visibilidade é fundamental para a desconstrução de estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações, além de auxiliar na promoção de um ambiente social mais inclusivo e respeitoso. (Reis; Cazal, 2018)

Desenvolver estratégias de visibilidade massiva envolve um contexto complexo, que vai muito além das redes sociais ou dos espaços nos veículos de comunicação. Significa criar formas de reconhecimento social em leis, nas políticas públicas, no mercado profissional, educacional e cultural. Engloba uma atuação que vai além do *marketing* e da publicidade (como o termo é entendido no campo da comunicação), mas que também envolve um amplo espectro de atuação em *advocacy*, na ocupação de espaços sociais para debater política e direitos, ou mesmo demonstrar que existe uma comunidade que deseja ser reconhecida com respeito e dignidade. (Brasil, 2009)

As Paradas LGBTI+ tornaram-se, na atualidade, a principal ferramenta de visibilidade massiva do movimento. Sua capacidade de reunir milhões de pessoas em cidades e capitais estratégicas, muitas delas com grande poder econômico e influência em seus países,

impacta não apenas o cenário local, mas também bilhões de pessoas ao redor do mundo. Essa mobilização influencia novas políticas públicas, debates, narrativas, espaços de incidência, comunidades e indivíduos que, ao se reconhecerem representados, compreendem que não estão sozinhos.

B1.2 - Importância da visibilidade massiva para pessoas LGBTI+

De acordo com o Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2024), o Brasil registrou 291 mortes violentas de pessoas LGBTI+ ou motivadas por LGBTIfobia em 2024, o que representa um aumento de mais de 8% em relação ao ano de 2023 e deixa o país como líder desse tipo de crime entre as nações que realizam estudos sobre o tema.

Ao longo das décadas, as estatísticas têm colocado o Brasil entre os países mais perigosos para pessoas LGBTI+ em razão dos altos índices de assassinatos, violência física e verbal, discriminação, exclusão social e da ausência de políticas públicas, reflexo de uma grave crise de direitos humanos. As raízes desse mal são profundas, complexas e alimentadas por fatores culturais, sociais e religiosos. A retórica do ódio e a falta de políticas públicas efetivas para proteger essa comunidade agravam ainda mais sua vulnerabilidade.

Falar de visibilidade massiva para pessoas LGBTI+ é de suma importância em diversas esferas da sociedade, pois desempenha um papel central na promoção da igualdade, na luta contra a discriminação e na construção de uma cultura de aceitação e respeito. Ela não se limita à representação nos meios de comunicação, mas abrange a presença ativa e o reconhecimento das experiências e identidades LGBTI+ em todos os aspectos da vida social, política e econômica. Ajuda a desmistificar estereótipos, preconceitos, e favorece um outro olhar para pessoas LGBTI+ que ocupam espaços de destaque na mídia, na política, nas artes e em outras áreas. Isso contribui para uma maior compreensão e aceitação social, promovendo um ambiente onde a diversidade é celebrada e não apenas tolerada. Além disso, a visibilidade pode inspirar indivíduos a se aceitarem e a se expressarem livremente, com mais segurança e inclusão.

A visibilidade também é um fator essencial na luta por direitos e políticas públicas. Quando as vozes LGBTI+ são ouvidas e vistas, a sociedade se torna mais consciente das questões que afetam essa comunidade, como a violência, a discriminação e a dificuldade de acesso e permanência em serviços de saúde e educação. Isso pode levar a um aumento da pressão sobre governantes e instituições para implementar mudanças necessárias, com vistas a garantir a proteção dos direitos humanos e da cidadania LGBTI+.

Além disso, contribui ativamente para a formação de comunidades e redes de apoio, ao possibilitar que indivíduos LGBTI+ se sintam representados, reconhecidos e, consequentemente, encorajados a se aceitar e a buscar auxílio. Isso é especialmente importante para jovens que podem estar descobrindo sua identidade e se sentindo isolados, amedrontados e confusos. A representação positiva pode inspirá-los a se descobrir e a se orgulhar de quem são, conectando-se com outros que compartilham experiências semelhantes.

Em suma, a visibilidade massiva é vital para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ela permite que as pessoas LGBTI+ sejam vistas como parte integral da diversidade humana, contribuindo para a riqueza cultural e social de nossas comunidades. Ao promover a aceitação e a compreensão, a visibilidade ajuda a criar um mundo em que todos possam viver livremente e com dignidade, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Importância da visibilidade massiva!

- **Aceitação e Inclusão:** ajuda a dismantelar estereótipos e preconceitos. Quando as pessoas veem indivíduos LGBTI+ em diferentes contextos – na mídia, na política, no trabalho – isso contribui para uma maior aceitação e inclusão na sociedade;
- **Representatividade:** a presença de figuras LGBTI+ em posições de destaque serve como inspiração para jovens que podem se sentir isolados ou marginalizados. A representatividade é crucial para que esses indivíduos se sintam vistos e valorizados;
- **Educação e Conscientização:** a visibilidade promove a educação e a conscientização sobre as questões que afetam a comunidade LGBTI+. Isso pode ajudar a enfrentar a desinformação e promover uma melhor compreensão das lutas e desafios vivenciados por essas pessoas;
- **Direitos Humanos:** aumentar a visibilidade da comunidade LGBTI+ pode pressionar governos e instituições a respeitarem e garantirem os direitos humanos de todos, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero;
- **Redução do Estigma:** a visibilidade contribui para reduzir o estigma e a discriminação das identidades LGBTI+;
- **Apoio e Solidariedade:** gerar visibilidade ajuda a criar redes de apoio e solidariedade, tanto dentro da comunidade LGBTI+ quanto entre pessoas aliadas. Isso é importante para fortalecer a luta por direitos e igualdade;
- **Saúde Mental:** ter modelos e representações positivas pode melhorar a saúde mental de indivíduos LGBTI+, que muitas vezes enfrentam discriminação e rejeição. Saber que existem outras pessoas com experiências semelhantes pode proporcionar um senso de pertencimento e validação.

B1.3. Linha histórica do fortalecimento de espaços de visibilidade LGBTI+

A visibilidade do movimento LGBTI+ tem se intensificado ao longo das últimas décadas. Essa trajetória é marcada por lutas sociais, avanços legais e mudanças culturais que contribuíram para a aceitação e reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTI+. Abaixo, inserimos momentos emblemáticos desta trajetória de conquista por direitos (Vieira, 2020; Fachini, 2023):

NO MUNDO

Anos 1960 - 1970: revoltas e ativismo

O movimento moderno de direitos LGBTI+ começou a ganhar força com eventos como a Revolta de *Stonewall*, em 1969, em Nova Iorque. Esta Revolta foi uma resposta à repressão policial contra frequentadores de bares LGBTI+, constantemente citada como o ponto de partida para o ativismo contemporâneo. É a grande inspiradora de todo o modelo de mobilização e visibilidade massiva nos Estados Unidos da América e em todo o mundo, inclusive das Paradas LGBTI+.

Anos 1980: HIV/AIDS e mobilização

Durante a epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), a comunidade LGBTI+ se uniu para lutar contra a discriminação, a desinformação, a relação distorcida entre a infecção pelo vírus e sua forma agravada da doença, a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), bem como sua associação estigmatizante à comunidade LGBTI+ e a negligência por parte do governo no que tange às questões de prevenção, diagnóstico e tratamento das pessoas que de alguma forma foram expostas ao vírus. Organizações com ampla atuação surgiram, destacando a necessidade de atenção à saúde e aos direitos civis.

Essa década escancarou a falta de conhecimento sobre as pautas LGBTI+, assim como sobre o HIV/AIDS, e abriu as portas da visibilidade para vencer estereótipos, levantar informações verídicas e científicas sobre a infecção e sobre a doença, enfrentar uma das maiores ondas de *fake news* e preconceito em torno da homossexualidade e sua relação com a síndrome. Um grande exemplo foi o movimento LGBTI+, que provocou uma nova cultura comportamental em torno do uso da camisinha e seu papel na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Anos 1990 - 2000: reconhecimento legal

Muitos países começaram a reconhecer os direitos LGBTI+, a exemplo da legalização do casamento entre pessoas do mesmo gênero em alguns locais, como os Países Baixos, em 2001. A visibilidade na mídia também aumentou, com a representação de personagens LGBTI+ em filmes e programas de TV.

A luta por direitos exigiu amplas estratégias de visibilidade para enfrentar a ideia de que a homossexualidade é uma doença e para afirmar que o direito à cidadania deve ser universal. Esta década marcou o início de um processo de exposição da ausência de direitos diante da lei, como a impossibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Anos 2010: avanços e desafios

A década de 2010 viu um aumento significativo na aceitação social e na legalização do casamento entre pessoas do mesmo gênero em vários países, incluindo os Estados Unidos em 2015. No entanto, também houve um aumento da resistência e da violência contra a comunidade LGBTI+, especialmente em regiões como a Europa Oriental e a África.

NO BRASIL

Anos 1970 e 1980: início do movimento

O movimento LGBTI+ no Brasil começou a se organizar, em resposta à repressão e à violência, especialmente durante a ditadura militar. Nessa época surgem os primeiros grupos de ativismo, que organizam os processos de luta e visibilidade das comunidades LGBTI+ no Brasil, como o Somos, fundado em 1978, e o Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980.

Anos 1990: visibilidade e luta por direitos

Esta década trouxe maior visibilidade para as questões LGBTI+, com a realização da primeira Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo, em 1997. O movimento passou a se articular em torno de demandas de direitos civis e sociais de forma mais ampla.

Anos 2000 e 2010: avanços legais, casamento igualitário e retrocessos

O reconhecimento de direitos começou a avançar, com decisões judiciais e a criação de políticas públicas. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo gênero, um passo importante para a igualdade, um avanço fruto da capacidade de diálogo, articulação e de visibilidade do movimento em suas pautas prioritárias.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou os cartórios a realizarem casamentos entre pessoas do mesmo gênero. No entanto, também houve um aumento da violência e da discriminação, com uma série de assassinatos de pessoas LGBTI+, especialmente de pessoas trans e travestis.

Atualmente: lutas contemporâneas

O movimento LGBTI+ no Brasil continua a lutar contra a LGBTIfobia e pela conquista de direitos iguais. A visibilidade na mídia, nas redes sociais e na cultura popular tem sido uma ferramenta vital para a promoção da aceitação e da defesa dos direitos humanos. Além disso, questões como saúde mental, identidade de gênero e interseccionalidade estão ganhando cada vez mais espaço no debate público.

B1.4 - Paradas LGBTI+: o maior evento de visibilidade massiva do mundo

As Paradas do Orgulho LGBTI+ são manifestações políticas e sociais que buscam promover a igualdade, enfrentar a discriminação e celebrar a diversidade. A cada ano, elas incorporam novos desafios por meio de temáticas que precisam ser debatidas e, muitas vezes, transformam-se em conquistas concretas – refletindo a evolução da luta pelos direitos humanos no país (Fábio, 2019).

Representa a consciência do Movimento LGBTI+ quando implementada como estratégia discursiva e política. É um momento de união, diversão, apoio, debate, manifestação, arte e alegria, que por trás carrega a essência da forma como o movimento escolheu dialogar com a sociedade. Além de ser a mais legítima forma de expressão do movimento LGBTI+, é um exercício de autoafirmação e de capacidade de se impor diante de uma sociedade preconceituosa e violenta, e se configura como uma inteligente estratégia política de infiltração na pauta de atuação governamental.

Atualmente, as Paradas estão entre os principais eventos do mundo e das cidades onde são realizadas (Conectas Direitos Humanos, 2024). Reúnem um contingente considerável de pessoas, o que interfere diretamente na vida da cidade, no trânsito, nas estratégias de segurança pública, no deslocamento de policiais, bombeiros, no funcionamento de hospitais, no comércio e na cobertura da imprensa.

A maior Parada do mundo é a da cidade de São Paulo, que chega a carregar mais de quatro milhões de pessoas para as ruas paulistanas e chama a atenção não só da imprensa nacional, mas mundial. O evento é reconhecido pelo *Guinness World Records* como o maior do gênero em número de pessoas que participam, sendo LGBTI+ e apoiadores (APOLGBT-SP, 2025).

O ganho maior é a visibilidade. Não se consegue ignorar uma manifestação pacífica desta dimensão. É importante prestar atenção na evolução dessa maneira de fazer política e compreender as estratégias aplicadas para transformar essa manifestação em uma das maiores expressões da luta por direitos em todo o mundo.

B1.4.1 - Histórico das Paradas

A história dessas Paradas é marcada por lutas sociais, políticas e culturais ao redor do mundo. Aqui está um resumo do histórico das Paradas LGBTI+ (Costa, 2021; Grupo Dignidade, 2008; Tokarnia, 2024; Wandermurem, 2024):

NO MUNDO

Anos 1960 - Stonewall Riots (1969)

O marco inicial das Paradas LGBTI+ é frequentemente associado à Revolta de *Stonewall*, ocorrida em Nova Iorque.

Em 28 de junho de 1969, frequentadores do Bar *Stonewall Inn* se revoltaram contra uma batida policial, um evento que galvanizou o movimento de direitos civis LGBTI+. O primeiro aniversário do acontecimento foi celebrado com uma marcha em 1970.

Anos 1970 - primeiras Paradas

Em 1970, a primeira Parada do orgulho LGBTI+ foi realizada em Nova Iorque, seguida por eventos semelhantes em outras cidades, como Los Angeles e Chicago. Esses eventos eram mais focados em protesto e reivindicação de direitos.



Anos 1980 - crescimento e politização

Durante os anos 80, com a crise do HIV/AIDS, as Paradas LGBTI+ começaram a incluir um foco maior na conscientização sobre o HIV e nos direitos de saúde. O ativismo se intensificou, e as Paradas tornaram-se uma plataforma para protestar contra a discriminação e exigir políticas públicas.

Anos 1990 - internacionalização

As Paradas LGBTI+ começaram a se espalhar para outros países. Cidades como São Paulo, Londres e Sydney começaram a realizar suas próprias celebrações de orgulho, promovendo a visibilidade global da comunidade LGBTI+.

Anos 2000 - reconhecimento e aceitação

Com o aumento da aceitação social, as Paradas LGBTI+ se tornaram, para além de protesto, também uma celebração e festividade. O evento começou a atrair um público mais amplo, incluindo pessoas aliadas à causa.

Anos 2010 - diversificação e interseccionalidade

As Paradas LGBTI+ começaram a incorporar questões interseccionais, abordando temas como raça, classe e gênero. Além disso, a luta pelos direitos das pessoas transgênero ganhou destaque, com Paradas promovendo maior inclusão.

Anos 2020 - continuação da luta

Apesar dos avanços em muitos países, as Paradas LGBTI+ continuam a ser importantes para chamar a atenção para a discriminação e a violência contra a comunidade LGBTI+. A pandemia do COVID-19 (Doença do Coronavírus 2019) afetou a realização de eventos presenciais, mas muitos foram adaptados para formatos virtuais.

NO BRASIL

Anos 1980

A primeira manifestação pública em defesa dos direitos LGBTI+ no Brasil aconteceu em 1978, mas o que podemos considerar como a primeira Parada do Orgulho LGBTI+ foi realizada em 1980, em São Paulo, com cerca de 2 mil pessoas. A marcha foi uma resposta à repressão e à LGBTIfobia da época, além de ser uma forma de protesto contra a ditadura militar.

Anos 1990

1995: o Rio de Janeiro realiza pela primeira vez uma Parada, após a 17ª conferência da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA). Esse evento é considerado uma das primeiras do Brasil, consolidando-se como um importante evento de ativismo e celebração da diversidade na cidade.

1997: a Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo começou a ganhar corpo e se tornou um evento anual. Neste ano, a Parada atraiu uma multidão, com a participação de diversas organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais.

Anos 2000

- **2000:** a Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo se tornou uma das maiores do mundo, atraindo mais de 1 milhão de pessoas. A partir desse momento, o evento ganhou reconhecimento internacional.
- **2002:** a Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo foi oficialmente reconhecida pela prefeitura da cidade, aumentando seu prestígio e apoio institucional.
- **2006:** a Parada do Orgulho de São Paulo alcançou a marca de 2 milhões de participantes, solidificando seu status como o maior evento do gênero no mundo.

Anos 2010

- **2010:** em meio a um cenário de crescente visibilidade da comunidade LGBTI+, a Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo teve como tema “Liberdade, Igualdade e Respeito”, atraindo cerca de 3 milhões de pessoas.
- **2015:** a Parada se diversificou, incluindo pautas sobre a população trans e abordando questões raciais e de classe. O evento continuou a crescer, com participação de artistas e personalidades famosas.
- **2019:** a Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo aconteceu em um clima de tensão política após a eleição de Jair Bolsonaro. O evento foi um espaço de resistência e reivindicação de direitos.

Anos 2020

- **2020:** devido à pandemia do COVID-19, muitas Paradas foram canceladas ou realizadas de forma virtual. A Parada de São Paulo, que normalmente atrai milhões, foi adaptada para um evento online.
- **2021:** as Paradas voltaram, mas com restrições e protocolos de saúde. As cidades começaram a se adaptar para retomar a celebração presencial, mas com foco em segurança.
- **2022:** as Paradas foram retomadas com grande participação, refletindo um desejo de celebração e resistência, após anos de desafios impostos pela pandemia e pela crescente violência contra a população LGBTI+. O tema da Parada em São Paulo foi “Vote com orgulho – por uma política que representa”.
- **2023:** teve como tema as “Políticas sociais para a comunidade”. As Paradas continuam a ocorrer em várias cidades brasileiras e se tornaram também espaços de reflexão sobre questões como saúde mental, violência de gênero e a luta por direitos equitativos.
- **2024:** adota um tom de protesto com o tema “Basta de negligência e retrocesso no Legislativo: vote consciente por direitos da população LGBTI+”.
- **2025:** o tema “Envelhecer LGBT+: Memória, Resistência e Futuro” desperta a atenção ao envelhecimento, trajetória e legado de pessoas LGBTI+, lançando luz sobre a necessidade do empoderamento desses corpos, histórias e implementação de políticas públicas voltadas a essa população.



Curiosidades sobre as Paradas

- **Cores do arco-íris:** a bandeira do arco-íris, um símbolo de orgulho LGBTI+, foi criada em 1978 por Gilbert Baker. Cada cor representa um aspecto da vida: vermelho (vida), laranja (cura), amarelo (luz do sol), verde (natureza), azul (harmonia) e roxo (espiritualidade);
- **Paradas ao redor do mundo:** atualmente, Paradas LGBTI+ são realizadas em várias cidades do mundo, atraindo milhões de participantes. Cidades como Nova Iorque, São Francisco, Berlim e Sydney são conhecidas por suas grandes celebrações. No Brasil, destacam-se as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte e São Paulo, sendo esta última considerada a maior Parada LGBTI+ do mundo;
- **Aspecto cultural:** além de ser uma celebração da diversidade, as Paradas LGBTI+ também são eventos culturais, com performances de artistas, shows de música, danças e exposições de arte, promovendo a expressão criativa da comunidade;
- **Inclusão e diversidade:** muitas Paradas LGBTI+ têm se esforçado para incluir todas as identidades de gênero e orientações sexuais, promovendo um espaço seguro e acolhedor para pessoas de todas as origens e experiências;
- **Ativismo e conscientização:** durante as Paradas, muitas organizações aproveitam a oportunidade para levantar questões sobre direitos humanos, saúde, educação e visibilidade, buscando conscientizar o público sobre as lutas enfrentadas pela comunidade LGBTI+;
- **Impacto econômico:** as Paradas LGBTI+ também têm um impacto econômico significativo nas cidades onde ocorrem, atraindo turistas e impulsionando a economia local, especialmente em setores como hotelaria, alimentação e entretenimento;
- **Desafios e resistência:** em muitos lugares, a comunidade LGBTI+ ainda enfrenta resistência e discriminação. As Paradas servem não apenas como celebrações, mas também como lembretes das lutas contínuas por igualdade e respeito.

B1.5 - Visibilidade massiva como política pública: Programa Brasil sem Homofobia

O setor público possui um papel de destaque para a promoção dos direitos LGBTI+, pois possui a responsabilidade de desenvolver políticas públicas em diversos campos de atuação, como saúde, segurança pública, direitos e justiça, educação, trabalho, entre outras (Bittencourt, 2020).

O “Programa Brasil sem Homofobia” (CNDC, 2004) é considerado um marco político em defesa dos direitos de cidadania LGBTI+, que contemplou demandas da população LGBTI+ e influenciou, por exemplo, na convocação da 1ª Conferência Nacional LGBTI+, realizada em 2008.

A Conferência teve como temática “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” e propôs diretrizes para a implementação de políticas públicas pelo Plano Nacional de Promoção

da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTI+ (Brasil, 2009), lançado em maio de 2009, bem como avaliar e propor estratégias para fortalecer o “Programa Brasil Sem Homofobia” (CNDC, 2004).

Seu objetivo foi enfrentar a discriminação e a violência contra a população LGBTI+ com a sensibilização da sociedade sobre os direitos desta população, promover a tolerância e o respeito, e reduzir a LGBTIfobia em suas diversas formas. Além disso, a campanha buscava fornecer informações sobre direitos e serviços disponíveis para a população LGBTI+, incentivando a denúncia de atos de violência e discriminação.

O programa inclui diversas ações estratégicas de:

- Sensibilização e educação com campanhas publicitárias em diversos meios, como televisão, rádio, internet e *outdoor*;
- Capacitação de profissionais realizando cursos e *workshops* para profissionais da saúde, educação e segurança pública, visando capacitá-los a lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e a prestar um atendimento mais humanizado e inclusivo;
- Criação de materiais informativos, como folhetos, cartilhas e vídeos educativos que abordam temas como direitos humanos, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e a importância da aceitação familiar e social;
- Parcerias com organizações da sociedade civil para fortalecer a mobilização e promover ações locais de conscientização;
- Eventos e mobilizações com o apoio à agenda e datas do próprio movimento, como a Parada do Orgulho LGBTI+, e outras mobilizações sociais de visibilidade.

Os principais resultados e impactos do programa foram: o aumento da visibilidade e posicionamento da discussão sobre a homofobia no centro da agenda pública; fortalecimento de redes de apoio e acolhimento para pessoas LGBTI+, facilitando o acesso a informações e serviços; e o aumento de denúncias de crimes e atos de discriminação resultou em um aumento no número de registros.

B1.6 - Visibilidade Massiva no Plano Nacional de Direitos Humanos LGBTI+

O Plano Nacional de Direitos Humanos LGBTI+ no Brasil, lançado em 2009, estabelece diretrizes e ações voltadas para a promoção e proteção dos direitos da população LGBTI+, incluindo de visibilidade massiva. Essas ações buscam aumentar a conscientização sobre os direitos e as questões enfrentadas por essa comunidade, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

O documento enfatiza a importância da visibilidade massiva como uma estratégia para enfrentar a discriminação e promover a aceitação da diversidade sexual e de gênero. Propõe, também, ações para aumentar a visibilidade da população LGBTI+ na mídia, na educação e na saúde pública e em diversos espaços sociais, reconhecendo que uma maior visibilidade pode contribuir para a redução do preconceito e para a construção de uma sociedade mais inclusiva.



Saiba mais:

<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1006/1/planolgbt.pdf>

A própria elaboração do Plano constituiu-se como uma estratégia para fortalecer a visibilidade da comunidade nas políticas públicas brasileiras. Na época, com esse tipo de atuação, o movimento LGBTI+ brasileiro ganhou visibilidade nacional e internacional por sua capacidade de articulação em instâncias de formulação de políticas públicas.

As principais diretrizes relativas à visibilidade massiva incluem:

- **Campanhas de conscientização** – realização de campanhas educativas e de conscientização em mídias diversas, abordando temas como a diversidade sexual, luta contra a homofobia e promoção dos direitos humanos;
- **Visibilidade nas políticas públicas** – implementação de políticas públicas que garantam a visibilidade e a representação da população LGBTI+ em diferentes esferas, como nas mídias, cultura e educação;
- **Apoio a eventos de visibilidade** – incentivo e apoio a eventos que promovam a visibilidade da comunidade LGBTI+, como Paradas do Orgulho LGBTI+ e festivais culturais, que ajudam a disseminar informações e fortalecer a identidade da comunidade;
- **Formação e capacitação** – programas de formação e capacitação para servidores públicos e profissionais de diversas áreas, com o objetivo de promover um atendimento adequado e respeitoso à população LGBTI+;
- **Monitoramento e avaliação** – estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de visibilidade, garantindo que as políticas sejam efetivas e alcancem os objetivos propostos.

Essas diretrizes e ações buscam não apenas ampliar a visibilidade da população LGBTI+, mas enfrentar a discriminação e promover a igualdade de direitos. A visibilidade é considerada uma ferramenta fundamental para a promoção do respeito e da aceitação da diversidade sexual e de gênero na sociedade.

B1.7 - O papel da mídia para a visibilidade massiva

O Movimento LGBTI+, percebendo a importância e a influência que os meios de comunicação exercem sobre a opinião pública, começou um árduo trabalho de mobilização dos profissionais da comunicação, a fim de desmistificar a homossexualidade e suas variantes e, ao mesmo tempo, cobrar por parte dos veículos de comunicação uma postura mais respeitosa e, sobretudo, ética com pessoas LGBTI+.

Foi apenas no 21º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado entre 30 de outubro e

1º de novembro de 1986, que a categoria votou unanimemente a favor da proposta de modificação no artigo 10, letra D, do Código de Ética dos Jornalistas, a fim de nele incluir expressa proibição de discriminação por orientação sexual.

No movimento LGBTI+, a área da comunicação é vista como estratégica, na medida em que os veículos de comunicação funcionam como instrumentos de defesa dos direitos humanos. Essa visão é expressa em documentos, como o texto-base da Conferência Nacional LGBTI+ e na própria elaboração do “Manual de Comunicação LGBTI+” (Reis; Cazal, 2018), primeiro produto desta série.



Saiba mais:

<https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>



Na atualidade, as redes sociais mudaram muito a configuração do formato de atuação por meio da comunicação, gerando novos espaços e visibilidades, o que contribuiu com o surgimento de novas personalidades, influenciadores, canais e espaços capazes de ampliar a visibilidade da comunidade LGBTI+ e, para além disso, fortalecer o protagonismo de diferentes personalidades que levantam temas cruciais de forma direta, envolvente e estratégica.

Dicas para dar visibilidade à causa LGBTI+*

- Participe de atividades da temática;
- Promova atividades;
- Crie interação com o público, território e em redes sociais;
- Fortaleça espaços e ações de estudos, com formação técnica e política;
- Fortaleça a publicação dos trabalhos desenvolvidos;
- Organize a comunicação/marketing, produzindo e executando um plano de comunicação;
- Dialogue com órgãos de comunicação de seu município;
- Promova divulgação de atividades LGBTI+ no território de atuação (conhecendo ativos locais de comunicação, como a rádio comunitária, assim como influencers e outras personalidades da internet);
- Apoiem, desenvolvam e integrem outros projetos de impacto social;
- Promova capacitação com imersão em seminários, palestras e conferências;
- Atenda às questões de territorialidade;
- Construa imagem pessoal e/ou institucional e identidade visual;
- Gerencie com cuidado e estratégia as redes sociais.

* *Material produzido com base no documento: Perguntas e Respostas - Dinâmicas de Carrossel - Somos Mais / Petrópolis, 2025.*



B2

Tipos de eventos e sua organização

Existem diferentes formas de atuar em prol da criação de um processo de visibilidade saudável, eficiente e estratégico para pessoas e organizações LGBTI+, e cada uma delas possui sua característica e importância para determinada situação. Mas, independentemente do formato a ser desenvolvido pelas organizações, existem passos que vão definir toda a realização e sucesso do evento: o planejamento é um deles.

Planejar um evento é um processo de disciplina, diálogo, escuta, além de representar uma oportunidade para reunir diferentes ideias, competências, opiniões e conhecimentos em torno de um objetivo comum. É um passo importante para garantir que tudo (ou o máximo possível) corra bem, dentro de um cronograma específico e com a melhor experiência para os participantes.

Algumas vantagens de cuidar com atenção do planejamento de um evento são (Coutinho, 2010):

- **Definição de objetivos** é fundamental para comunicar de forma organizada o propósito do evento em todas as etapas posteriores, com parceiros, equipe, fornecedores etc.;
- **Organização financeira** tem relação direta com a elaboração do orçamento e planejamento de ações dentro do recurso existente. As organizações sociais são muito diversas em sua forma de mobilizar os recursos humanos, logísticos e financeiros;
- **Comunicação clara** interfere em vários níveis da realização do evento: internamente, ao tratar das pessoas envolvidas com a organização, e externamente, na divulgação, processo central para a visibilidade massiva;
- **Contingência de imprevistos** é fruto de um olhar de cuidado que nasce durante o planejamento e ajuda a antecipar situações que podem atrapalhar o andamento do evento, assim como a encontrar soluções ágeis e eficazes;
- **Experiência do participante** está relacionada ao cuidado em planejar “o que” e “como”, e favorecer que a experiência positiva aconteça durante o evento;
- **Avaliação e divulgação dos resultados** durante e após a realização do evento, o processo de avaliação se faz necessário e é de fundamental importância para eventuais adequações visando atingir os objetivos propostos, tal como a divulgação dos resultados e impactos positivos alcançados.

B2.1 - Conhecendo o calendário de datas afirmativas

Um ponto inicial para qualquer pessoa ou organização de defesa dos direitos LGBTI+, na hora de planejar um evento, é conhecer o calendário de datas importantes para o movimento.

Essas datas podem representar marcos, fatos históricos, datas representativas nos níveis municipais, estaduais, nacionais ou internacionais. Procure fazer uma pesquisa e construir um calendário de datas representativas para sua organização e procure relacionar, sempre que possível, com a realização de seu evento.

Para saber mais:

Volte algumas páginas e confira, no tópico A7, as datas comemorativas que marcam momentos importantes da história do movimento LGBTI+. Aproveite também para conhecer os significados das bandeiras e símbolos no tópico A8.

B2.2 - Aprendendo a organizar diferentes formatos de eventos

Os tipos de eventos que proporcionam visibilidade para a comunidade LGBTI+ incluem Paradas, festivais, conferências e fóruns sobre direitos humanos, exposições de arte, peças de teatro e campanhas de conscientização. Eventos de visibilidade massiva, como a Parada do Orgulho, têm um alcance ainda maior e atraem a atenção da mídia e do público em geral.

Mas por que é importante falar de alguns desses tipos de eventos? Porque, de forma geral, eles fazem parte da atuação de pessoas e organizações de defesa dos direitos LGBTI+, e, às vezes, com algum tipo de estratégia ou conhecimento prévio, é possível gerar resultados positivos para a construção de agendas e espaços de atuação junto a outras organizações, com segmentos sociais e/ou com o poder público.

Como vimos anteriormente, a visibilidade massiva não é algo pontual; pelo contrário, é um processo complexo que envolve muitas e diversas formas de atuar.

B2.2.1 - Reunião

Uma reunião é um encontro de pessoas com o objetivo de discutir e tomar decisões sobre um determinado assunto. Podem ser realizadas em contextos diversos, como no ambiente de trabalho, em grupos de estudo, associações, entre outros.

Existem vários tipos de reuniões e várias formas de classificá-las, como:

- Por finalidade: de ideias, de resolução de problemas, de tomada de decisão, de planejamento, de informação, de atualização de status, de avaliação etc.;

- Por formato: informais, virtuais ou presenciais, de equipe, de conselho etc.;
- Por periodicidade: diárias, semanais, mensais, bimestrais, trimestrais etc.

Mesmo parecendo um evento simples ou menos importante, as reuniões são decisivas para a organização e execução de todos os outros tipos de eventos listados neste manual.

Passos para organizar uma reunião*:

a. Defina o objetivo:

Priorize a clareza e determine o propósito da reunião de uma forma que todos entendam: **o que você ou o grupo esperam alcançar?** Isso ajudará a manter o foco durante a discussão.

b. Escolha os participantes (e seja estratégico na quantidade):

Foque na **relevância** e convide apenas as pessoas que são essenciais para a discussão, pois isso evita que a reunião se torne muito longa e dispersiva. Neste caso, quantidade não é sinônimo de qualidade.

c. Determine data e horário:

Perceba a **disponibilidade** e escolha um dia e horário que funcionem para a maioria dos participantes. Considere usar ferramentas de agendamento digitais para facilitar essa escolha.

d. Selecione o local (presencial ou online):

Priorize **conforto e acessibilidade** ao escolher um local que seja adequado para o número de participantes, e que ofereça os recursos necessários (projetores, quadro branco etc.). Quanto à acessibilidade, garanta que pessoas com deficiências sejam contempladas em suas necessidades de locomoção e de comunicação. Caso seja uma reunião virtual, escolha uma plataforma confiável e adapte as necessidades das pessoas neste contexto. Lembre-se de que é importante observar e combinar procedimentos como, por exemplo, manter o microfone fechado, permanecer com a câmera aberta, entre outros cuidados necessários.

e. Prepare a pauta:

Priorize a **estrutura** e crie uma agenda com os tópicos a serem discutidos, indicando o tempo estimado para cada item. Isso ajuda a manter a reunião organizada e focada, e demonstra cuidado com as outras pessoas.

f. Envie convites:

Priorize o melhor formato de **comunicação** e envie convites por e-mail ou por meio de uma ferramenta de agendamento, incluindo a pauta, data, horário e local (ou link da reunião virtual). A comunicação precisa ser inclusiva e deve respeitar a diversidade e questões de gênero e identidade.

LEMBRE-SE: *uma reunião não prioriza quantidade, e sim qualidade. Assim, é possível fazer/enviar convites nominais, entender quando é necessário conversar diretamente com alguma autoridade para explicar a importância da reunião e mobilizar de forma mais eficiente. A reunião pode ser, por exemplo, a primeira de uma série de reuniões para o planejamento de outro evento.*

g. Prepare os materiais com antecedência:

Cuide do conteúdo e, se necessário, prepare apresentações, documentos ou relatórios que serão utilizados durante a reunião. Quando possível, envie-os com antecedência para que os participantes possam se preparar.

h. Conduza a reunião:

Tenha foco e controle do tempo. Durante a reunião, mantenha o foco nos tópicos da pauta, incentive a participação e conceda a palavra, e controle o tempo para garantir que os assuntos sejam discutidos.

Ao perceber a necessidade de alteração da pauta ou do tempo, não tenha receio de trazer isso ao debate, fazendo uma nova negociação de extensão ou de readequação dos assuntos da pauta. Isso demonstra capacidade de liderança e perspicácia diante de adversidades.

i. Registre as decisões e ações:

Priorize a documentação e anote as principais decisões tomadas, os encaminhamentos propostos, as responsabilidades atribuídas e os prazos. Isso ajudará a acompanhar o progresso após a reunião.

Quando possível, grave, filme e fotografe a reunião. Estes são registros importantes para a equipe, parceiros, e em alguns casos, divulgar a ação em meios como site e redes sociais.

LEMBRE-SE: *utilizando alguns recursos tecnológicos, é possível construir um documento de registro colaborativo, com acesso comum aos participantes. Isso facilita o registro e torna o processo mais participativo.*

j. Envie um resumo (ata da reunião):

Garanta que todos estejam alinhados e cientes das responsabilidades ao encaminhar as principais informações e resoluções da reunião, pois este documento pode ser fruto de uma construção coletiva. Assim, peça sugestões e alterações para outras pessoas participantes.

k. Avalie a reunião (sempre que possível):

Organize os procedimentos e reflita sobre o que funcionou bem e o que pode ser melhorado para futuros encontros. Se possível, peça retornos e devolutivas (*feedback*) dos participantes.



Seguindo essas etapas, você pode organizar reuniões mais produtivas e eficazes, que realmente contribuam para o alcance dos objetivos estabelecidos. Aprimorar o desenvolvimento de reuniões é um processo para todas as organizações: ninguém precisa nascer sabendo e nem sempre é possível cumprir todos os passos. Siga dentro de suas possibilidades e procure aprimorar para o próximo momento. Tenha essa lista de passos em mente, mesmo que você, ou sua organização, não sejam os responsáveis pela reunião e estejam apenas como convidados. Ela ajudará a identificar quais reuniões merecem sua presença, em quais deve indicar um representante, como direcionar corretamente o convite dentro da organização, ou até mesmo reconhecer o momento certo de recusar o convite.

LEMBRE-SE: procure, sempre que possível, registrar a realização de reuniões e outras atividades. Atualmente, isso gera conteúdo para as redes sociais e presta contas para a sociedade das atividades que estão sendo realizadas por você e sua organização, além de demonstrar aos parceiros e rede de apoio, as articulações nas quais estão envolvidos.

* Adaptado de Atlassian [s.d.] e Liberato (2023).

B2.2.2 - Oficinas (*workshops*)

Oficinas são eventos muito comuns e importantes para organizações sociais. Possuem formato mais interativo e estão voltadas para a aprendizagem sobre um determinado tema, ou para o desenvolvimento de habilidades específicas.

Diferente de uma palestra, onde o foco é na apresentação de um conteúdo, uma oficina prioriza que as pessoas pratiquem e interajam ativamente, o que o torna um momento participativo, colaborativo e dialógico. (Souza, 2016)

As oficinas, geralmente, são eventos de pequeno/médio porte e são planejadas primando pela qualidade das atividades. Por isso, exigem muito cuidado e atenção em seu planejamento, execução e no desenvolvimento de suas metodologias.

Também representam oportunidades de criar conexões importantes para a organização, ou em torno de um tema, para aproximar diferentes tipos de pessoas por interesses de aprendizagem ou atuação em comum.

Passos para organizar uma oficina, ou *workshop:**

a. Defina o objetivo:

O objetivo de uma oficina tem a ver com “**o que você quer que os participantes aprendam ou desenvolvam?**”, isto é, este tipo de evento tem um fim pedagógico, o que exigirá o desenvolvimento de uma metodologia específica. Tenha um objetivo claro, que guiará toda a oficina e que seja capaz de traduzir para os participantes o **motivo de aprendizagem** deste momento.

b. Defina o público:

Identifique, estrategicamente, quem são os participantes: professores, profissionais da saúde, adolescentes, jornalistas etc. Isso ajudará a ajustar o conteúdo, a linguagem, as metodologias e a abordagem da oficina. Isto quer dizer que, mesmo que se fale de um mesmo assunto, para cada público ele deverá ser abordado de forma diferenciada.

As oficinas não são voltadas para grandes plateias, pelo contrário, elas são reservadas a uma quantidade limitada de pessoas, pois tendem a tratar de assuntos específicos e ter um tempo determinado no qual a meta maior será oferecer espaços de interação, e não apenas de explanação de conteúdo.

c. Escolha o tema:

Baseie-se nas necessidades e demandas de aprendizagem do público e nos objetivos definidos. O tema deve ser relevante e interessante e, no caso de oficinas, deve ser específico e bem direcionado. O tema “saúde”, por exemplo, é muito abrangente e precisa ter um recorte mais específico, como “saúde mental dos adolescentes: como reduzir os impactos das telas”.

d. Planeje a estrutura:

Entenda qual é a duração. É importante que este tempo seja compatível com o tema, a metodologia a ser utilizada e deve considerar o perfil do público.

- **Agenda** – crie uma agenda com as atividades diversas, como apresentações, discussões, dinâmicas etc.;

- **Metodologia** – entender o perfil do público será importante para a metodologia a ser adotada. Lembre-se de aspectos relevantes, como incluir espaços de fala, facilitar interação entre as pessoas, utilizar recursos diversos (jogos, dinâmicas, filmes). Por exemplo, no caso de processos formativos com adultos, é eficiente usar metodologias em que aprendam a partir da reflexão sobre sua experiência.

LEMBRE-SE!

- *Favoreça a interatividade e inclua atividades práticas e discussões em grupo para manter o interesse dos participantes;*
- *Trabalhe com flexibilidade e esteja preparado para adaptar a agenda conforme o andamento da oficina e o envolvimento dos participantes;*
- *Fortaleça conexões e crie oportunidades para que os participantes se conectem uns com os outros, pois isso pode agregar valor à experiência.*

e. Escolha o local (presencial ou virtual):

O local deve ser adequado ao número de participantes e ao tipo de atividades que serão realizadas, mas não apenas, ele também precisa estar conectado com o público e com o objetivo. Uma oficina para jornalistas, por exemplo, pode perfeitamente acontecer no Sindicato dos Jornalistas; para estudantes, pode ser programada para acontecer em diferentes escolas públicas; para médicos, pode acontecer em parceria com a Associação Médica da cidade.

Considere fatores como acessibilidade e equipamentos disponíveis. No caso de oficinas virtuais, será importante dominar o uso de ferramentas de reuniões e outros programas voltados para atividades em grupo por meio de telas.

LEMBRE-SE: *estruturas públicas geralmente são bem equipadas e possuem políticas para oferecer espaços em parceria. Então, é importante para as organizações conhecerem as universidades, escolas locais, postos de saúde e outras estruturas/equipamentos públicos que podem ser potenciais parceiros em atividades como uma oficina.*

f. Identifique os recursos necessários:

Liste materiais e equipamentos que serão necessários, como projetores, *flip chart*, materiais impressos, ou programas específicos no caso de uma oficina virtual. É possível atuar com criatividade, pois nem sempre as organizações possuem recursos disponíveis para aquisição de equipamentos e materiais. Invente caminhos e possibilidades.

g. Planeje a divulgação:

A divulgação da oficina, ou *workshop*, deve olhar para a necessidade de mobilizar inscrições e público participante, além de divulgar o tema e o evento em si. Crie um plano de comunicação para divulgar sua oficina, dentro das especificidades

exigidas para alcançar diferentes públicos. Utilize redes sociais, e-mails, cartazes ou outros meios. É importante construir estratégias, como parcerias específicas. Se sua oficina é direcionada para professores de escolas públicas, por exemplo, é importante construir parcerias com a Secretaria de Educação para que a comunicação chegue ao público. Crie a identidade visual de seu evento, quando possível.

Para saber mais:

Confira no tópico “B3.1 – Fortalecendo a visibilidade massiva: estratégias de comunicação” informações complementares sobre divulgação e comunicação.

h. Cuide do processo de inscrições:

Defina como os participantes poderão se inscrever. Você pode usar plataformas online, criar um formulário ou receber inscrições por e-mail. Peça informações relevantes de contato, pergunte sobre as expectativas com relação à atividade e mantenha essas informações organizadas para que tenha uma lista de contatos sempre atualizada, podendo utilizá-la em relatórios e prestações de contas.

i. Planeje a condução da oficina:

- Inicie apresentando a si próprio e a organização que representa ou que está oferecendo a atividade, mesmo que rapidamente;
- Inclua canais de contato nesta apresentação. Sempre demonstre como as pessoas podem encontrar você e/ou sua organização (redes sociais, site, e-mail), apresente sua equipe etc.;
- Faça uma introdução que explique os objetivos e a agenda;



- Faça acordos sobre etapas e tempos com os participantes;
- Durante a oficina, procure manter o engajamento dos participantes com atividades diferenciadas e esteja aberto a perguntas.

j. Cuide da avaliação:

Ao final, solicite devolutivas (*feedback*) dos participantes para entender o que funcionou bem e o que pode ser melhorado em futuras edições. No caso das oficinas, por ser um evento de pequeno/médio porte, pode ser reservado um tempo ao final e pensada uma dinâmica de avaliação (que bom / que pena / que tal?).

k. Planeje os encaminhamentos pós-oficina (*follow-up*):

Considere enviar um e-mail de agradecimento e, se aplicável, materiais adicionais que possam ajudar os participantes a continuarem seu aprendizado. Envie fotos, comente caso tenha divulgado a oficina nas redes e, quando possível, marque os participantes.

LEMBRE-SE: *sempre ofereça um certificado de participação (impresso ou como arquivo), no qual conste horas de formação, o nome do curso, conteúdo abordado e nome da pessoa facilitadora. Esse detalhe pode fazer muita diferença para seu evento!*

* Adaptado de Souza e Araújo (2020), e Escola Web (2017).

B2.2.3 - Curso de Formação

Um curso de formação é um programa educacional estruturado que tem como objetivo capacitar os participantes em determinada área de conhecimento ou habilidade. Esses cursos podem variar em duração, formato (presencial, online ou híbrido) e conteúdo, de acordo com o público e dos objetivos a serem alcançados.

Organizar um curso de formação requer planejamento cuidadoso e atenção aos detalhes. É importante considerar as necessidades dos participantes e estar disposto a adaptar o curso conforme as circunstâncias mudam. Além disso, garantir um ambiente de aprendizado positivo e colaborativo contribui significativamente para o sucesso do processo.

No âmbito das pautas, temas e comunidade LGBTI+, os cursos de formação possuem um papel importante, pois são momentos estratégicos de compartilhar conhecimentos específicos, dialogar com pessoas e organizações sobre pautas comuns, aproximar indivíduos e fortalecer as comunidades de atuação.

Cada organização pode ter diferentes temas ou interesses comuns no campo de formação. Por isso, é comum desejar replicar algum curso oferecido por uma organização parceira. Também é frequente organizar um curso que deverá passar por muitas localidades diferentes. É importante lembrar que iniciativas de formação podem ter a tecnologia como aliada, e esta combinação pode ser estratégica para gerar visibilidade massiva.

Passos para Organizar um Curso de Formação*:

a. Defina os objetivos:

Para um processo de formação, a definição do objetivo tem a ver com a expectativa de aprendizagem. Neste caso, a definição dos objetivos pode ter como direção: “o que desejo que os participantes aprendam?” ou “quais capacidades gostaria que desenvolvessem?”.

Estabeleça metas claras e mensuráveis (o número de participantes, o número de turmas realizadas, a abrangência territorial do curso).

b. Identifique seu público:

Defina quem são os participantes do curso (profissionais, estudantes, iniciantes em uma área específica etc.). No caso de ações de formação, a definição e identificação do público devem ser muito cuidadosas, pois a metodologia deverá ser elaborada respeitando as especificidades e perfil dos participantes.

Um público que possui menos intimidade com a tecnologia pode ser um exemplo, assim como públicos de uma região com pequena cobertura de serviços de internet, ou gestores de organizações.

c. Elabore o conteúdo programático:

Elabore um currículo que aborde os tópicos necessários para alcançar os objetivos do curso e organize o conteúdo de forma lógica e progressiva, começando com conceitos básicos e avançando para tópicos mais complexos.

LEMBRE-SE: *o conteúdo programático é diferente da metodologia. O conteúdo define o caminho do conhecimento — ou seja, o que será abordado. A metodologia refere-se à forma como esse conteúdo será repassado para cada público.*

d. Defina o formato do curso:

Escolha o formato do curso: presencial, online ou híbrido, levando em consideração o público, recursos existentes, objetivos de aprendizagem. Decida ainda sobre a duração do curso (número de aulas, carga horária total, horário, dias de realização).

O conteúdo a ser abordado vai influenciar na extensão e na definição de horas de formação. Quanto mais o formato estiver adequado ao conteúdo a ser abordado, maior a probabilidade de alcançar os objetivos de aprendizagem.

LEMBRE-SE: *a organização pode ser muito criativa e inovadora na hora de pensar o formato de um curso: pode envolver diferentes parceiros, profissionais e outros convidados para serem responsáveis por módulos temáticos, realizar encontros em diferentes locais, ou mesmo contar com professores à distância (quando há recursos tecnológicos necessários).*

e. Defina recursos técnicos e materiais:

Selecione ou produza os materiais didáticos (apostilas, livros, vídeos etc.) que serão utilizados. Também planeje recursos adicionais, como projetores, computadores e seus espaços (salas de aula, plataformas online).

Os recursos podem ser articulados em parceria com universidades, poder público, estruturas públicas existentes nas comunidades, como escolas ou postos de saúde, e outras organizações que atuam na defesa de direitos, como cooperativas, sindicatos, ONGs locais ou parceiras.

f. Elabore a metodologia de ensino e aprendizagem:

Defina as abordagens pedagógicas a serem utilizadas (aulas expositivas, dinâmicas em grupo, estudos de caso, práticas, jogos, roda de conversa). Caso sua organização seja a responsável pelo conteúdo da formação, procure envolver profissionais da área da educação na hora de planejar a metodologia, afinal, os recursos metodológicos são amplos e exigem conhecimento.

Caso seja possível, procure sempre trabalhar em dupla. É um diferencial importante para o planejamento e condução de atividades de formação.

IMPORTANTE: caso precise fazer a seleção ou convidar instrutores, escolha profissionais qualificados e com experiência na área de ensino e procure repassar com cuidado os objetivos de aprendizagem do curso.



g. Planeje a avaliação:

Elabore métodos de avaliação para medir o aprendizado dos participantes, mas inclua tópicos relacionados à estrutura do curso, formação, conteúdo abordado e logística.

h. Acompanhe a divulgação:

A divulgação, no caso do curso de formação, deve olhar para a necessidade de mobilizar as inscrições e o público participante, e divulgar o tema e o evento em si.

Para saber mais:

Confira no tópico “B3.1 – Fortalecendo a visibilidade massiva: estratégias de comunicação” informações complementares sobre divulgação e comunicação.

i. Cuide das inscrições:

Organize um sistema de inscrições que facilite a adesão do público, utilizando ferramentas virtuais como formulários. Procure incluir questões que possam levantar informações importantes sobre os participantes: peça os contatos de e-mail e telefone, pergunte sobre a área de formação/atuação, questione as expectativas de aprendizagem.

Em alguns casos, dependendo do perfil do público, as organizações procuram viabilizar a participação das pessoas. E, neste caso, é interessante perguntar, ainda no formulário de inscrições, sobre a necessidade de auxílio complementar.

Caso venham participantes de outras localidades, auxilie as pessoas com informações necessárias: transporte, hotel, alimentação. É possível criar um grupo em aplicativos, como Whatsapp e Telegram, para enviar informações e manter os participantes atualizados, assim como é possível o envio de e-mails para trocar informações logísticas.

j. Acompanhe a execução do curso:

No caso de um curso presencial, prepare antecipadamente materiais como: *banner* da organização e, quando possível, do curso; crachás; bloco de anotações, canetas e outros materiais necessários para garantir a participação das pessoas e o bom andamento do curso. No caso de curso virtual, informe antecipadamente os participantes da necessidade de materiais específicos.

Organize a sala e tire alguns minutos iniciais para apresentar a organização, seus objetivos, como entrar em contato, entre outras informações importantes para gerar visibilidade para sua organização. Acompanhe o andamento do curso, garantindo que os objetivos estão sendo alcançados. Esteja aberto à devolutivas e faça ajustes conforme necessário. Faça registro da atividade com fotografias, sistematização, filmagem.

k. Pós-evento:

Ao final do curso, realize a avaliação conforme a metodologia definida e emita os certificados de conclusão, quando cabível. Lembre-se também de reconhecer e agradecer o empenho de todas as pessoas envolvidas na organização, execução e participação do curso.

* Adaptado de Alves [s.d.], Núcleo Maturi [s.d.] e Santana (2024).

B2.2.4 - Seminário

Os seminários são eventos que podem ter um caráter profissional ou acadêmico, voltado para pessoas interessadas em debater um tema específico, compartilhar conhecimentos e experiências, embasado na exposição oral. É importante destacar que estamos tratando o seminário enquanto **evento**, pois o termo também se refere à exposição oral de um tema, como um trabalho acadêmico.

Na área social, os seminários são importantes estratégias de visibilidade massiva, pois permitem aprofundar, coletivamente, o debate sobre assuntos de interesse de comunidades específicas, como a LGBTI+, e permitem enfoques necessários, atuais e vigentes. É possível reunir dentro desta modalidade de evento diferentes públicos para debater aspectos diversos, tais como: direitos, saúde, educação, empregabilidade da comunidade LGBTI+. Além disso, o seminário possui certo prestígio acadêmico e permite, por exemplo, que se lancem estratégias de mobilização ao convidar pessoas, autoridades, estudiosos específicos e renomados nos temas a serem debatidos.

Uma estratégia muito importante para esse tipo de evento é a construção de parcerias com universidades ou outras organizações interessadas em debater e aprofundar uma temática em comum.

Passos para organizar um Seminário*:

a. Defina o tema e os objetivos:

Escolha um tema relevante e abrangente, procure dar a ele um enfoque interessante, de forma a atrair e mobilizar o público. Estabeleça os objetivos do seminário a partir de questões, como “o que você espera debater, colocar em destaque e/ou que os participantes aprendam ou discutam?”.

O seminário, ao contrário da oficina, pode ter um tema abrangente e ser organizado de forma a debater diferentes subtemas. O planejamento será estratégico para garantir visibilidade a determinadas pautas dentro do evento. O tema do seminário, por exemplo, pode ser “a atualidade da luta por direitos da comunidade LGBTI+” e o seminário organizar mesas temáticas específicas, como “Avanços no STF: o papel das ações de *advocacy*”, ou “Retrocessos de direitos LGBTI+ no mundo: balanço da última década”, também “Impasses da conquista de direitos no âmbito municipal”, e “O impacto das redes sociais na conquista de direitos LGBTI+” etc.

b. Escolha a(s) data(s) e o local:

Selecione uma data que seja significativa para o movimento ou tema escolhido e que, na medida do possível, não conflite com outros eventos importantes; reserve um local adequado, que acomode o número de participantes esperados e que tenha acessibilidade. Considere também a acessibilidade na infraestrutura necessária (audiovisual, internet, tradução em Libras etc.).

Muitas vezes, para organizações sem fins lucrativos, é estratégico desenvolver seminários em parceria com universidades e instituições de ensino e pesquisa que, geralmente, possuem políticas de parceria para organização de eventos que envolvem a comunidade universitária e científica (estudantes, professores, pesquisadores, bolsistas, entre outros).

Atualmente, um diferencial dos seminários é pensar sua estrutura com formato híbrido, isto é, com atividades presenciais e online, pois isso pode aumentar o número de participantes e também viabilizar a fala de convidados ilustres à distância. Já é comum ter mesas de debates formadas por convidados presentes física e virtualmente.

c. Planeje a estrutura do seminário:

Defina a programação, incluindo palestras, painéis de discussão, grupos de trabalho, oficinas, mostras, exposições, premiações etc. Determine a duração de cada atividade e a ordem em que ocorrerão: lembre-se de que a programação é um componente estratégico para a visibilidade de temas, ações e estudos existentes.

Reserve tempo para construir a programação com sua equipe, com parceiros, outras organizações e organismos importantes para sua pauta. Geralmente, quanto mais colaborativo for este momento, isto é, quanto mais pessoas e parceiros forem reunidos em torno da programação, mais riqueza e diversidade de temas, debates e de participantes estarão garantidos.

d. Convide palestrantes e facilitadores:

Identifique e convide especialistas, autoridades ou profissionais reconhecidos. Confirme a disponibilidade e os termos de participação de cada palestrante: este ponto exige cuidado com os procedimentos formais, principalmente no convite de autoridades.

Para organizar a lista de pessoas e os procedimentos, crie documentos compartilhados que facilitem o acompanhamento coletivo, como:

- modelos de e-mails, para ter um padrão;
- modelos de convites para diferentes participantes;
- modelos de comunicações com parceiros;
- lista de contatos de todas as pessoas convidadas e participantes. Envie materiais do evento e responda, com prontidão, dúvidas.

e. Cuide da divulgação do seminário:

A divulgação, no caso do seminário, deve olhar para a necessidade de mobilizar inscrições e público participante, além de divulgar o tema e o evento em si. Cada tipo de divulgação tem suas especificidades e importância, e necessita, igualmente, de planejamento pela necessidade de gerar visibilidade.



f. Faça a gestão de inscrições e participantes:

- Estabeleça um sistema de inscrições online. Atualmente existem diversas plataformas que auxiliam a organização virtual, com inscrições e acesso à programação do encontro;
- Mantenha um registro dos participantes e envie confirmações;
- Envie informações sobre o andamento dos preparativos e nomes confirmados;
- Crie materiais de apoio ao participante que vem de outros locais e cidades, com instruções sobre hospedagem, local do evento, alimentação, entre outras;
- Mantenha atualizada a publicação da programação completa.

LEMBRE-SE: *é importante planejar atividades que serão transmitidas virtualmente. Esse tipo de ação exige infraestrutura rica em tecnologias e equipamentos!*

g. Prepare, ou acompanhe a preparação, do local, materiais e equipamentos:

A preparação de um seminário exige uma grande equipe de profissionais, de diferentes áreas e com diferentes funções, que estarão mobilizados no planejamento e realização do evento. Essas equipes devem estar organizadas e preparadas para a verificação e acompanhamento de toda a logística e estrutura geral, como os equipamentos, organização das salas, materiais que serão utilizados, apresentações, folhetos e certificados.

h. Realize o seminário:

Chegou o momento. Sempre existem tarefas para fazer, ações de última hora, cuidados com os preparativos finais, e é importante, para o momento de realização, que haja uma equipe de organização que chegue cedo para coordenar os últimos detalhes, pessoas direcionadas para receber os participantes, e manter a programação conforme o planejado.

Para isso, as funções devem estar bem divididas e utilizando ferramentas de comunicação ágeis, como um grupo virtual (pelo WhatsApp ou Telegram) com as pessoas que estão cuidando da realização do seminário, para emergências, gestão de crise e contratempos.

i. Pós-evento:

- Após o seminário, colete *feedbacks* dos participantes para avaliar o que funcionou bem e o que pode ser aprimorado;
- Organize a lista final de contatos do evento e envie uma comunicação de encerramento, agradecendo aos palestrantes, participantes e equipe envolvida pela colaboração e presença;
- Inclua nessa mensagem destaques do seminário, o link ou local onde podem ser acessadas as informações e a cobertura das atividades, e os certificados de participação;
- Considere também enviar um questionário de avaliação, abordando diferentes aspectos, como logística (horários, recepção), qualidade das palestras, metodologia adotada e atuação da equipe de organização.

LEMBRE-SE: *não tenha medo da avaliação. É sempre importante receber todos os tipos de devolutivas. Apenas assim é possível evoluir para um próximo momento.*

*Adaptado de Andrade [s.d.], Event3 [s.d.] e Eventize [s.d.].

B2.2.5 - Congresso

Um congresso é um evento que reúne pessoas de uma mesma área de interesse para discutir temas relevantes, compartilhar conhecimentos, apresentar pesquisas e fortalecer a rede de contatos. Podem ser acadêmicos, científicos, profissionais ou de outras naturezas temáticas.

Congressos possuem prestígio por debater de forma profunda e inovadora temas de relevância social em diversos campos do conhecimento (saúde, educação, sociedade, política etc.) e, por isso, é uma importante ferramenta de visibilidade massiva. (Spiess; Mattedi, 2020)

Este tipo de evento, geralmente, é de grande porte. Isto é, reúne muitas pessoas, vindas de diferentes localidades, conta com inúmeras atividades paralelas, e movimenta serviços de transporte, alimentação e hospedagem. Por isso, necessita de uma ampla estru-

tura de organização, articulação e gestão, para acontecer de maneira adequada, desde seu planejamento, passando por sua realização, até os encaminhamentos do pós-evento.

Devido ao seu porte, este evento exige o envolvimento de muitos parceiros financeiros e executores. Um detalhe interessante dos congressos é que podem se repetir periodicamente, alterando apenas o tema escolhido a cada edição.

Passos para organizar um congresso*:

a. Defina o tema e objetivos:

Escolha um tema central que seja relevante e atraente para o público-alvo e, após, defina o que você espera alcançar com o tema do congresso, que vai além da troca de conhecimentos, redes de contato (*networking*) ou atualização profissional. A definição do objetivo, neste caso, fica mais focada no que se pretende debater ou provocar em torno do tema escolhido para a realização do evento.

Por exemplo, um congresso de comunicação que acontece anualmente, pode debater, a cada edição, um tema diferenciado: comunicação e democracia, comunicação e direitos humanos etc.

b. Escolha a data e local:

- **Data** – escolha uma data com muita antecedência, e que não conflite com outros eventos importantes na área;
- **Local** – reserve um espaço adequado considerando o número de participantes e a infraestrutura necessária. Por serem de grande porte, exigem uma ampla estrutura física, como salas, equipamentos etc.

***LEMBRE-SE:** este também é um tipo de evento que ganha muita visibilidade e reconhecimento quando realizado em parceria com universidades, institutos de pesquisa e outros órgãos públicos.*

c. Planeje a programação:

- **Palestrantes** – convide especialistas da área para ministrar palestras e oficinas;
- **Atividades** – planeje sessões de apresentação de trabalhos, mesas-redondas e atividades de criação de redes de contatos. Inclua atividades culturais, como grupos de dança, musicais, apresentações de teatro, exposições sobre o tema, mostras de filmes etc. Um congresso abre espaço para criar uma programação muito rica e diferenciada;
- **Cronograma** – organize a programação em horários que permitam a participação do público.

***LEMBRE-SE:** um congresso enquadra-se na modalidade de eventos que podem acontecer de forma híbrida. Assim, é possível planejar atividades que serão transmitidas virtualmente. Mas preste atenção, pois este tipo de ação exige infraestrutura rica em tecnologias e equipamentos!*

d. Divulgue o evento:

A divulgação, no caso do congresso, deve olhar para a necessidade de mobilizar inscrições, público participante e de divulgar o tema e o próprio evento. Cada tipo de divulgação tem suas especificidades, importância e necessita, igualmente, de planejamento, principalmente diante da necessidade de gerar visibilidade.

Para saber mais:

Confira no tópico “B3.1 – Fortalecendo a visibilidade massiva: estratégias de comunicação” informações complementares sobre divulgação e comunicação.

e. Faça a gestão de inscrições e participantes:

Estabeleça um sistema de inscrições online. Atualmente existem diversas plataformas que auxiliam a organização virtual, com inscrições e acesso à programação do encontro, envio de certificados, enfim, toda a gestão do congresso.

É importante que a organização mantenha um registro dos participantes e envie confirmações, informações periódicas sobre o congresso, destaques da programação, andamento dos preparativos, nomes confirmados.

Crie materiais de apoio ao participante que vem de outros locais e cidades, com instruções sobre hospedagem, local do evento, alimentação, entre outras. Também é importante criar um kit do participante presencial, geralmente composto por uma bolsa com a programação impressa, blocos de anotações e canetas, além de materiais promocionais oferecidos geralmente por parceiros do evento. Mantenha atualizada a publicação da programação completa no site.

f. Prepare a logística do evento:

- **Equipamentos** – verifique a necessidade de equipamentos audiovisuais, computadores, material de escritório e infraestrutura de internet;
- **Alimentação** – planeje a oferta de alimentação e bebidas para os participantes. É possível fazer parcerias com restaurantes da região para alimentação com descontos;
- **Acomodações** – se necessário, forneça informações sobre hotéis ou opções de hospedagem na região. Também é possível articular parcerias para hospedagens mais baratas.

g. Acompanhe a execução do congresso:

- **Checagem final** – no dia anterior ao evento, realize uma última reunião de conferência com toda a equipe de planejamento e execução, para tratar dos últimos detalhes da organização. Faça uma checagem coletiva de todos os detalhes: equipamentos, credenciamento, palestrantes etc. Certifique-se de que as funções estejam bem divididas;

- **Apoio** – Tenha uma equipe disponível para resolver problemas que possam surgir durante o congresso. Crie um grupo (WhatsApp, Telegram ou outra tecnologia) com as pessoas que estão cuidando da realização do congresso, para emergências, gestão de crise e contratemplos.

LEMBRE-SE: *sobre o dia (ou dias) do evento, é sempre importante ter uma equipe de organização que chegue cedo para coordenar os últimos detalhes; que tenha pessoas direcionadas para receber os participantes; e acompanhar a programação conforme o planejado.*

h. Cuide do pós-evento:

Após o evento, colete *feedback* dos participantes para avaliar o que funcionou bem e o que pode ser melhorado. Considere enviar um questionário de avaliação, que trate de diferentes aspectos, como: logística (horários, recepção), palestrantes, metodologia, equipe de organização etc.

Agradeça aos palestrantes, patrocinadores e participantes pela colaboração e presença. Envie um resumo do seminário, materiais apresentados ou gravações, quando aplicável. Organize a lista final de contatos e distribua os certificados de participação.

Para parceiros e financiadores, é necessário enviar um relatório mais detalhado, incluindo informações sobre as atividades, destaques do evento, fotos, resultados alcançados e sugestões para futuras edições.



LEMBRE-SE: não tenha medo da avaliação. É sempre importante receber todos os tipos de devolutivas. Apenas assim é possível evoluir para um próximo momento.

*Adaptado de Cury, [s.d.], Munhoz [s.d] e Souza [s.d.].

B2.2.6 - Exposição

Uma exposição é um evento no qual obras de arte, objetos, fotografias, produtos ou informações são apresentados ao público. Pode ocorrer em diversos contextos, como galerias de arte, museus, feiras, eventos corporativos, entre outros, e marcar datas comemorativas, momentos históricos importantes, homenagear pessoas.

Uma exposição tem o diferencial de aproximar do campo social o campo artístico e cultural. Então, é mais do que aprender sobre um determinado assunto. É aprender por meio da arte (Fraga, 2021; Boita; Duarte Cândido, 2020; Baptista; Boita, 2017).

Há chance de ser muito criativo na construção de parcerias. É possível, por exemplo, montar uma exposição em parceria com espaços de arte, galerias, museus, centros culturais comunitários e outros equipamentos culturais de sua localidade. Igualmente, uma mostra pode ser desenvolvida com cinemas, teatros, envolver palestras, um formato muito dinâmico e inteligente de abordar determinadas temáticas e gerar visibilidade, alcançando públicos mais amplos e diversos.

Organizar uma exposição envolve várias etapas que garantem que tudo ocorra de forma planejada e eficaz. Ao mesmo tempo que abre novas portas para a captação de recursos, uma exposição exige um amplo potencial de mobilização por parte da organização que a promove (Moreira, 2016; Giovanaz; Faria, 2021).

Passos para organizar uma exposição*:

a. Defina o objetivo e o público:

Mais uma vez, a escolha de um tema claro e coerente guiará todo o desenvolvimento da exposição. É possível pensar em datas comemorativas, homenagens a pessoas expressivas dentro do movimento LGBTI+, explorar temáticas específicas. Para cada objetivo, é possível identificar públicos prioritários a serem mobilizados: profissionais da saúde, juventude, professores, comunidade LGBTI+ etc.

b. Defina local e data:

Durante o planejamento, provavelmente serão levantadas as possibilidades existentes, ou mais viáveis, de datas e locais para a realização da exposição.

Em muitas situações, é estratégico procurar realizar esse tipo de evento em datas importantes do Calendário da comunidade LGBTI+, aliados a outros acontecimentos temáticos, como um seminário, encontro ou até mesmo a Parada da Diversidade. E, ainda com relação à data, é relevante que contemple um tempo suficiente para a preparação.

Referente ao espaço, procure parcerias ou um espaço apropriado e que atenda às necessidades em termos de tamanho, infraestrutura e acessibilidade.

LEMBRE-SE: *monte um cronograma de atividades para visualizar o evento no tempo. Apenas assim será possível entender a antecedência necessária de preparação da exposição.*

c. Monte uma equipe de curadoria:

Preparar uma exposição exige muito estudo, pesquisa e levantamento de informações em torno do assunto, obras ou personalidade a ser retratada. Quase sempre é relevante montar uma equipe de curadoria que tenha pesquisadores, artistas, parceiros e profissionais com conhecimentos específicos.

Uma exposição para homenagear uma personalidade, por exemplo, deverá considerar a escuta e levantamento de informações com pessoas próximas ou amigos, cônjuge, filhos, pesquisadores, historiadores, entre outros profissionais capazes de auxiliar no levantamento de informações.

Após a pesquisa, haverá o processo de análise de materiais e obras que estarão disponíveis para serem expostas e então se inicia o planejamento da exposição em si, com a seleção das peças, os textos e histórias a serem contadas.

Alguns aspectos importantes devem ser levados em consideração, como escolher as peças ou objetos que serão exibidos considerando a qualidade, relevância e variedade. Selecione itens que vão ajudar a contar a história que se pretende, como fotografias do tema, roupas da época, cartas escritas. Também é possível lidar com a interatividade, com vídeos, entrevistas com especialistas.

d. Cuide da logística:

Como primeiro passo, planeje a disposição das obras no espaço (*layout*), criando um fluxo que permita aos visitantes percorrerem a exposição de maneira lógica em suas diferentes etapas. Identifique quais serão as etapas de preparação de materiais: serão impressas fotografias? Haverá objetos pessoais? Haverá obras valiosas? Quais equipamentos serão necessários? Haverá atividades interativas?

Após esta etapa, organize o transporte das obras, peças ou objetos para o local da exposição. A seguir, prepare a instalação, incluindo a iluminação, segurança e outros aspectos técnicos. É importante lembrar que a montagem é realizada por uma equipe especializada, mas, mesmo assim, é importante que a equipe de curadoria e execução acompanhe as diferentes etapas. Com recursos tecnológicos, pedagógicos e artísticos, é possível desenvolver metodologias interativas, momentos de diálogos temáticos e diversas ações capazes de ampliar a visibilidade da exposição ou mostra. Reúna diferentes linguagens sempre que possível.

e. Planeje a comunicação:

Crie uma estratégia de divulgação para promover a exposição e seu tema. Utilize redes sociais, e-mails, cartazes e parcerias com influenciadores ou veículos de mídia. Crie uma lista de contatos estratégicos e envie convites para a abertura da exposição.

Para saber mais:

Confira no tópico “B3.1 – Fortalecendo a visibilidade massiva: estratégias de comunicação” informações complementares sobre divulgação e comunicação.

f. Realize a abertura da exposição:

É interessante organizar um evento de abertura. Considere realizar uma inauguração da exposição com coquetel, palestras ou performances que costumam atrair mais visitantes. Monte e prepare uma equipe de guias e educadores para guiar os visitantes, responder perguntas e oferecer informações sobre as obras.

g. Pós-evento:

Após a exposição, colete *feedbacks* e devolutivas dos visitantes para entender o que funcionou bem e o que pode ser melhorado em eventos futuros. Também realize avaliação com parceiros e com a própria equipe de curadoria. É muito importante realizar um relatório final, que inclua dados sobre a participação, vendas (se aplicável) e considerações para futuras exposições.

*Adaptado de Varella (2023) e Pereira (2018).

B2.2.7 - Parada/Marcha LGBTI+

Como já vimos anteriormente, a Parada LGBTI+ é um evento que celebra a diversidade sexual e de gênero, a resistência e a luta por igualdade, promovendo direitos e aumentando a visibilidade das questões que afetam essas populações. Geralmente inclui desfiles, performances, *shows*, discursos e festivais e várias atrações com o objetivo de comemorar a vida e trazer à tona debates guardados nos armários da sociedade.

Organizar uma Parada é uma tarefa que requer dedicação e conexão com a comunidade e exige um amplo potencial de planejamento, articulação e execução. A complexidade de preparação fez com que, ao longo dos anos, surgissem organizações responsáveis apenas pela realização das Paradas LGBTI+. Neste capítulo, vamos descrever passos importantes para a realização de um evento deste porte, de maneira simplificada, a fim de auxiliar pessoas, coletivos e organizações na hora de desenvolver esse tipo de iniciativa em sua região ou município.

Atualmente, os formatos e dimensões das Paradas são muito diferentes entre si. A de São Paulo tornou-se um evento mundial e praticamente impossível de ser replicado como um modelo. Contudo, é possível planejar, a partir de outros parâmetros,

momentos similares em outras localidades, como Paradas estaduais, regionais, municipais, que vão auxiliar na visibilidade, levantar pautas e destacar lideranças e personalidades localmente.



Para saber mais, visite o site da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT-SP):
<https://paradasp.org.br/>

Princípios importantes a serem observados em todo o processo de organização da Parada LGBTI+:

- **Inclusão** – garantir que a Parada seja acessível e acolhedora para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, identidades ou origens;
- **Respeito** – promover um ambiente de respeito mútuo entre todos os participantes;
- **Sustentabilidade** – considerar práticas que minimizem o impacto ambiental do evento.

Passos para organizar uma Parada LGBTI+:

a. Forme uma equipe:

Reúna um grupo de pessoas comprometidas com a causa. Isso pode incluir membros da comunidade LGBTI+, aliados e ativistas, além de outras organizações parceiras.

b. Defina objetivos e tema:

Determine o propósito do evento. Pode ser uma celebração, uma manifestação ou ambos. Escolher um tema pode ajudar a direcionar as atividades e a comunicação do evento.

***LEMBRE-SE:** a Parada é fruto de uma ampla articulação de todo o movimento LGBTI+. Por isso, é muito importante a conexão com as pautas comuns, mesmo com nuances e enfoques embasados na realidade local. Estar articulado com o movimento possibilita fortalecer parcerias, obter dicas, cultivar contatos importantes, entender os caminhos a serem trilhados para organizar um evento de sucesso.*

c. Faça o planejamento logístico:

Por ser um evento em espaço aberto, organizar a logística de uma Parada LGBTI+ é um procedimento bastante complexo e que pode ser diferente de uma localidade para outra. Por isso, atenção aos detalhes:

- **Data e local** – é uma escolha que precisa valorizar a acomodação do número esperado de participantes, que considere a acessibilidade, valorize a visibilidade, e aconteça em lugares de destaque dentro do município;
- **Permissões e licenças** – são exigências burocráticas dos órgãos públicos que regulamentam o funcionamento de espaços públicos e mudam de município para município. Neste item, é importante verificar as regulamentações locais e obter as permissões

necessárias para realizar o evento junto ao poder público local (prefeitura);

- **Serviço de fornecimento de comida e bebidas para eventos (catering)** – na escolha de fornecedores, dê preferência a empresas e marcas que apoiam a causa LGBTI+;
- **Equipamentos** – confira a lista de equipamentos necessários e considere os processos para a aquisição, aluguel, ou empréstimo de cada item, com antecedência necessária para incluir custos no orçamento e para viabilizar para o dia. Um evento, como uma Parada da Diversidade, exige equipamentos complexos em diferentes áreas: de som (trio elétrico), de utilidade pública (banheiros), de saúde (ambulância) etc.;
- **Transporte e Acessibilidade** – considere como os convidados e atrações chegarão ao local.

***LEMBRE-SE:** converse e pegue dicas com as organizações responsáveis pelas Paradas. Elas vão oferecer todo apoio possível. E procure a prefeitura do seu município para entender os procedimentos para a realização de eventos em espaços públicos. Esses dois passos podem garantir um bom início de conversa!*

Entendendo um pouco mais sobre a liberação do espaço

A liberação do espaço para uma Parada LGBTI+ envolve várias etapas e cuidados, pois exige lidar com as burocracias da gestão pública em diferentes áreas, como segurança, saúde, limpeza pública etc. Este processo deve ser cuidadosamente acompanhado.

Aqui estão os principais pontos a serem considerados na hora de viabilizar o evento em sua cidade:

1. **Defina o nível de abrangência** (local, regional, nacional) e quantas pessoas você espera que compareçam, para determinar o espaço apropriado e as necessidades logísticas.
2. **Se o evento ocorrer em um espaço privado**, como um centro de convenções ou parque privado, é essencial negociar um contrato que especifique:
 - Duração do uso do espaço;
 - Custos e formas de pagamento;
 - Responsabilidades de cada parte (manutenção do espaço, segurança, limpeza etc.);
 - Cláusulas de cancelamento;
 - Certifique-se de entender as regras e restrições do espaço, como limites de ruído, horários de operação e capacidade máxima.
3. **Sobre as autorizações e permissões para espaços públicos:**
 - Licenciamento – verifique quais licenças são necessárias para realizar o evento em espaço público, que podem incluir:
 - o Licença de eventos
 - o Permissão para uso de som amplificado

- o Autorizações para montagem de estruturas (palcos, tendas etc.)
- Solicitação de permissões – a solicitação deve ser feita com antecedência, geralmente várias semanas antes do evento. Consulte a prefeitura ou órgão responsável pela gestão de eventos na sua cidade;
- Reuniões com autoridades locais – é aconselhável reunir-se com autoridades locais para discutir o evento e garantir que todos os requisitos sejam atendidos.

4. Algumas consequências da falta de autorização são:

- Multas e penalidades – a falta de autorização pode resultar em multas significativas e outras penalidades legais;
- Cancelamento do evento: as autoridades podem interromper o evento se as permissões necessárias não forem obtidas;
- Comprometimento da reputação – a realização de um evento sem as devidas autorizações pode prejudicar a reputação da organização responsável e afetar eventos futuros;
- Responsabilidade civil – em caso de incidentes, a falta de autorização pode resultar em processos judiciais ou responsabilidades financeiras por danos.

d. Monte um plano de mobilização de recursos:

Crie e defina um orçamento detalhado, que inclua custos com segurança, materiais, logística, convidados e promoções. No caso da Parada, é importante que o orçamento seja um tópico inicial, pois vai definir todo o caminho da realização do evento.

Busque patrocínio, doações e parcerias com empresas, organizações e indivíduos que apoiem a causa. Considere a criação de uma campanha de arrecadação de fundos. Faça parceria com organizações e empresas que podem auxiliar com serviços. E procure apoio em fundos e departamentos públicos que apoiam eventos no campo dos direitos humanos.

e. Elabore a programação/destaques do evento:

A programação é o ápice de uma Parada LGBTI+, pois as atrações, além do apoio à causa, são ferramentas importantes para mobilizar, celebrar, despertar interesse e garantir mais presenças durante o evento. Afinal, uma Parada é um ato político de promoção de direitos, mas ela possui o caráter de celebração muito arraigado em sua cultura, ou forma de acontecer, e este é um diferencial a ser valorizado.

Planeje as atividades que ocorrerão durante o evento, como desfiles, discursos, *shows* e oficinas, e tenha em vista a estratégia de garantir alegria, festividade e celebração ao lado da luta por direitos e da pauta política LGBTI+.



Valorize atrações locais e, sempre que possível, inclua algum diferencial trazendo um convidado ou convidada ilustre, algum artista, influenciadores, liderança de abrangência nacional. A festa ganhará mais motivos para ser comentada!

Sugestões para garantir destaques especiais ao evento

- **Desfile:** é o coração da Parada. Organize a rota, garanta a segurança e a visibilidade, e considere a presença de faixas e carros alegóricos que representem diferentes grupos da comunidade;
- **Espaços de convivência:** crie áreas para descanso, informações e serviços de saúde, incluindo apoio psicológico e prevenção de ISTs;
- **Atividades culturais:** planeje intervenções artísticas, como performances de *drag queens*, *shows* de dança, teatro e apresentações musicais que celebrem a diversidade;
- **Seleção das atrações:** priorize artistas e DJs da cena LGBTI+ local para promover talentos e fortalecer a comunidade. Inclua uma variedade de estilos musicais e de performance, como pop, funk, rock, música eletrônica, samba, entre outros, para atrair diferentes públicos;
- **Oficinas e palestras:** sobre temas relevantes, como saúde sexual, direitos humanos e empoderamento, podem ocorrer em paralelo ao evento principal;
- **Participações especiais:** podem ser ativistas e líderes proeminentes do movimento LGBTI+, celebridades e influenciadores que apoiam a causa LGBTI+, que podem atrair mais público e aumentar a visibilidade do evento;
- **Parcerias:** estabeleça parcerias com ONGs, empresas e instituições que apoiam a causa LGBTI+, que podem oferecer patrocínio, recursos e voluntários para a organização do evento.

f. Monte um plano de divulgação:

Este é um ponto central das Paradas, que necessitará de equipe, parcerias e mobilização. Um passo inicial é procurar apoio junto a empresas de comunicação que apoiam a causa LGBTI+, seja agência de publicidade, assessoria de imprensa, profissionais autônomos, influenciadores, veículos de comunicação, pois, em um primeiro momento, as ações de comunicação estão relacionadas ao processo de mobilização de recursos e iniciam antes da divulgação do evento em si.

Monte o plano de comunicação em parceria, de forma colaborativa, inclusive com a participação de outros aliados do evento, para além daqueles da comunicação.

LEMBRE-SE: monte uma estratégia de comunicação para casos de emergência. Trata-se de uma comunicação voltada para a segurança e divulgação dos princípios e cuidados importantes para que a Parada aconteça de forma adequada, pacífica e comemorativa. Crie canais onde são divulgadas normas de conduta, o que fazer em situações de emergência, contato de órgãos e pessoas responsáveis pela segurança e atendimento no evento. E garanta a transparência, isto é, mantenha os participantes informados sobre mudanças ou atualizações relevantes.

Para saber mais:

Confira no tópico “B3.1 – Fortalecendo a visibilidade massiva: estratégias de comunicação” informações complementares sobre divulgação e comunicação.

g. Cuide da segurança do evento:

A segurança é um assunto prioritário e deve ser mobilizada junto ao poder público e, quando necessário, deve haver a contratação de uma equipe de segurança especial.

São muitos procedimentos de segurança que precisam ser criados, seguidos e respeitados durante a realização do evento, como, por exemplo, a segurança dos comércios que estão a serviço da Parada, segurança com o trio elétrico (quando presente), e segurança dos participantes de forma geral.

Devem também ser observados os cuidados com a saúde, com a presença de um plantão médico, com ambulâncias disponíveis para atender casos de emergência de saúde, acidentes, machucados, crises gerais que necessitem de cuidados imediatos.

Procedimentos importantes na hora de cuidar da segurança da Parada LGBTI+

- Faça uma avaliação de riscos para identificar possíveis ameaças e elaborar estratégias de mitigação;
- Contrate ou mobilize voluntários treinados para atuar como segurança durante o evento;
- Procure trabalhar em conjunto e de forma coordenada com a polícia e outros serviços de emergência para garantir a segurança dos participantes;
- Se houver um trio elétrico, planeje sua logística (localização, alimentação, acesso à energia, número de convidados) e garanta que a programação esteja alinhada com o evento. Também tenha uma equipe técnica preparada para lidar com som e iluminação, garantindo que todos os participantes possam ouvir e ver as apresentações;
- Crie um Gabinete de crise que tenha:
- Uma equipe de crise responsável por lidar com imprevistos e emergências durante o evento;
- Planos de contingência, com protocolos para diferentes tipos de crises (médicas, de segurança, climáticas etc.);
- Um canal de comunicação direto e eficaz entre a equipe de organização e a equipe de crise.

h. Tenha atenção com a inclusão e acessibilidade:

Certifique-se de que o evento seja inclusivo e acessível para todas as pessoas, independentemente de suas necessidades físicas, econômicas ou sociais. A Parada LGBTI+ é, por excelência, o espaço destinado para receber qualquer ser humano que queira fazer parte e se integrar ao momento. Hoje em dia, existem organiza-

ções especializadas em oferecer serviços para garantir inclusão e acessibilidade aos eventos abertos e públicos, e que podem ser importantes parceiros neste processo.

De forma geral, garantir inclusão e acessibilidade significa:

- conhecer as necessidades do público/audiência/participantes;
- incluir acessibilidade e inclusão como tema desde o planejamento;
- cuidar com a escolha e preparação da estrutura do local (caminhos, sinalização, banheiros);
- garantir comunicação acessível e inclusiva na divulgação;
- durante o evento, ofereça materiais informativos em formatos acessíveis, como braille ou audiodescrição;
- crie uma equipe que seja capaz de dar apoio/suporte para pessoas com deficiência durante o evento.

i. Cuide do pós-evento:

Após o evento, reúna sua equipe para discutir o que funcionou bem e o que poderia ser melhorado. Faça o mesmo processo com parceiros e aliados, além de participantes e pessoas mais próximas. Isso ajudará na organização de eventos futuros.

Organize um processo de agradecimento zeloso que alcance todas as pessoas, equipe, organizações, empresas, órgãos públicos, entre outros aliados e aliadas que participaram e contribuíram de alguma forma com a realização do evento. Esse cuidado é fundamental, demonstra sensibilidade e profissionalismo dos organizadores.

Produza relatórios das ações e envie aos parceiros, financiadores, doadores: número de participantes, pessoas integrantes da organização, mobilização de parceria, números do comércio, do turismo, divulgação das atrações. Encontre uma forma de divulgar os resultados junto aos veículos de comunicação, nas redes sociais, e-mails.

O que pode dar errado em uma Parada LGBTI+?

A organização de uma parada LGBTI+ pode enfrentar diversos desafios e problemas. Aqui estão alguns dos principais aspectos que podem dar errado:

- **Falta de planejamento:** a ausência de um planejamento detalhado pode levar a confusões logísticas, como problemas com o percurso, horários e infraestrutura;
- **Conflitos internos:** desentendimentos entre os organizadores, grupos ou comunidades representadas podem criar divisões e prejudicar a coesão do evento;
- **Falta de apoio:** dificuldades com patrocinadores, comunidades locais ou autoridades pode limitar recursos financeiros e logísticos, impactando a qualidade do evento;
- **Segurança:** a segurança é uma preocupação importante, e a falta de medidas

adequadas pode resultar em situações de risco para os participantes, especialmente em contextos de hostilidade;

- **Desinformação e preconceito:** a desinformação sobre o evento ou a comunidade LGBTI+ pode levar a protestos, violência ou ações de grupos contrários à causa;
- **Problemas de comunicação:** a comunicação inadequada com o público, voluntários e autoridades pode causar confusão e desorganização;
- **Questões legais:** a falta de cumprimento de regulamentações e licenças pode resultar em multas ou até mesmo no cancelamento do evento;
- **Conflitos com a polícia:** relações tensas com as forças de segurança podem levar a uma resposta desproporcional ou a um ambiente hostil durante a parada;
- **Inclusão:** a falta de representatividade e inclusão de diferentes grupos dentro da comunidade LGBTI+ pode gerar críticas e divisões;
- **Reação da mídia:** a cobertura da mídia pode ser negativa ou sensacionalista, desvirtuando a mensagem do evento e causando repercussões indesejadas;
- **Condições climáticas:** fatores como chuva ou calor extremo podem impactar a participação e a logística do evento;
- **Falta de envolvimento da comunidade:** se a comunidade local não se sentir parte do evento, pode haver desinteresse e baixa participação.



B3

Outros tópicos importantes para a organização de eventos

A mitigação desses riscos requer um planejamento cuidadoso, comunicação eficaz, inclusão e um forte suporte da comunidade e das autoridades locais. Existem alguns outros tópicos que merecem ser aprofundados quando tratamos de eventos do campo social, que tem relação direta com direitos humanos e o cuidado com outras pessoas, como a acessibilidade e inclusão, assim como tópicos que vão influenciar diretamente na visibilidade massiva, como o planejamento da comunicação do evento.

B3.1 - Fortalecendo a visibilidade massiva: estratégias de comunicação

Dentro de uma lógica de visibilidade massiva, a estratégia de comunicação é um processo central para qualquer evento com temática LGBTI+. É o plano que define como uma organização ou indivíduo irá se comunicar com seu público, equipe, parceiros, imprensa, entre outros organismos sociais, para alcançar seus objetivos.

Uma estratégia de comunicação bem elaborada ajuda a garantir que as mensagens sejam consistentes, eficazes e alinhadas aos objetivos organizacionais, além de facilitar a construção de relacionamentos positivos com diferentes públicos. Desenvolver uma estratégia de comunicação eficaz que inclua assessoria de imprensa, mídias sociais, plano de *marketing* e influenciadores digitais é essencial para amplificar a mensagem de uma organização ou evento, fortalecendo sua capacidade de gerar visibilidade massiva. Essa estratégia integrada permite uma comunicação mais coesa e eficaz, aproveitando as fortalezas de cada componente.



LEMBRE-SE! Para montar um plano de comunicação, não esqueça de ler e consultar o Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS; CAZAL, 2018): <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>

Mais uma vez, o processo deve ser iniciado com a elaboração de um Plano de Comunicação e *Marketing* que, de forma geral, precisa conter (Approach, [s.d.]; Eiró Gomes, 2017; Henriques; Neto, 2001; Silva, 2020):

a. Defina os objetivos da comunicação:

O que se deseja alcançar com a comunicação? Isso pode incluir aumentar a visibilidade e conscientização sobre um tema, construir e fortalecer políticas, gerar reconhecimento ao trabalho da organização, promover ou divulgar atividades, engajar e mobilizar a comunidade?

b. Defina e entenda seu público:

Identificação do público com quem se deseja comunicar. Isso pode incluir parceiros, colaboradores, investidores, a comunidade em geral, entre outros. É importante criar metodologias e ferramentas de escuta dos diferentes públicos, para conseguir entender o perfil e identificar necessidades.

c. Pense na mensagem que pretende transmitir:

O que será comunicado? A mensagem deve ser clara, relevante e adaptada aos públicos. E é importante organizar as informações que deverão fazer parte de cada momento da comunicação, como números, pesquisas, entrevistas.

d. Liste os canais de comunicação:

Quais serão os meios que serão utilizados para transmitir a mensagem? Site, redes sociais, e-mail, imprensa, influenciadores, materiais impressos, entre outros.

e. Crie um cronograma, com etapas de produção e divulgação:

Para estar em sintonia com a realização do evento, é necessário estabelecer um cronograma claro para a implementação de cada fase da estratégia, com prazos definidos para ações de assessoria de imprensa, postagens em mídias sociais e campanhas com influenciadores. Pense nas ações pré-evento, durante o evento e pós-evento.

f. Crie estratégias para ações de inclusão e acessibilidade na comunicação:

É muito importante planejar uma comunicação que expresse adequadamente as identidades (de gênero, raça, religião etc.), com respeito integral aos direitos humanos em todas as linguagens, peças, informações e imagens utilizadas. Também é fundamental em produzir materiais acessíveis por meio da audiodescrição, braille, recursos tecnológicos que facilitam criar uma comunicação mais inclusiva.

g. Defina um orçamento para a comunicação:

É importante mobilizar e alocar recursos para as ações de comunicação, como na criação de identidade visual, criação de peças, assessoria de imprensa, criação de conteúdo, anúncios em mídias sociais, acessibilidade.

Contudo, é possível construir parcerias para cuidar de vários processos relacionados à comunicação de um evento, junto a empresas de publicidade, profissionais autônomos (designers e diagramadores), veículos de comunicação.

h. Programe avaliações periódicas e ajustes:

Considere métricas de mídia, devolutivas do público e resultados de engajamento a cada etapa de implementação do plano de comunicação. Ajuste a estratégia com base nas análises, mantendo a flexibilidade para mudar conforme necessário.

B3.1.1 - Executando a comunicação nas diferentes etapas do evento

Pré-evento: do que devemos cuidar?

Primeiro ponto, é analisar o tipo e o porte (tamanho) do evento que está realizando e entender quais ações de comunicação farão sentido. Abaixo, incluímos uma série de ações que devem ser realizadas no momento anterior ao evento:

- Crie identidade visual do evento;
- Planeje os materiais que deverão ser desenvolvidos: *banner*, cartaz, *cards* para redes sociais, papel timbrado, modelos de e-mails, site ou página virtual, programação impressa, apostilas, apresentações;
- Caso o evento necessite de inscrições, escolha uma plataforma para eventos, com a programação, inscrições, valores e que cuide das certificações;
- Organize a lista de parceiros que devem ter suas logomarcas inseridas nos materiais. Organize a hierarquia das parcerias (parceiros, apoiadores, financiadores, aliados etc.);
- Organize a lista de contatos de segmentos prioritários para serem convidados (professores, profissionais de saúde, organizações de direitos humanos);
- Envie e-mails periódicos aos participantes e/ou inscritos, com informações da programação, dicas de hospedagem, alimentação e novidades do evento;
- Convide a imprensa local (monte um *press kit*, envie com antecedência a programação, destaque as atrações e possíveis entrevistas, convide jornalistas e influenciadores para participarem como palestrantes e para fazerem a cobertura);
- Convide autoridades e pessoas ilustres para criarem vídeos de divulgação para *posts* e redes sociais;
- Procure divulgar o assunto a ser tratado no evento. Por exemplo: caso seja um seminário sobre violência contra pessoas LGBTI+, monte publicações e *releases* com números, pesquisas, indicando fontes de informação etc.;
- Incentive para que todos os parceiros envolvidos também divulguem em suas redes e/ou repliquem conteúdos;
- Sempre divulgue as redes sociais, *hashtags* e site em todas as comunicações (na assinatura de e-mail, por exemplo).

Durante o evento: participando e comunicando

- Organize o local com os materiais impressos de comunicação do evento (*banner*, crachás e bolsas, programação impressa, apostilas);
- Crie procedimentos para ter a autorização, de forma organizada, para o uso de

- imagem e divulgação de informações do evento;
- Programe o registro das atividades: filmagem, fotografia, anotação de falas importantes, entrevistas com participantes;
- Atualize o site e as redes sociais, com *stories* e posts durante a realização do evento;
- Crie *hashtags* comuns, crie materiais para orientar as pessoas como divulgar e marcar sua organização em redes e *post*;
- Em eventos maiores, como congressos, crie um “cantinho do congresso”, para que as pessoas possam tirar fotos ou fazer pequenas filmagens, entrevistas, divulgando sua presença no evento;
- Caso tenha mobilizado a imprensa, direcione alguém para dar suporte para veículos e profissionais de comunicação;
- Planeje e divulgue a participação de personalidades importantes. Ofereça entrevistas exclusivas, articule coletivas de imprensa sobre temas de destaque;
- Pegue depoimentos e faça entrevistas com os participantes e convidados. É possível gerar muito conteúdo para as redes sociais.

Pós-evento: ainda temos atividades de comunicação para cuidar?

- Prepare agradecimentos personalizados a pessoas e organizações que tiveram um grande papel para a realização do evento, mas agradeça a cada participante;
- Faça uma divulgação do balanço geral do evento, das atividades, das presenças e dos debates. Trabalhe o conteúdo em diferentes formatos para e-mail (*newsletter*), redes sociais (pode ser uma sequência de posts durante um período), site etc.;
- Prepare cuidadosamente o relatório do evento e envie aos parceiros e aliados;
- Envie informações para a imprensa, para influenciadores, e estimule a produção de reportagens sobre o assunto tratado no evento.

Algumas dicas para a assessoria de imprensa

- Crie comunicados de imprensa e artigos que destacam novidades, conquistas e eventos, explorem o tema e apresentem participantes e outras fontes de informação;
- Construa um banco de dados de jornalistas e veículos relevantes. Mantenha contato regular e envie informações de interesse;
- Organize momentos para a imprensa, como coquetéis ou webinários (seminários online), para apresentar novidades e promover a interação;
- Acompanhe e analise a cobertura da imprensa sobre o evento, usando ferramentas de recorte de mídia. Atualmente, é possível utilizar as ferramentas tecnológicas para receber e organizar as matérias, reportagens e citações em veículos de comunicação.

Algumas dicas para a comunicação nas mídias sociais

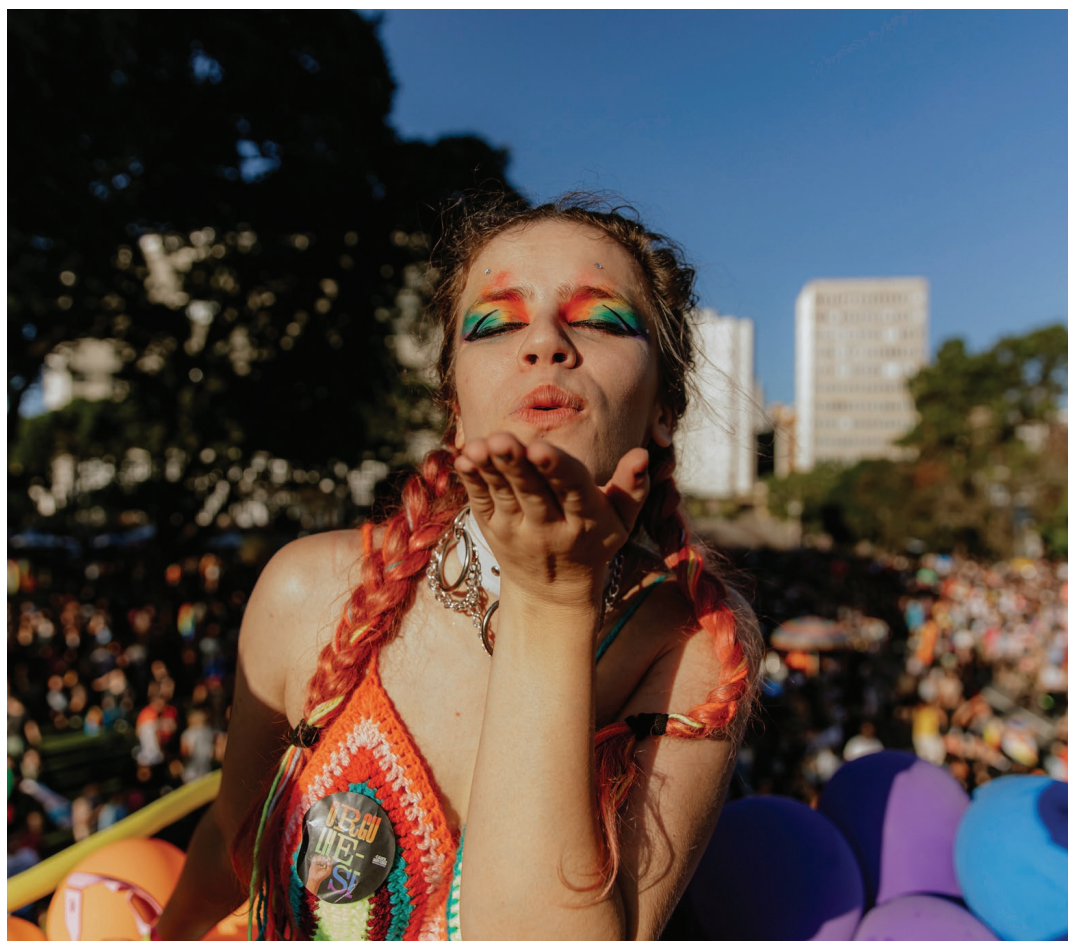
- Selecione as mídias sociais adequadas (Instagram, Facebook, LinkedIn, X, TikTok, WhatsApp, Telegram) com base no público;
- Crie um calendário de postagens que inclua conteúdos variados (infográficos, vídeos, *stories*, enquetes, carrossel);
- Crie *hashtags* e avatares específicos para seu evento. Incentive que as *hashtags*

sejam incluídas em todo o conteúdo publicado sobre o evento, além de marca da organização e parceiros quando possível;

- Produza conteúdos que gerem interação, como perguntas, desafios e enquetes; usar imagens e vídeos de alta qualidade;
- Invista em anúncios pagos para aumentar o alcance e direcionar tráfego para o site ou evento.

Algumas dicas para mobilizar influenciadores digitais

- Pesquise e selecione influenciadores que tenham sinergia com a marca e que alcancem o público desejado. Articule-se com influenciadores locais;
- Estabeleça parcerias com influenciadores para criação de conteúdo patrocinado, resenhas de produtos e participação no evento;
- Crie campanhas específicas onde os influenciadores convidados ou mobilizados compartilham suas experiências com o evento, com convidados, utilizando *hashtags* e links que direcionam para a página do evento;
- Avalie a participação e o desempenho das publicações com influenciadores, analisando métricas como engajamento, alcance e conversões.



B3.2 - Organizando e distribuindo responsabilidades

A distribuição de responsabilidades tem a ver com a forma de gestão do evento e pode auxiliar todo o processo de planejamento e execução. Este manual demonstrou que cada tipo de evento terá características próprias, e caberá à organização avaliar a necessidade de criar funções específicas, contratar prestadores de serviços, delegar funções e outros gestores ou até mesmo, mobilizar pessoas voluntárias. O planejamento de equipe também deve ter relação com o orçamento e a destinação de recursos para a contratação de equipe e serviços.

Partindo da premissa de uma equipe ideal, abaixo foram incluídos alguns cargos e funções que podem fazer parte da equipe de um evento de grande porte. Vale a cada organização avaliar a necessidade e como serão divididas as responsabilidades.

Sugestão de Equipe de Organização*:

- **Coordenador do evento** – responsável por supervisionar todo o processo de planejamento e execução. Cuida também do monitoramento e da produção dos relatórios da atividade;
- **Gerente de logística** – cuida da logística do evento, incluindo transporte e fornecedores, estrutura, equipamentos;
- **Responsável pela comunicação** – gerencia a comunicação interna e externa, *marketing* e convites, acessibilidade, assessoria de imprensa, publicidade;



- **Gerente de programação** – organiza a agenda do evento e coordena convidados, palestrantes e atividades;
- **Gestor de mobilização de recursos, parcerias e financiamentos** – cuida da captação e das relações com financiadores e outros parceiros;
- **Equipe de recepção** – recebe os convidados e os orienta durante o evento;
- **Equipe de suporte** – resolve problemas e garante que tudo funcione conforme o planejado no dia do evento.

*Adaptado de Asana (2025).

Dicas adicionais para a gestão da equipe do evento:

- Realize reuniões periódicas para acompanhar o progresso e fazer ajustes necessários. Pense na periodicidade de reuniões conforme o porte do evento e a proximidade da data de realização;
- Realize uma reunião antes do dia do evento, para organizar os detalhes finais;
- Realize uma reunião ao final de cada dia do evento (para eventos com mais de um dia) ou mesmo ao final do evento, para identificar o que ainda necessita ser finalizado e pendências;
- Crie, confira e atualize uma lista de afazeres a cada reunião, para garantir que todas as tarefas sejam concluídas.



B3.3 - Cuidando da inclusão e acessibilidade

O Brasil possui a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a política Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), um importante instrumento na hora de entender como seu evento deve cuidar de questões de acessibilidade e inclusão (Brasil, 2015).

Atualmente, existem organizações que auxiliam neste trabalho, para que cada vez mais eventos possam garantir a participação de todas as pessoas, indiscriminadamente. Para cuidar da acessibilidade e inclusão em eventos, é importante planejar com antecedência, ter empatia e respeito por todas as pessoas.

Passos para cuidar da acessibilidade no seu evento*:

No planejamento

- Escolher um local espaçoso;
- Verificar se o local tem rampas, corrimãos e placas de sinalização;
- Garantir que os banheiros sejam adaptados;
- Disponibilizar vagas para pessoas com deficiência no estacionamento;
- Prever todos os custos, como local, comunicação, alimentação, transporte e eventuais atividades necessárias para tornar o ambiente acessível.

Durante o evento

- Garantir que todas as pessoas participantes se sintam confortáveis e acolhidas;
- Treinar a equipe para saber como atender a qualquer tipo de necessidade;
- Manter as muletas ou bengalas sempre próximas à pessoa com deficiência;
- Instruir aos seus seguranças para que eles guiem pessoas para áreas de acessibilidade;
- Recursos de acessibilidade: intérprete profissional de Libras, transcrição em tempo real, legendas em vídeos, audiodescrição (AD), abafadores de ruído para autistas, folhetos do evento em braille.

Acessibilidade na Comunicação

- Usar uma linguagem inclusiva e respeitosa;
- Saber como se referir a pessoas com deficiência de maneira adequada.

Dicas importantes

- Procure conhecer o público do evento;
- Caso o evento necessite de inscrições, inclua perguntas sobre necessidades específicas. Isso facilita na preparação;
- Eventos em lugares fechados precisam de espaços adaptados, que ofereçam estrutura adequada e equipamentos;
- Eventos em espaços abertos (praças, ruas, calçada) precisam garantir que pessoas com deficiência também tenham acesso às atrações. É necessário ter um espaço reservado, com segurança, capaz de garantir acesso às pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida;

- Neste espaço deve ter tradutor de Libras, bem localizado para momentos estratégicos e específicos de fala.

*Adaptado de Delivera (2022), Hand Talk [s.d.], Helpvox Conect [s.d.], Sebrae-SP [s.d.], Sympla [s.d.] e Lets Events (2023).

B3.4 - Avaliação pós-evento

A avaliação de eventos é importante para entender um pouco mais sobre como foi a atividade, a partir do ponto de vista de outras pessoas. Não é a questão de avaliar se foi bom ou não, é escutar e acolher outras percepções e utilizá-las para melhorar a organização de futuras edições (Rodrigues, 2023; Witter, 2010).

Alguns benefícios da avaliação de eventos são (COPASTUR, 2024; LOPES, 2022):

- **Avaliar o desempenho** – saber se os objetivos do evento foram atingidos, em que medida foram atingidos, o que faltou;
- **Identificar pontos de melhoria** – saber quais ações e estratégias deram certo e quais não funcionaram;
- **Medir a satisfação** – saber o nível de satisfação das pessoas convidadas, participantes, parceiros, apoiadores e aliados;
- **Documentar lições aprendidas** – entender com maior profundidade o que foi bom e deve ser mantido, assim como o que pode ser melhorado para o próximo evento;
- **Gerar engajamento** – a divulgação dos resultados é um tópico relevante para seguir em diálogo com os participantes;
- **Retorno dos investimentos recebidos** – é importante usar os resultados para demonstrar como os recursos foram usados, como as parcerias foram importantes, os resultados que geraram. É uma forma de cativar as parcerias e as alianças para o próximo evento!

Abaixo, seguem algumas dicas que podem auxiliar na hora de avaliar seus eventos:

- Colete devolutivas (*feedback*) dos convidados e participantes. Quando possível, monte um questionário para ser respondido;
- Use escalas de classificação para medir os níveis de satisfação em diferentes quesitos, como logística, atividades, metodologia, palestrantes e atrações. Existem tecnologias que auxiliam na organização de metodologias de avaliação;
- Organize, analise e debata os dados com a equipe e parceiros, para descobrir quais foram os resultados do evento;
- Identifique oportunidades de melhorias para as próximas edições;
- Documente todas as lições aprendidas;
- Crie um relatório sobre o que funcionou e o que não funcionou, incluindo resultados financeiros;
- Quando possível e caso possua recursos para tal atividade, contrate avaliadores externos para auxiliar neste processo.



B3.5 - Resumo geral dos passos para a organização de um evento

1. Definição de objetivos

- Qual é o evento que você deseja realizar?
- Qual é o objetivo/finalidade do evento?
- Quem você deseja que participe? Qual será o público?

2. Estabelecimento de metas

- Defina datas;
- Defina a quantidade de pessoas;
- Defina os equipamentos e materiais necessários;
- Defina onde deve acontecer.

LEMBRE-SE: escolha a data e o local estrategicamente. Evite datas comemorativas aleatórias ou choque com eventos concorrentes.

3. Programação

Para definir a programação, considere o público, o objetivo e o tempo disponível. A programação deve ser elaborada de forma a manter os participantes engajados e interessados.

Dicas para definir a programação de um evento:

- Lembre quais são os objetivos;
- Conheça o público e suas necessidades;
- Escolha o formato;
- Defina a duração total;
- Elabore a estrutura da programação. Planeje atividades interativas, apresentações ou entretenimento;
- Selecione palestrantes, apresentadores, atrações, participantes;
- Crie um cronograma (agenda) detalhado com horários de início e fim, palestrantes, atividades, atrações etc.;
- Verifique se a infraestrutura é condizente com o orçamento.

LEMBRE-SE: a programação é a essência e tem a ver com o tipo de evento.

4. Inclusão e acessibilidade

- **No planejamento** – escolher um local adequado, inclusivo, adaptado, treinar a equipe para dar suporte adequado;
- **Durante o evento** – garantir conforto, acolhimento e recursos de acessibilidade;
- **Na Comunicação** – usar uma linguagem inclusiva e respeitosa e saber como se referir a pessoas com deficiência de maneira adequada.

5. Orçamento, captação de recursos e parcerias

- Defina os gastos;
- Identifique os tipos de despesas e fontes de receita;
- Distinga os custos fixos e variáveis;

- Estime os custos fixos, como aluguel, contas de serviços públicos e folha de pagamento;
- Estime os custos variáveis, como mão de obra, materiais e contas de serviços públicos do evento;
- Identifique editais, linhas de apoio, e outras linhas de financiamento;
- Pesquise potenciais parceiros que investem em eventos específicos.

LEMBRE-SE: *o planejamento do evento começa muito antes de construir o orçamento e captar recursos. Na verdade, para construir uma proposta de captação, várias definições sobre as atividades já devem estar prontas, como objetivo, formato, período de realização.*

6. Avaliação pós-evento

- Avalie o desempenho;
- Meça a satisfação;
- Colete devolutivas (*feedback*) dos convidados e participantes.

7. Dicas adicionais

- **Realize reuniões regulares** – realize reuniões periódicas para acompanhar o progresso e fazer ajustes necessários;
- **Utilize listas de checagem** (*checklists*) para garantir que todas as tarefas sejam concluídas;
- **Flexibilidade** – esteja preparado para lidar com imprevistos e faça ajustes conforme necessário.

B3.6 - Modelo de Checklist

Este quadro é um compilado das principais atividades já descritas nos capítulos anteriores e deve ser adaptada para cada evento:

Antes do evento**1. Planejamento:**

- Definir objetivos e metas do evento
- Marcar reuniões
- Convidar interessados

2. Criar um cronograma detalhado:

- Definir datas do evento
- Organizar atividades: elaborar uma proposta do evento, criar orçamento, criar um plano de mobilização de recursos
- Identificar parceiros

3. Logística:

- Reservar o local
- Contratar fornecedores
(comida e bebida, som, imagem, decoração etc.)
- Organizar transporte, se necessário
- Organizar hospedagem, quando necessário
- Organizar equipamentos e materiais

4. Comunicação:

- Elaborar um plano de comunicação
- Marcar reunião com a equipe e parceiros de comunicação
- Elaborar materiais da identidade do evento: convites, *flyers*, posts em redes sociais, site
- Enviar convites e gerenciar inscrições
- Iniciar a divulgação

5. Programação:

- Definir a agenda do evento (palestrantes, atividades etc.)
- Levantar indicações junto aos parceiros, aliados
- Marcar reunião para elaboração da programação
- Confirmar a presença dos palestrantes e convidados

6. Equipe:

PRAZO

RESPONSÁVEL

- Formar uma equipe de trabalho e definir papéis
- Realizar reuniões de acompanhamento

Durante o evento

7. Montagem:

- Coordenar a montagem do espaço (decoração, mesas, cadeiras)

8. Recepção:

- Organizar a recepção dos convidados
- Garantir que todos tenham acesso ao que precisam (credenciais, materiais)

9. Execução:

- Monitorar o cronograma do evento
- Resolver problemas que possam surgir

Após o evento

10. Desmontagem:

- Coordenar a desmontagem e devolução do espaço ao local

11. Avaliação:

- Reunir devolutivas dos participantes
- Avaliar o que funcionou e o que pode ser melhorado para futuros eventos
- Preparar o relatório

Referências - Seção B

- ALVES, Nadine. **Como montar um curso a partir de suas experiências profissionais.** Sympla, [s.d.]. Disponível em: <<http://blog.sympla.com.br/blog-do-produtor/como-montar-um-curso-a-partir-de-suas-experiencias-profissionais/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- ANDRADE, Luiza. **Saiba como fazer um Seminário com 9 dicas práticas.** Sympla, [s.d.]. Disponível em: <<https://blog.sympla.com.br/blog-do-produtor/como-organizar-um-seminario/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- APPROACH. **Plano de comunicação: como criar um eficaz em 10 passos.** [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.approach.com.br/blog/plano-de-comunicacao/#:~:text=4.,mensagem%20e%20da%20frequ%C3%Aancia%20desejadas>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- ASANA. **Quatro formas de estabelecer funções e responsabilidades para o sucesso da equipe.** [s.i.], 2025. Disponível em: <<https://asana.com/pt/resources/roles-and-responsibilities>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- APOLGBT-SP - ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO LGBT DE SÃO PAULO. **A maior Parada LGBT+ do mundo é a nossa!** Parada SP, 2025. Disponível em: <<https://paradasp.org.br/>>. Acesso em: 8 set. 2025.
- ATLISSIAN. **Reuniões de equipe que ninguém vai temer.** [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.atlassian.com/br/work-management/project-collaboration/team-meetings>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 54, n. 10, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ulufona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5948>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **A relação do movimento LGBT com o Estado: apontamentos acerca das contradições que possibilitaram a criação e a implementação da política de combate à homofobia.** Revista de Teorias e Práticas de Educação, v. 23, n. 1, p. 110-126, Janeiro/Abril 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/50961/751375150491>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BOITA, Tony Willian; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Memória LGBT em revista: um periódico na luta contra a invisibilidade. **Museologia e Patrimônio**, v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/2268/251153>>.

- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Departamento de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1006/1/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Dia Internacional do Orgulho LGBTI+: celebração e luta por direitos.** [s.i.], 2024. Disponível em: <<https://conectas.org/noticias/dia-internacional-do-orgulho-lgbti-celebracao-e-luta-por-direitos/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- CNCD - CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Programa Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- COPASTUR. **Avaliação de eventos: importância e como fazer.** [s.i.], 2024. Disponível em: <<https://www.copastur.com.br/blog/como-avaliar-resultado-de-um-evento/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- COSTA, Luisa. **Como surgiu a primeira parada do Orgulho LGBTQIA+.** Super interessante, 2021. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/a-historia-da-primeira-parada-do-orgulho-lgbt/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- COUTINHO, Helen Rita Menezes. **Organização de eventos.** Manaus : Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/321/Organizacao_de_Eventos_COR_FICHA_capa_ISBN_20110127_1_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- CURY, Cecília. **Como organizar um congresso.** Sympla, [s.d.]. Disponível em: <<https://blog.sympla.com.br/blog-do-produtor/como-organizar-um-congresso/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- DELIBERA. **Organizando Eventos Diversos e Inclusivos: Princípios e Orientações.** São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://deliberabrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/Organizando-Eventos-Diversos-e-Inclusivos-Principios-e-Orientacoes-1.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

- EIRÓ-GOMES, Mafalda. **Comunicação e Organizações da Sociedade Civil**. Portugal, 2017. Disponível em: <<https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/livro-comunicacao-osc-conhecimentoereconhecimento.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- ESCOLA WEB. **Entenda a importância das oficinas pedagógicas e saiba como criá-las**. [s.i.], 2017. Disponível em: <<https://escolaweb.com.br/entenda-a-importancia-das-oficinas-pedagogicas-e-saiba-como-cria-las/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- EVENT3. **Saiba como organizar um seminário acadêmico de sucesso**. [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://blog.event3.com.br/seminario-academico/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- EVENTIZE. **Como organizar um seminário: veja o que não pode faltar no seu evento**. [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://blognovo.eventize.com.br/2020/10/02/como-organizar-um-seminario-veja-o-que-nao-pode-faltar-no-seu-evento/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- FÁBIO, André Cabette. **Orgulho LGBTI: afinal, para que servem as paradas?** Nexo Jornal, 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/22/orgulho-lgbti-afinal-para-que-servem-as-paradas>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- FACHINI, Tiago. **Mês do orgulho LGBTQIAP+: direitos e conquistas do movimento**. Projuris, 2023. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/mes-do-orgulho-lgbtqiap-direitos-e-conquistas-do-movimento/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- FRAGA, Hilda Jaqueline de, et al. (Orgs.) **Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/221257/001125560.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- GIOVANAZ, Marlise Maria; FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Uma exposição em nuances. **Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 23-44., 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/221257/001125560.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- GRUPO DIGNIDADE. **Uma história da dignidade – Grupo Dignidade**. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.
- HAND TALK. **Acessibilidade em eventos: 6 dicas para seu planejamento**. [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.handtalk.me/br/blog/acessibilidade-em-eventos/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

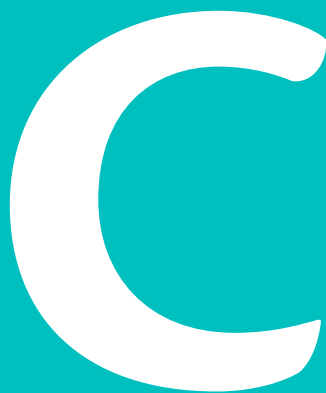
- HELPVOX CONECT. **Como garantir a acessibilidade em eventos de grande porte?** [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://helpvoxconnect.com.br/glossario/como-garantir-a-acessibilidade-em-eventos-de-grande-porte/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- HENRIQUES, Márcio Simeone; NETO, Júlio Afonso de Pinho Sá. Comunicação e movimentos de mobilização social: estratégias de atuação das organizações do terceiro setor na área da comunicação. In: **Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande/MS**. 2001. p. 3-9. Disponível em: <<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149638061228392105244056327538046682914.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- LETS.EVENTS. **Eventos LGBTQI+ friendly: o que considerar em sua organização?** São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://lets.events/blog/eventos-lgbt-friendly-o-que-considerar-em-sua-organizacao/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- LIBERATO, Rafael. **Reunião produtiva: passo a passo de como otimizar.** Senior, 2023. Disponível em: <<https://www.senior.com.br/blog/7-dicas-para-fazer-uma-reuniao-produtiva>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- LOPES, Mônica. Perfis de avaliação nas organizações do terceiro setor: implicações diferenciadas na aprendizagem organizacional. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 99, p. 115-141, 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/11023>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- MOREIRA, Raí Gandra. **Mostra de curtas LGBT: curadoria e análise: a presença e representação da personagem LGBT no cinema.** Projeto de Conclusão de Curso para o Programa de Filmes e Audiovisual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2016. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/cinema/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/tcc/20190519153306_Memorial_RaiGandra.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- MUNHOZ, Júlia Vidigal. **Checklist para eventos: como organizar um congresso de sucesso.** Moblee, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.moblee.com.br/blog/organizar-um-congresso/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- NÚCLEO MATURI. **O facilitador do processo de desenvolvimento no contexto dos empreendimentos econômico sociais.** [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Apostila-para-o-facilitador.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- PEREIRA, Matheus. **Guia de expografia: o que levar em conta ao montar uma exposição.** Arch Daily, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/894949/guia-de-expografia-o-que-levar-em-conta-ao-montar-uma-exposicao>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

- REIS, Toni; CAZAL, Simón. **Manual de Comunicação LGBTI+.** Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- GGB. **Relatório Anual do Grupo Gay da Bahia: Brasil lidera ranking mundial de homicídios e suicídios de LGBT+ em 2024.** Bahia, 2025. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- RODRIGUES, Carolina. **Formulário de avaliação de evento: 15 perguntas e dicas para criar o seu.** [s.i.], 2023. Disponível em: <<https://respondi.app/blog/formulario-de-avaliacao-de-evento/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SANTANA, Bruno. **Como criar um curso online do zero: tutorial completo com dicas.** Hostinger, 2024. Disponível em: <<http://hostinger.com.br/tutoriais/como-criar-um-curso-online>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SEBRAE-SP. **Guia de acessibilidade em eventos: Projeto SEBRAE mais acessível.** São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/Content/uploads/201654165851_CARTILHA_Guia_Acessibilidade_Eventos_SEBRAE.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SILVA, Maria Beatriz Melo. **O terceiro setor e o planejamento de comunicação.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/items/818e510d-ceef-44d3-a4df-845a0b7c9f5b>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SYMPLA. **Acessibilidade em eventos: saiba a importância e como implementar.** [s.i.], [s.d.]. Disponível em: <<https://blog.sympla.com.br/blog-do-produtor/acessibilidade-em-eventos/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SOUZA, Juliana. **Saiba aqui como organizar um congresso de sucesso.** Doity, [s.d.]. Disponível em: <<https://doity.com.br/blog/como-organizar-um-congresso-de-sucesso/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SOUZA, Lisley Lourrany Nascimento; ARAÚJO, Wanderson Pereira. **Guia para a realização da oficina pedagógica.** Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/586017/2/Guia%20para%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20oficina%20pedag%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SOUZA, Valdecir Alexandre de. **Oficinas pedagógicas como estratégia de**

ensino: uma visão dos futuros professores de ciências naturais. Orientadora: Profª. Drª. Maria de Lourdes Lazzari. Planaltina, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) – Universidade de Brasília (Faculdade UnB Planaltina), Planaltina, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14170/1/2016_ValdeciAlexandredeSouza_tcc.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

- SPIESS, Maiko Rafael; MATTEDI, Marcos Antonio. **Eventos científicos: da Pirâmide Reputacional aos círculos persuasivos.** Sociedade e Estado, v. 35, n. 02, p. 441-471, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/pjbPBjXpb7FD6NKXGtxvrYQ/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- TOKARNIA, Mariana; CARDOSO, Rafael. **Dia do Orgulho LGBTQIA+: país tem longa história de luta por direitos.** Agência Brasil, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/dia-do-orgulho-lgbt-pais-tem-longa-historia-de-luta-por-direitos-0>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- VARELLA, Paulo. **Como organizar uma exposição coletiva bem-sucedida?** Arte Ref, 2023. Disponível em: <<https://arteref.com/mercado/como-organizar-uma-exposicao-coletiva-bem-sucedida/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- VIEIRA, Willian. **A luta nunca termina.** Gama Revista, 2020. Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- WANDERMUREM, Isadora. **Primeira Parada LGBT+ no Brasil: quando foi e tudo o que você precisa saber.** Terra, 2024. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos/paradasp/primeira-parada-lgbt-no-brasil-quando-foi-e-tudo-o-que-voce-precisa-saber,3432aa403ce1507e138259535f61ec80fcnk3yfg.html>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- WERNECK, Claudia. **Tia Zilda - histórias de inclusão.** [ilustração Beto Werneck]. Rio de Janeiro: WVA, 2025. Disponível em: <<https://www.escoladegente.org.br/livros-publicacoes/book-tia-zilda-historias-inclusao-claudia-werneck>>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- WITTER, Geraldina Porto et al. **Avaliação de evento científico educacional por seus participantes.** Boletim Academia Paulista de Psicologia, v. 78, n. 1, p. 105-116, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/946/94615157007.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SEÇÃO



Anexos

C1

Outros materias para pesquisa

Livros sobre a Parada e Visibilidade



“(In)visibilidade Vigilante: Representações midiáticas da maior parada gay do planeta”

Steven Buttermann, diretor do Programa de Estudos de Gênero e Sexualidade na Universidade de Miami, analisa o fenômeno da maior Parada do Orgulho LGBT do mundo a partir de como ela é retratada pela mídia.



“Luta, Resistência e Cidadania”

de Alessandro Soares da Silva: uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT, de Alessandro Soares da Silva.



“A gente se vê na Parada: antologia de contos” de Abdi Nazemian: uma antologia de contos sobre a Parada do Orgulho LGBTI+.

Livros sobre a história do movimento LGBTI+

“História do Movimento LGBT no Brasil” de James N.: um estudo sobre o desenvolvimento do movimento LGBTI+ no Brasil.



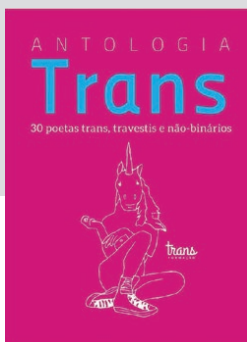
“Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade” de João Silvério Trevisan: uma análise histórica da homossexualidade no Brasil, desde a época colonial até a atualidade.



“Contra a Moral e os Bons Costumes: a Ditadura e a Repressão à Comunidade LGBT” de Renan Quinalha: uma análise da repressão à comunidade LGBTI+ durante o período da ditadura militar no Brasil.

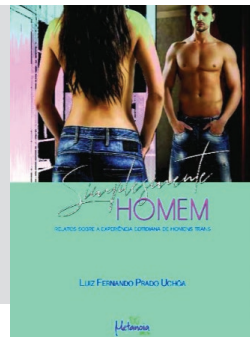
“Na Trilha do Arco-Íris” de Júlio Assis Simões e Regina Facchini: uma pesquisa sobre a história do movimento homossexual brasileiro, premiada pela Associação da Parada do Orgulho LGBTI+.





“Antologia trans”: uma coletânea que reúne 6/2 poemas de 30 poetas transexuais, travestis e não-binários, traz narrativas raras no mercado editorial e temas invisíveis para a sociedade.

“Simplesmente Homem. Relatos sobre a experiência cotidiana de homem trans” de Luiz Fernando Prado Uchôa: relatos sobre a experiência de homem trans.



Documentários e Vídeos



“Somos LGBT”: o documentário aborda a visibilidade e conversa com lideranças LGBTI+ de Porto Alegre (RS). O projeto online “#SOMOSLGBT” foi elaborado por estudantes Comunicação Social da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS).



Disponível em:
<https://youtu.be/UdrcvedeLxU>



“A Maior Parada do Mundo”: explora a Parada de São Paulo, sua história e objetivos, com entrevistas e relatos. Documentário produzido pela TV Brasil.



Disponível em:

<https://youtu.be/iFfmoyWIYWc>

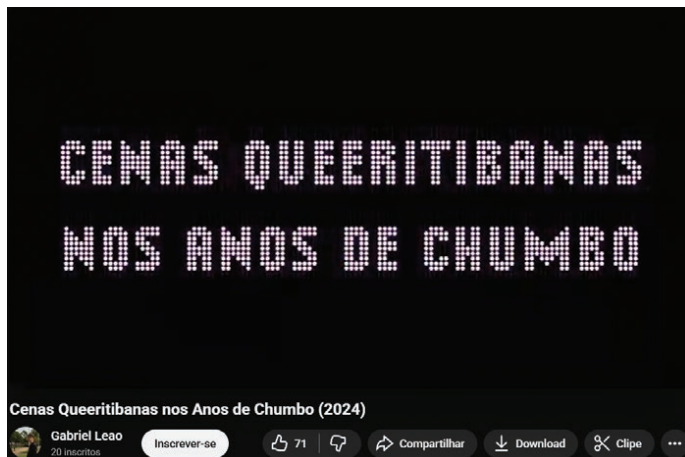


“A periferia também é LGBTI+”: o filme, realizado pelo coletivo Cores [IN]visíveis, foca na minoria que está presente nas periferias.



Disponível em:

<https://youtu.be/ayORiXH2XZM>



“Cenas queeritibanas nos anos de chumbo”: este material é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, realizado por Gabriel Arouca Leão e orientado por Valquíria Michela John, para o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR.



Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=0dCah8zWbm4>

Organizações do Movimento LGBTI+



Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT-SP) – Organização responsável pela Parada de São Paulo

Acesse em: <https://paradasp.org.br/>



Human Rights Campaign (HRC) – Recursos sobre direitos LGBTI+ e guias de organização de eventos

Acesse em: hrc.org



Gay & Lesbian Alliance Against Defamation (GLAAD) – Informação sobre representação LGBTI+ na mídia e campanhas de conscientização.

Acesse em: glaad.org



International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA) – Relatórios sobre os direitos LGBTI+ em todo o mundo e materiais de advocacy.

Acesse em: ilga.org



OutRight Action International – Trabalha em direitos humanos para pessoas LGBTI+ globalmente

Acesse em: outrightinternational.org

Referências - Seção C

- DIAZ, Luccas. **12 livros para estudar a história do movimento LGBTQIA+.** Guia do Estudante, 2020. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/12-livros-para-estudar-a-historia-do-movimento-lgbtqia/https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/12-livros-para-estudar-a-historia-do-movimento-lgbtqia/>>. Acesso em: 24 de ago. 2025.
- QUINALHA, Renan. **O professor de direito Renan Quinalha indica livros sobre a história do movimento LGBTI+ no Brasil.** Nexo, 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/5-livros-sobre-a-historia-do-movimento-lgbti-no-brasil>>. Acesso em: 24 ago. 2025.



